

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Henrique Silva Moraes

**A FILOSOFIA EM LETRAS LATINAS: IDENTIDADE E CONSCIÊNCIA
LINGUÍSTICAS NOS *ACADÊMICOS* DE CÍCERO**

**JUIZ DE FORA
2017**

HENRIQUE SILVA MORAES

**A FILOSOFIA EM LETRAS LATINAS: IDENTIDADE E CONSCIÊNCIA
LINGUÍSTICAS NOS *ACADÊMICOS* DE CÍCERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Fábio da Silva Fortes

Juiz de Fora
2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moraes, Henrique Silva.

A filosofia em letras latinas: identidade e consciência linguísticas nos "Acadêmicos" de Cícero / Henrique Silva Moraes. -- 2017.138 p.

Orientador: Fábio da Silva Fortes

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pósgraduação em Linguística, 2017.

1. Consciência linguística. 2. Marco Túlio Cícero. 3. Filosofia romana. 4. Acadêmicos. 5. Ceticismo. I. Fortes, Fábio da Silva, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, intitulada “A filosofia em letras latinas: identidade e consciência linguísticas nos *Acadêmicos* de Cícero”, de autoria de Henrique Silva Moraes, e examinada em (dia) de (mês) de (ano) pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes - UFJF - Orientador

Profa. Dra. Charlene Martins Miotti - UFJF - Membro interno

Prof. Dr. Carlos Renato Rosário de Jesus - UEA - Membro externo

Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick - UFJF - Suplente interno

Profa. Dra. Tatiana Oliveira Ribeiro - UFRJ - Suplente externo

Juiz de Fora
Julho de 2017

O homem vive com seus objetos fundamental e até exclusivamente, tal como a linguagem lhos apresenta, pois nele o sentir e o atuar dependem de suas representações. Pelo mesmo ato, mediante o qual o homem extrai de si a trama da linguagem, também vai se entretecendo nela e cada linguagem traça um círculo mágico ao redor do povo a que pertence, círculo do qual não existe escapatória possível, a não ser que se pule para outro.

Wilhelm v. Humboldt

AGRADECIMENTOS

Aos professores da área de Letras Clássicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, que possibilitaram que eu entrasse em contato com as línguas clássicas e me entusiasmasse, a cada epifania renovada, com as suas especificidades e as suas literaturas. Dedico sinceros agradecimentos sobretudo ao Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes, meu orientador, que me acolheu na Faculdade de Letras e, com calma e erudição, auxiliou-me pacientemente na escrita deste trabalho, e à Profa. Dra. Charlene Martins Miotti, que me apresentou como o trabalho com a literatura clássica pode ser significativo.

Aos professores que aceitaram compor a banca examinadora deste trabalho, lendo-o atentamente e contribuindo para o seu aprimoramento: Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes, Profa. Dra. Charlene Martins Miotti, Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick, Prof. Dr. Carlos Renato Rosário de Jesus e Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Oliveira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa.

Aos meus pais, *parentibus optimis*, Tânia e Antônio, e aos meus irmãos, Luís Felipe, *fratre amato*, e Luísa, *sorore amata*, pelo carinho de todos os momentos, pelo apoio diante das minhas decisões e pelo cuidado diante das minhas dificuldades.

Aos amigos, *amicis amatissimis*, que estiveram ao meu lado durante o período de escrita deste trabalho, principalmente pela alegria e pelas risadas, que, embora o pareçam, não são gratuitas: Vinícius, João Tito, José Roberto, Lucas, Luísa, Larissa, Ashley, Dani, Ademar, Fábio, Gustavo Dias, Gustavo Sirimarco, Marcelo, Keylla, Mariana e Gabriel.

Ao Ulisses, *fabulatore optimo*, que conheci em um momento de crise e graças a quem recuperei o que nas minhas perdas havia se ido de mais importante.

RESUMO

Nos proêmios de suas obras filosóficas, Cícero desenvolve uma defesa do uso da língua latina para a discussão de temas filosóficos. A apresentação preliminar desse assunto se deve à concepção dominante no período da República Romana Tardia segundo a qual apenas o grego figuraria como língua adequada à expressão das problemáticas de natureza filosófica, ao passo que o latim, eivado de uma reconhecida carência, sintetizada por Lucrécio na fórmula *patrii sermonis egestas*, não disporia de recursos lexicais e gramaticais suficientes para reproduzir ou rediscutir as matérias e conceitos definidos pelos gregos. Esse problema é retratado por Cícero de maneira extensiva em seu diálogo-tratado *Acadêmicos*, no qual não somente é realizada uma defesa abstrata da expressividade da língua latina, como também são colocadas em prática diversas traduções de termos oriundos da filosofia grega. Nesse contexto, buscamos investigar a consciência linguística de Cícero evidenciada no proêmio dos *Acadêmicos*, bem como analisar o método e a funcionalidade das traduções presentes na obra. Pretendemos chamar atenção para o modo como a obra estudada contribui para a compreensão da construção da identidade romana, das atitudes linguísticas ciceronianas e da posição ocupada pela filosofia na República Tardia Romana.

ABSTRACT

In the prooemia of his philosophical works, Cicero defends the use of the Latin Language for discussing philosophical matters. The preliminary presentation of the subject is due to a dominant notion during the period of the Late Roman Republic according to which only Greek could properly express debates of philosophical nature, while Latin would lack sufficient lexical and grammatical means to reproduce and further discuss the subjects and concepts defined by the Greeks, as Lucrece briefly delineated in the phrase *patrii sermonis egestas*. Cicero deals extensively with this problem in his dialogue-treatise *Academica*, in which not only does he accomplish an abstract defense of the expressivity of the Latin Language, but also applies several translations of terms derived from Greek Philosophy. In this context, we aim to investigate Cicero's linguistic consciousness as presented in the prooemium of the *Academica*, as well as to analyse the method and the functionality of the translations found in this work. We intend to draw attention to the way in which the studied work may contribute to the comprehension of the construction of Roman identity, of Cicero's linguistic attitudes and of the position held by Philosophy in the Late Roman Republic.

SUMÁRIO

RESUMO, p.6

ABSTRACT, p.7

INTRODUÇÃO, p.10

CAPÍTULO I: CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NA ANTIGUIDADE ROMANA

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA E O CONCEITO DE CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA, p. 16

1.2 DE *LÍNGUA DO PAI* A *LÍNGUA DA MÃE*: A NOÇÃO DE *LÍNGUA MATERNA* NA ANTIGUIDADE ROMANA, p. 28

1.3 DESDOBRAMENTOS DO CONTATO LINGUÍSTICO ENTRE GREGO E LATIM: O LATIM COMO LÍNGUA BÁRBARA E O *PATRII SERMONIS EGESTAS*, p. 42

CAPÍTULO II: CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NA OBRA DE CÍCERO

2.1 A DUPLA ATITUDE LINGUÍSTICA CICERONIANA: CONSCIÊNCIAS LINGUÍSTICAS INTERNA E EXTERNA, p. 51

2.2 CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA INTERNA, p. 53

2.2.1 CÍCERO COMO HOMEM DE LETRAS, p. 53

2.2.2 *SICVT MOLLISSIMAM CERAM*: A LÍNGUA LATINA E SUAS VARIEDADES, p. 62

2.2.3 *LATINE LOQUI*: A DEFESA DE UMA VARIEDADE SUPERIOR, p. 70

2.3 CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA EXTERNA, p. 81

2.3.1 CÍCERO COMO FILÓSOFO, p. 81

2.3.2 CÍCERO ENTRE O LATIM E O GREGO: ADEQUAÇÃO E APRIMORAMENTO PARA A DISCUSSÃO FILOSÓFICA, p. 87

CAPÍTULO III: CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO NOS *ACADÊMICOS*

3.1 OS *ACADÊMICOS*: CONTEXTO DE PRODUÇÃO, HISTÓRICO DO TEXTO E PROBLEMÁTICA FILOSÓFICA, p. 100

3.1.1 O CONTEXTO DE PRODUÇÃO E O HISTÓRICO DO TEXTO, p. 100

3.1.2 O Ceticismo e a problemática dos *Acadêmicos*: É possível conhecer?, p. 103

3.2 CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO TERMINOLÓGICA, p. 112

3.2.1 A DEFESA ABSTRATA DO PROÊMIO: O LATIM COMO LÍNGUA FILOSÓFICA, p. 112

3.2.2 A DEFESA CONCRETA NAS TRADUÇÕES DA TERMINOLOGIA FILOSÓFICA GREGA, p. 116

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 125

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 127

INTRODUÇÃO

A língua é um dos elementos a partir do qual a identidade de uma comunidade se constrói, tomando-se aquilo que o próprio grupo de falantes propaga sobre si e aquilo que outros lhe atribuem. É comum julgarmo-nos capazes de expressar juízos de valor sobre as línguas e, ingenuamente, separá-las segundo critérios como beleza, expressividade e funcionalidade. Não raro se ouvem mitos como: o francês é belo e elegante; o alemão, complicado e filosófico; o latim, lógico e elevado; entre outros. Há aí, como aponta Fögen (2000), uma valoração da língua do outro que influi decisivamente no modo de encarar a própria identidade linguística, ainda que tais valorações se baseiem em fatores débeis e contingenciais.

A sociolinguística moderna já demonstrou (cf., p.ex., LABOV, 1966; BAUER et TRUDGILL, 1998; TRUDGILL, 2000 [1974]; ROMAINE, 2000 [1994]; GARRETT, COUPLAND et WILLIAMS, 2003; WATTS, 2012) que nenhuma língua possui, por si só, maior expressividade que outra qualquer. Ora, a riqueza lexical e estrutural de uma língua remonta diretamente às práticas sociais e aos contextos em que se vêm envolvidos os seus falantes, não sendo possível legitimar juízos valorativos para apontar uma língua como sendo inapta a práticas de outras comunidades, situadas em contingentes espaciais ou temporais diversos. Um exemplo *ad absurdum* seria apontar o latim como inferior por não possuir itens lexicais alheios à cultura em que seu uso se dava, como aqueles afetos ao manuseio de computadores e outros dispositivos eletrônicos. Em princípio, toda língua – também dialetos, que são igualmente línguas¹ – é potencialmente adequada à expressão das mais variadas experiências humanas.

A consciência da identidade linguística não é um fenômeno recente e está presente em diversos autores da Antiguidade Clássica, como Lucrécio, Cícero, Quintiliano, Tito Lívio, Sêneca, entre outros. Verificar como esses autores comparam sua língua materna a outras línguas, principalmente à língua grega, oferece valiosa perspectiva histórica para o estudo da atitude e consciência linguísticas, além de constituir tópico essencial para a compreensão da identidade (linguística) entre os romanos.

¹ Sobre a discussão em torno da igualdade entre línguas e dialetos, cf. TRUDGILL (2000 [1974], pp. 1-22).

É importante ressaltar que não se tem como intento defender e legitimar as impressões dos autores latinos na comparação entre latim e grego, nem tampouco rechaçá-las completamente, dando ganho de causa aos argumentos da linguística contemporânea (FORTES et al., 2016, p.60). Ambas as atitudes seriam anacrônicas: buscar nos antigos respostas a nossos questionamentos seria matar-lhes sua particularidade, ao passo que refutá-los com base em nossos pontos de partida seria exigir-lhes domínio de um conhecimento a que não poderiam ter tido acesso. Trata-se, entretanto, de investigar o pensamento linguístico dos antigos a fim de ter acesso a dados relevantes sobre a cultura romana e de oferecer perspectiva histórica ao moderno estudo da (socio)linguística.

Um breve exame do clima de opinião, para valermo-nos da terminologia de Koerner (1989), sobre a expressividade da língua latina na Antiguidade Clássica revela uma constatação inesperada: ao compará-la ao grego, os autores latinos lhe atribuíram qualificadores nada lisonjeiros, como “pobre” e “insuficiente”, e o *tópos* do *patrii sermonis egestas*, “pobreza da língua materna”, estabelecia-se como discurso corrente (FÖGEN, 2000). Mostra-se patente, assim, como a historicidade e a variabilidade agem não exclusivamente sobre as línguas em si, mas igualmente sobre os juízos de valor produzidos a respeito delas. O contraste entre atitudes antigas e contemporâneas em face do latim auxilia-nos a mostrar as contradições presentes em concepções – frequentemente defendidas em materiais didáticos e gramáticas latinas – de que o latim seria uma língua superior, estimulante para o intelecto, para a concentração e para a atividade científica.

De forma ampla, o presente trabalho tem como tema a atitude e a consciência linguísticas na Roma Antiga, notadamente com respeito à legitimidade da língua latina, em face da língua grega, para a colocação e discussão de questões filosóficas. Trata-se de uma pesquisa que decorre do estudo de obras de autores latinos em que se verifiquem manifestações valorativas do latim e de seu uso na filosofia, buscando nessas asserções não somente um julgamento da língua com que se expressavam, mas também aspectos relevantes – de ordem linguística – na construção da identidade romana. Este estudo insere-se, ainda, no macrotema do contato cultural entre Grécia e Roma, de modo que se mostram como de suma relevância a identificação e a interpretação de eventuais juízos comparativos presentes no discurso desses autores acerca das

línguas grega e latina, dos mecanismos de tradução empregados para a transposição de sentidos de um sistema linguístico a outro, bem como das ocorrências de emprego contíguo de ambas as línguas em uma mesma obra.

Especificamente, limitamo-nos ao estudo da consciência linguística no período da República Romana Tardia, com foco em um tratado filosófico de Marco Túlio Cícero, o *Acadêmicos*, de 45 a.C.. Busca-se verificar, na análise da referida obra, o modo como Cícero, diante das críticas ao latim sedimentadas por textos daquela tradição, empreende não somente uma defesa do uso filosófico da língua latina como também uma reflexão sobre a presença do grego no latim, bem como sobre a tradução de termos técnicos da filosofia.

Os *Acadêmicos*, conforme uma série de cartas escritas por Cícero a Ático no ano de 45 a.C., tiveram duas edições, as quais não chegaram integralmente até nós. Da primeira edição, composta por dois livros apelidados de *Catulus* e *Lucullus*, restou-nos apenas o segundo. Da segunda edição, na qual os dois livros foram reorganizados em quatro, chegaram a nós doze capítulos do primeiro livro e alguns fragmentos. Lamentável é constatar que a segunda edição, a qual possuímos em menor extensão, parece ser a versão definitivamente reconhecida por Cícero, visto que, após a sua conclusão, todas as alusões feitas em cartas referem-se a ela. Entretanto, a conservação da primeira versão permite inferir que ela não tenha deixado de circular após a produção de uma nova edição (RACKHAM, 1967 [1933], p. 401).

O tema central desse diálogo-tratado filosófico refere-se à teoria do conhecimento, cuja discussão se apoia em correntes filosóficas anteriores, notadamente as defendidas pela antiga Academia, pelos peripatéticos, pelos estoicos e pelos céticos. Os *Acadêmicos* refutam o modelo epistemológico do acadêmico Antíoco, o qual julgava reunir os modelos filosóficos dos antigos acadêmicos, dos peripatéticos e dos estoicos, e promovem uma consequente defesa do ceticismo.

A escolha de uma obra filosófica, e não de uma retórica, para o estudo da identidade e consciência linguísticas em Cícero se justifica pelo próprio questionamento a que se propõe este trabalho. O problema central a que nos dirigimos é aquele, tratado por Cícero em seus textos filosóficos, da demonstração da língua latina como instrumento apto para a discussão filosófica. Assim, é em razão do próprio escopo dentro do qual se pretende estudar a comparação entre

latim e grego em Cícero que concentramo-nos em suas obras filosóficas, dando importância secundária a seus escritos retóricos.

A decisão do objeto de análise, a obra *Acadêmicos*, deve-se ao fato de esse oferecer subsídios necessários à nossa investigação. É no próêmio desse tratado que a defesa da língua latina para o uso filosófico assume, em comparação com outras obras, maior extensão. Além disso, distribuem-se comentários metalinguísticos dessa natureza em diversas passagens ao longo da obra. Nesse aspecto, compara-se aos *Acadêmicos* somente o diálogo *De finibus bonorum et malorum*, cujos cinco parágrafos preliminares são dedicados a essa discussão.

Interessa-nos não somente o estudo dos questionamentos filosóficos da obra como também – e principalmente – a atitude com a qual a língua latina é empregada para reproduzir e rediscutir conceitos técnicos já consagrados em língua grega. No próêmio da primeira parte da segunda edição, uma valoração do latim e uma discussão metalinguística sobre o uso do grego constituem tema preliminar. Tais dificuldades linguísticas reaparecerão, ainda que de modo implícito, a todo momento em que é necessário encontrar vocábulos em latim que correspondam ao conteúdo dos termos técnicos cunhados pelos filósofos gregos, um procedimento seguido constantemente na obra.

Sendo assim, busca-se uma abordagem dos seguintes questionamentos:

- 1) Como se evidenciam a consciência e a atitude linguísticas nos *Acadêmicos* de Cícero?
- 2) Como a defesa do uso do latim em discussões filosóficas contribui para a construção da identidade romana, em face do modelo grego?
- 3) Qual é o papel da tradução de termos técnicos da filosofia grega nesse processo?

No primeiro capítulo, apresenta-se uma reflexão geral sobre o conceito de consciência linguística, assim como uma justificativa para o seu emprego nos quadros da linguística moderna. Realizamos, ainda, um esboço sobre a noção de língua materna na Antiguidade Clássica e uma explicação sobre o papel da língua para a construção da identidade romana, em face da dicotomia gregos-bárbaros, a qual, anterior à ascensão política dos romanos, acabava por atribuir-lhes a designação de bárbaros.

No segundo capítulo, aborda-se a consciência linguística nas obras de Cícero. Primeiramente, analisamos a forma como essa se apresenta com referência à própria língua latina e suas variedades (*consciência linguística interna*) e tomamos, para tanto, os testemunhos ciceronianos presentes em seus escritos retóricos, principalmente no *De oratore* e no *Brutus*. Em seguida, voltamo-nos para as obras filosóficas, a fim de identificar como essas atitudes linguísticas se delineavam diante da comparação entre o latim e outra língua, o grego (*consciência linguística externa*).

Reservou-se para o terceiro capítulo um estudo dedicado ao próêmio dos *Acadêmicos*, com o objetivo de verificar os argumentos levantados por Cícero para defender o uso da língua latina como meio de expressão tão apto quanto o grego para a discussão de temas filosóficos. À investigação do próêmio, soma-se a análise da tradução de cinco termos fundamentais para a filosofia do conhecimento tematizada por Cícero nos *Acadêmicos*: κατάληψις, φαντασία, συνκατάθεσις, ἔννοια e πρόληψις.

A realização da pesquisa orientou-se segundo os princípios metodológicos estabelecidos pela historiografia da linguística (SWIGGERS, 2013, p. 44), centrados na ideia de que a abordagem contemporânea das concepções sobre a linguagem junto aos antigos deve se dar a partir da análise de textos. Quanto às fases do trabalho historiográfico, segue-se, primeiramente, uma *fase heurística*, em que se busca pela disponibilidade e leitura dos textos-fontes; secundamente, uma *fase hermenêutica*, em que são delimitadas as categorias em função das quais os textos serão interpretados; finalmente, uma *fase executiva*, em que são postos a termo os resultados da investigação.

Quanto à *fase heurística*, tendo em vista que as fontes de pesquisa linguística sobre a língua latina se restringem a escassos materiais escritos, o trabalho com esses textos exige um cuidado acurado na escolha da edição, na medida em que as divergências de manuscritos² podem influenciar a interpretação de passagens no texto. Para o estudo do texto latino, utilizamos as edições de O. Plasberg, de 1922, publicada pela Bibliotheca Teubneriana, e a de J. H. Reid, de 1966, publicada pela Georg Olms Verlagsbuchhandlung. Como auxílio à leitura e interpretação do texto ciceroniano, consultamos as traduções de Rackham (1933) e Brittain (2006), em língua

² Uma explicação detalhada da origem e história dos manuscritos dos dois livros restantes dos *Acadêmicos* é apresentada, em língua latina, por O. Plasberg, em sua edição do referido tratado.

inglesa, e de Schäublin (1995), em língua alemã. Buscamos trabalhar com base no texto latino, dando atenção, eventualmente, para diferenças entre as edições.

Por fim, utilizou-se, como categoria teórico-interpretativa dos textos ciceronianos, a noção de consciência linguística, a partir das quais foi possível dividi-los em testemunhos referentes a consciência interna, de um lado, e à externa, do outro. O critério para definição dos termos técnicos a serem analisados pautou-se principalmente por sua relevância para a discussão da teoria do conhecimento nos *Acadêmicos*, bem como a recorrência com que esses podem ser encontrados no texto.

As traduções apresentadas neste trabalho são, salvo indicação contrária, de nossa autoria.

CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NA ANTIGUIDADE ROMANA

1.1 Considerações preliminares sobre a sociolinguística histórica e o conceito de consciência linguística

Voltar-se ao estudo de fenômenos e temas situados na Antiguidade, sejam esses de natureza linguística, literária ou filosófica, implica compreender e aceitar diversas limitações advindas do apagamento de fontes no decurso da história. Quem se dispõe a investigar textos produzidos no mundo antigo não tarda a perceber que os materiais a que se tem acesso direto não somente não representam a completude do objeto apresentado, como tampouco lhe chegaram como matéria-prima intocada, isenta dos efeitos do tempo e do trabalho modificativo de edição, tradução e interpretação.

A edição de um texto antigo é um material dotado de diversas lentes implícitas, através das quais podemos olhar e, graças aos esforços de preservação empreendidos durante séculos, enxergar algo que ainda nos seja acessível. Há, primeiramente, a lente mais externa e visível instalada pelo tradutor, o qual facilita e atualiza o acesso a um conteúdo produzido em língua clássica; em segundo lugar, tem-se a lente do editor, que, a partir da comparação dos manuscritos disponíveis, estabelece um texto-base aparentemente unitário³, a partir do qual qualquer trabalho tradutório ou hermenêutico torna-se possível; ainda em maior profundidade, as lentes se tornam mais fluidas e imperceptíveis, mas lá se encontram, gravadas na história dos textos: os trabalhos de papirologia para a apresentação e conservação dos manuscritos, e as empreitadas da arqueologia para a busca desses manuscritos. Certamente há, subrepticiamente impressos em um texto clássico, os esforços de inúmeras mãos para preservar o liame entre o seu autor e o presente.

Tal necessidade de mediação poderia levar-nos a um completo ceticismo e à definitiva desistência, já que, de um modo ou de outro, nunca teremos acesso transparente – uma visão

³ Diz-se *aparentemente unitário*, já que as edições acadêmicas de textos clássicos são acompanhadas de aparato crítico, isto é, de comentários altamente sintéticos no pé de página, os quais indicam divergências nos manuscritos. Apesar da indicação dessas divergências, numerosas em textos transmitidos em diversas famílias de manuscritos, o editor realiza escolhas para apresentar ao leitor uma aparência de texto uno, a partir do qual uma interpretação possa se tornar possível (WEST, 2002, p. 7-10).

clara e sem lentes – aos textos que tomarmos como objeto. No entanto, isso não poderia ser diferente em qualquer busca por conhecimento, na medida em que, independentemente de se ter o próprio olhar mediado ou não pelas lentes de outrem, há a intransponível necessidade de utilizar a própria lente, limitada por um restrito aparato sensorial e por uma finita experiência social.

Ora, aproximar-se de um objeto – em nosso caso, de um texto da Antiguidade – sempre envolve a mediação de uma teoria que permita a sua representação. Longe de almejar uma percepção completa e definitiva, uma teoria deve ser vista como princípios que auxiliem em um recorte de percepção (BORGES NETO, 2004, p. 20). É tal recorte, em linhas últimas, que permite a própria apreensão inteligível e funcionalizável do objeto.

É por essa razão que Borges Neto (2004, p. 21) chama a atenção para o fato de que “uma teoria que pretenda dar conta de *todos* os aspectos que podem ser observados em seu objeto não é uma teoria do objeto, mas uma *reprodução*”. Essa constatação é ilustrada por meio do conto *Do rigor da ciência*, de Jorge Luis Borges, no qual, em um Império altamente desenvolvido na arte da cartografia, constroem-se mapas de tal perfeição e fidelidade que acabam por tomar a mesma dimensão dos espaços que querem representar: um mapa do Império do tamanho do Império, o qual, como mapa, não pode servir para nada (BORGES *apud* BORGES NETO, 2004, p. 21). À maneira dos mapas, as teorias servem como instrumentos de orientação de uma realidade que – sabe-se – é muito maior e mais complexa, e à qual aquelas não pretendem, porém, se igualar.

Como limitação mais patente à investigação linguística na Antiguidade, tem-se a indisponibilidade de fontes orais ou a ausência de representação linguística natural e espontânea, característica da oralidade. O material de análise se restringe, portanto, a fontes escritas, as quais, por sua vez, constituem um *corpus* sensivelmente limitado de textos, nos quais a espontaneidade própria da fala se perde. De fato, não se pode negligenciar o fato de que, na Antiguidade, o uso seguro da escrita consistia em um privilégio dos eruditos pertencentes às altas camadas sociais e encontrava-se sempre atrelado a uma função social determinável e reconhecível no gênero textual em questão. Nesse sentido, bem aponta Reichmann (*apud* FÖGEN, 2000, p. 12) que

A história da língua é predominantemente uma história das variedades genuinamente literárias das camadas mais elevadas, isto é, dos textos com funções sagradas, religiosas, literárias, jurídicas, científicas, pedagógicas, administrativas ou socialmente marcadas com alguma outra qualidade⁴.

Os textos disponíveis à análise não compõem, assim, uma representação completa – ou mesmo suficientemente ampla – do espectro de variedades da língua latina. Ainda que não se tenha como objetivo estudar diretamente aspectos gramaticais da língua ou descrever pormenorizadamente suas variantes sociais, também o estudo da consciência e da identidade linguísticas é afetado por tais limitações.

Em primeiro lugar, os registros escritos, mesmo os provenientes de inscrições e grafites, sofrem irremediavelmente uma perda de espontaneidade linguística. Em segundo, tratando-se principalmente de textos literários (em sentido amplo), o conteúdo apresentado se atrela fundamentalmente ao gênero, na medida em que esse marca não somente a tradição a que seu autor se filia ao escrever, como também os recursos estilísticos utilizados, o contexto e o público a que se dirige (CONTE, 1994, p. III) .

O peso das convenções sociais e literárias sobre a produção escrita na Antiguidade é tal que o estudo das línguas clássicas delas não pode prescindir. Não basta apenas descrever as estruturas gramaticais da língua atestada nos textos, mas é necessário também investigar o contexto social de sua produção, o qual se torna acessível através dos próprios testemunhos externados pelos antigos acerca das atitudes avaliativas em face do uso das línguas.

Um estudo histórico consciente dos aspectos extralinguísticos e sociais que influem nas línguas constitui-se como uma investigação de sociolinguística histórica (NEVALAINEN, T. et al, 2012, p. 22). Esta tem como principal postulado teórico a noção de que a mudança linguística não se processa exclusivamente por fatores imanentes a uma língua – isto é, aspectos puramente linguísticos, como processos fonológicos e outros fenômenos afetos ao sistema linguístico –, mas é decisivamente influenciada por fatores sociais, como os contatos linguísticos, as ideologias

⁴ Sprachgeschichte ist vorwiegend Geschichte der höherschichtigen und genuin schreibsprachlichen Varietäten, also der Texte mit sakralsprachlicher, religiöser, literarischer, rechtlicher, wissenschaftlicher, pädagogischer, verwaltungssprachlicher, oder einer sonstigen qualitativ ausgezeichneten gesellschaftlichen Funktion.

sociais, bem como a atitude e a consciência linguísticas dos falantes (MILROY, 2012, p. 571-572, 582-583). Nesse sentido, a sociolinguística histórica se coloca contrariamente a uma tradição de imanentismo linguístico predominante desde o século XIX.

Como demonstra Milroy (2012, p. 571-572), a despeito da tentativa de muitos linguistas de se aterem exclusivamente ao aspecto formal e supostamente autônomo das línguas, tanto a linguística descritiva como a linguística histórica não puderam se isentar de posicionamentos sociais e ideológicos.

Em seu próprio estabelecimento, no início do século XX, a linguística voltou-se para a língua compreendida como “um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17) ou como algo “de natureza homogênea [...] sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica” (*ibid.*, p. 23). Ainda que Saussure deixe clara que a delimitação da língua como objeto homogêneo se deva às dificuldades geradas pela complexidade e variedade do fenômeno da linguagem (*ibid.*, p. 16), é importante perceber como uma definição dessa natureza se apoia, ainda que não explicitamente, em ideologias nacionalistas e na crença de separabilidade das línguas em sistemas estanques. A crença na homogeneidade leva Saussure a afirmar que, “se pudéssemos abarcar a totalidade de imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos [pertencentes à mesma comunidade], atingiríamos o liame social que constitui a língua” (*ibid.*, p. 21), e o faz à revelia de numerosas evidências sobre variações linguísticas de natureza diatópica, diastrática e diafásica, que competem simultaneamente em uma mesma comunidade e que são, em muitos casos, irreconciliáveis homogeneamente em uma descrição de sistema.

Outro exemplo marcante da influência ideológica na delimitação de dados linguísticos é o conceito de *união linguística* (*Sprachbund*), formulado por Nikolai Trubetzkoy na esteira do estruturalismo do Círculo Linguístico de Praga, herdeiro direto dos princípios saussurianos. No modelo teórico de Trubetzkoy, os conceitos de *união linguística* (*Sprachbund*) e de *família linguística* (*Sprachfamilie*) designam espécies de *grupo linguístico* (*Sprachgruppe*), o qual consistiria no “conjunto de línguas unidas por um número relevante de coincidências sistemáticas” (TRUBETZKOY, 1930 apud VAN POTTELBERGE, 2013). Compõem uma *família* as línguas que apresentam (1) “correspondências fonéticas sistemáticas”, (2)

“coincidências na forma fonética dos elementos morfológicos” e (3) “palavras elementares semelhantes” (*ibid.*), ao passo que, para uma *união linguística* (*Sprachbund*), bastaria uma “semelhança do ponto de vista sintático, uma semelhança nos princípios de construção morfológica”, “uma grande quantidade de vocabulário cultural em comum” e “em alguns casos, semelhanças externas na constituição dos sistemas fonéticos”. Van Pottelberge (2003) e Toman (1995, p.186) chamam atenção para a influência do movimento político do Eurasianismo sobre o pensamento de Trubetzkoy, o qual, sem suficiente sustentação empírica, acaba por defender a hipótese de que línguas não relacionadas historicamente (referindo-se principalmente às línguas da península balcânica, de um lado, e as da Europa continental, de outro) podem seguir um padrão de mútua assimilação dentro de uma dada área geográfica.

Na descrição de fenômenos de contato linguístico, posicionamentos eurocentristas se revelam com ainda maior evidência. Bloomfield (1973 [1933]) afirma que “o empréstimo cultural de modos de falar é normalmente mútuo; é unilateral apenas até o ponto em que uma nação tem mais a oferecer do que outra” (*ibid.*, p. 461) e que “um (...) fator que atrasa [o empréstimo] é a superioridade cultural, afirmada real ou convencionalmente, do povo dominado”; chama os casos em que “a língua inferior” influi na “língua superior” de “mistura aberrante” (*ibid.*, p. 469); e, ao tratar de processos de crioulização, diz que uma “língua crioulizada” (*creolized language*) tem o *status* de um dialeto inferior à língua dos senhores e está sujeita a constante nivelamento e aprimoramento em direção a essa última” (*ibid.*, p. 474).

Mesmo em tratamentos posteriores sobre o tema do contato linguístico e, mais especificamente, do crioulismo, pode-se identificar uma terminologia que denuncia o pano de fundo ideológico de sua cunhagem. Weinreich (1970 [1953]), p. ex., denomina os efeitos do contato entre línguas de *interferências*, enquanto Thomason e Kaufman (1988, p. 147-66) consideram as línguas crioulas como resultado de transmissão *anormal*.

A partir desses poucos exemplos fornecidos pelos discursos dos linguistas, parece razoável defender que o estudo das línguas não deve se resumir à sua descrição formal, totalmente apartada das opiniões difundidas sobre o seu funcionamento e valor, mas deve considerar também o que Eugenio Coseriu (1991) chamou de “concepção ingênua da linguagem”:

(...) o considerar as línguas como separadas do falar encerra uma série de perigos que podem levar-nos por caminhos equivocados: (...) O perigo de que a concepção “ingênua” da linguagem, ou seja, a própria concepção dos falantes como tais, seja rechaçada rapidamente ou simplesmente desconsiderada. Sem dúvida, tal concepção não pode ser considerada como *explicação*, mas deve, contudo, ser tida como importante e como efetiva *condição* da linguagem, posto que a linguagem não funciona para e pelos linguistas, mas precisamente para e pelos falantes. Nesse sentido, o que o falante pensa sobre sua língua é decisivo para o funcionamento da mesma. Também as opiniões do falante acerca da língua pertencem, a rigor, ao objeto “língua” e, por isso, não podem ser ignoradas. (COSERIU, 1991, p. 18)

Como modo de aproximação a essa concepção ingênua da linguagem na Antiguidade (que, em Cícero⁵, como se verá, não é tão ingênua assim), parecem promissores os conceitos de consciência e atitude linguísticas, propostos pelos estudos de Sociolinguística Histórica. Esses têm a vantagem de serem suficientemente amplos para abarcar as diversas asserções metalinguísticas presentes nos textos antigos e para evitar o incômodo anacronismo decorrente do fato de a Linguística constituir-se como um saber estabelecido, ao menos formalmente, apenas no século XX. Dado que se mostra potencialmente anacrônico falar em Linguística em um período anterior ao de Saussure (a publicação de seu *Curso de Linguística Geral* data de 1916), não se pretende dizer que Cícero e outros autores antigos tenham desenvolvido uma exposição e argumentação propriamente linguísticas, mas deixar claro que, no pano de fundo de escrita de seus textos, legaram evidentes testemunhos de consciência e atitude linguísticas.

Enquanto termos como “teoria linguística” e “filosofia da linguagem” designam um modo específico e se encontram relativamente situados no tempo, vinculados a uma tradição de pensamento, o conceito de “consciência linguística” é, na definição de Gauger (1970), Fögen (2000) e Müller (2001), a forma mais geral de aproximação e tratamento do fenômeno da língua por seus falantes, podendo ter pretensões sistemáticas e teóricas ou reduzir-se simplesmente a avaliações contingenciais sobre a linguagem, fundamentadas ou não. Pode-se verificar explícita ou implicitamente, não sendo necessário que o seu detentor a identifique como conhecimento

⁵ No caso de Cícero, tal concepção deve ser analisada a partir de textos escritos, o que, embora represente uma perda de autenticidade, não impossibilita a análise do conteúdo de seus comentários linguístico-avaliativos.

metalinguístico descritível. A amplitude do conceito é expressa com clareza na definição de Mattheier (1995, p. 16 apud FÖGEN, 2000, p.13):

Trata-se do conhecimento linguístico sistemático e não-sistemático das diversas motivações de avaliação e ação, as quais se encontram difundidas para um membro de uma comunidade linguística ou dentro de uma comunidade linguística. Somam-se a ela todas as formas de lidar intelectualmente com a própria língua e com a língua de outrem, isto é, o conhecimento cotidiano relativamente irrefletido acerca da correção e da adequação de padrões de atuação linguísticos, bem como o tratamento científico diferenciado da língua. Todas essas áreas da consciência linguística ou do conhecimento linguístico são objeto de processos de mudança e devem ser levados em consideração na história de uma língua, principalmente em razão de tornar cada vez mais claro o grande significado desses aspectos na sua transformação e na mudança de seu uso⁶.

Sendo assim, o conceito de consciência linguística é capaz de abarcar tanto fatos quanto avaliações subjetivas dos falantes, sendo ainda possível que as asserções de um único indivíduo encontrem-se em contradição mútua. De fato, a língua, posto que é altamente conectada com a construção da identidade de um grupo e da percepção da alteridade de outro, constitui elemento cultural a partir do qual se dá a formação de múltiplos juízos e avaliações.

Giles e Powesland (1975, p.1) ressaltam o papel exercido pela língua no encontro com o outro. Quando esse ocorre, diversos juízos são construídos com base no que se pode ver ou ouvir, de modo que a natureza dessas inferências (p. ex., sua positividade ou negatividade) dependerá fortemente de crenças conscientes ou inconscientes, inclusive daquelas acionadas pelo modo de falar do outro. Weinreich (1970, p.100), além disso, chama atenção para o fato de ser

⁶ Es geht um das systematische und unsystematische Sprachwissen und die unterschiedlichen Handlungs- bzw. Urteils-motivationen, die bei einem Sprachgemeinschaftsmitglied bzw. in einer Sprachgemeinschaft verbreitet sind. Hierzu sollen alle Formen geistiger Auseinandersetzungen mit der eigenen und anderer Sprachlichkeit gezählt werden, also das relativ unreflektierte Alltagswissen über Richtigkeit und Angemessenheit von Sprachhandlungsmustern ebenso wie die differenzierte wissenschaftliche Auseinandersetzung mit der Sprache. Alle diese Bereiche des Sprachbewusstseins bzw. des Sprachwissens sind Gegenstand von Veränderungsprozessen und sollten in die Sprachgeschichte mit einbezogen werden, insbesondere da immer deutlicher die große Bedeutung erkennbar wird, die diesem Bereich für die Steuerung von Sprach- und Sprachgebrauchswandel zukommt.

“em uma situação de contato que as pessoas se tornam conscientes mais facilmente das peculiaridades de sua língua quando em contraste com outras”⁷.

A identidade de um indivíduo ou de um grupo é definida em larga medida por aspectos linguísticos, realizando-se de duas formas: (1) em primeiro lugar, os membros de uma comunidade linguística, a qual frequentemente é identificada como uma nação, no sentido de união política, veem-se reunidos uns aos outros por meio de uma língua materna comum; essa língua constitui o principal meio de criação e transmissão de cultura e possui, ao mesmo tempo, função integrativa e dissociativa (em relação a outras comunidades linguísticas); (2) em segundo lugar, há, dentro de uma mesma língua, uma grande quantidade de variedades linguísticas, existentes em função de diferenças regionais, sociais e pragmáticas; de modo semelhante àquele atestado nas línguas maternas, os falantes de um grupo também se encontram conectados segundo as variedades adequadas aos contextos em que transitam, sendo importante perceber que todas as línguas, longe de serem homogêneas, apresentam-se como conjunto mais ou menos amplo de variação linguística em diversos setores, isto é, como diassistemas variados internamente (FÖGEN, 2000, p. 15).

Assim, seja interna ou externamente a uma dada língua, vale, quanto à construção da identidade de uma comunidade linguística, o que afirma Schlieben-Lange (1975, p.199):

A consciência da identidade linguística se manifesta sobretudo na consciência de *não se falar como o outro*. (...) Assim, é possibilitado ao falante reconhecer barbarismos, informar sobre diferenças de outros dialetos e qualificar outras línguas. No afastamento em face dos outros constitui-se a própria definição da identidade de um grupo interno em contraste com um grupo externo, da mesma forma como os grupos também se afastam do mundo externo por meio de uma definição interna (*em itálico no original*).⁸

⁷ It is in a situation of language contact that people most easily become aware of the peculiarities of their language as against others.

⁸ Das Bewusstsein der sprachlicher Identität manifestiert sich vor allem im Bewusstsein, *nicht so zu sprechen wie die anderen*. [...] So ist es dem Sprecher möglich, Barbarismen zu erkennen, Unterschiede zu anderen Dialekten anzugeben, andere Sprachen zu charakterisieren. In der Abgrenzung gegen die anderen konstituiert sich die Identität einer In-Group im Gegensatz zur Out-Group, wie sich Gruppen überhaupt durch die Innen-Definition zugleich gegen die Außenwelt abgrenzen (SCHLIEBEN-LANGE, 1975, p. 199).

A identidade definida pela língua constroi-se, assim, em função de uma atitude diante da alteridade, de modo que os discursos identitários se revelam como juízos sobre o outro, e a percepção da imagem de si se baseia em não ser do modo como o outro é. Ao falar sobre o outro, diz-se, muito antes, sobre si mesmo (GUISAN, 2009, p. 18).

A fim de tornar mais preciso o objeto a que se aplica o conceito de consciência linguística, Fögen (2000, p. 14-15) propõe um modelo de quatro níveis linguísticos aos quais podem se dirigir as avaliações de um indivíduo. No primeiro nível, de maior amplitude e generalidade, encontram-se avaliações de grupos linguísticos inteiros (i.e., famílias linguísticas ou uniões linguísticas) diante da comparação com outros grupos. Nesse nível, recaem, p. ex., opiniões que alegam a suposta superioridade de línguas antigas sobre modernas⁹, ou avaliações, difundidas principalmente no século XIX, que buscam justificar o pioneirismo das línguas indo-europeias com base na alta variação flexional que apresentam, quando postas em contraste com aquelas situadas em outros grupos¹⁰.

Em seguida, há as comparações de uma única língua em relação a outra. Nesse segundo nível, de menor generalização, vem à tona a imagem da língua única e homogênea, cultivada pelos falantes a despeito das evidências patentes da língua como diassistema composto de numerosas variedades. É interessante se perguntar se os falantes se orientam exclusivamente segundo a variedade padrão das línguas comparadas ou se lhes são conscientes também as diversidades - muitas vezes normativamente contraditórias - entre as múltiplas variedades. Como caso singular dentre as apreciações linguísticas inseridas nesse nível, encontram-se as tentativas

⁹ Atitude de que é exemplo a colocação de Montaigne, no ensaio *Apologia a Raimon Sebond*, segundo a qual haveria uma grande dificuldade em traduzir a “graça e elegância” do latim ao francês, “nomeadamente a fim de transportá-las a um idioma mais frágil” (MONTAIGNE, 1965 [1569], p. 140). Irônico é perceber que uma consciência de superioridade linguística também fora propagada no período da República Romana, porém, em grande detrimento do latim, que, no momento, era visto como “frágil” em comparação ao grego (cf. *infra*).

¹⁰ Justificativas imanentistas da difusão das línguas de matriz indo-europeia são atestáveis em Meillet e Cohen (1952, p. 5 *apud* FÖGEN, 2000, p.14), para os quais “a família indo-europeia é aquela à qual foram reservadas na história os destinos mais altos. Ela criou as formas linguísticas mais completas, expressão das literaturas mais ricas, instrumentos das civilizações que conquistaram o mundo”. Edward Sapir (2002 [1921], p. 101) se contrapôs fortemente a essa atitude: “qualquer classificação que comece com valores preconcebidos ou que almeje a satisfações sentimentais está condenada, por si mesma, a ser não-científica. Um linguista que insiste em tratar do padrão morfológico do latim como se esse fosse necessariamente o ponto alto de qualquer evolução linguística é como um zoólogo que vê no mundo orgânico uma grande conspiração para tornar mais evoluída uma raça de cavalo ou a vaca de Jersey.”

de criação de uma língua planejada, cuja construção se baseia na visão de seus planejadores acerca das características expressivas desejáveis em uma língua¹¹.

Segue um terceiro nível, em que os falantes se expressam sobre variedades de uma língua, e um quarto, no qual têm lugar as avaliações dirigidas aos traços característicos do uso linguístico de um falante específico, i.e., sobre seu idioleto.

Tais níveis representam um espectro de comparações linguísticas, podendo essas se aplicarem desde a um conjunto amplo de fenômenos comuns em grupos de línguas, passando por aspectos pertencentes a línguas específicas, até a comentários com referentes altamente singularizados. Os objetos de avaliação linguística se estendem, assim, de grupos e famílias linguísticas (nível 1) até línguas tomadas individualmente (nível 2), variedades linguísticas (nível 3) e idioletos (nível 4).

Neste trabalho, concedemos especial atenção às atitudes comparativas entre duas línguas individuais, o grego e o latim, na obra de Marco Túlio Cícero, razão pela qual nossas asserções recairão substancialmente sobre o segundo nível de consciência linguística. As opiniões de Cícero quanto ao pano de fundo cultural e aos meios de expressão das línguas latina e grega, principalmente àquelas desenvolvidas nas obras filosóficas, lançam luz sobre os estágios de desenvolvimento do latim em um período decisivo para a formação da prosa literária em Roma. Trata-se do período da República Romana Tardia, mais especificamente da primeira metade do século I a.C., para cuja investigação linguística e literária a obra de Cícero constitui fonte inafastável de estudo. No diálogo-tratado *Acadêmicos*, ao qual se adstringe o foco deste trabalho, encontram-se diversos testemunhos decisivos para a compreensão da consciência linguística e construção da identidade romana anteriormente à ascensão do Império.

Em seus diálogos-tratados filosóficos, Cícero apresenta, com frequência, discussões preliminares sobre a aptidão da língua latina, em face da grega, para o tratamento de temas filosóficos, e faz, para tanto, avaliações de ambas as línguas, considerando a amplitude de seu público e sua tradição literária. Além disso, as traduções de termos filosóficos, numerosas nessas obras, permitem vislumbrar a extensão do sucesso de Cícero em transpor, em letras latinas, as questões filosóficas postas pelos gregos, bem como as maneiras através das quais esse logrou

¹¹ Sobre o tema e sobre as diversas tentativas de planejamento de línguas artificiais, cf. RONAI (1970).

estabelecer um entrelugar possível para as duas línguas. Na medida em que as comparações feitas nessas obras se perfazem entre duas línguas individuais diversas, em que o nível de alteridade é, portanto, mais elevado, inserimo-las no que pretendemos chamar de consciência linguística externa.

A título de comparação, apresentamos também alguns testemunhos de Cícero, presentes em suas obras retóricas, que sejam demonstrativos de sua consciência linguística interna, isto é, de suas visões e avaliações acerca das diversas variedades da própria língua latina. Cumpre notar se há alguma discrepância entre o que Cícero atesta sobre o latim, se comparado ao grego, e sobre a variedade urbana do latim, se comparada a outras variedades.

É, ainda, fundamental apontar que, neste trabalho, não buscamos justificar, em qualquer medida, um suposto valor superior ou valor absoluto da língua latina (ou de uma de suas variedades) a partir da obra de Cícero. Ao contrário, pertence ao consenso geral da linguística moderna que legitimar discursos valorativos sobre vantagens ou desvantagens de uma língua, seja quais forem suas naturezas e seus níveis de adesão, não constitui tarefa do linguista. Parte-se, portanto, do pressuposto de que toda língua, tomada individualmente, deve ser vista como igualmente capaz de possibilitar, com êxito, a comunicação intersubjetiva, ainda que, em algumas áreas específicas de comunicação, certas línguas ou determinadas variedades hajam se desenvolvido mais do que outras. Concordamos com Sankoff (1976, p. 284) em sua asserção de que:

(...) não há evidências de que, quanto ao aparato básico de uma língua, considerada como código para transmitir mensagens, isto é, a fonologia, morfologia e sintaxe, ou mesmo a organização semântica geral, uma língua seja superior, mais lógica, precisa ou eficiente, ou preferível de qualquer modo a uma outra língua. Assim, estereótipos como o francês ser uma língua particularmente bela e precisa, o inglês ser inerentemente mais adequado ao raciocínio científico, o inglês não-padrão ser ilógico, etc., não têm base na ciência linguística. Nenhuma língua, em virtude de sua estrutura interna, concede qualquer vantagem cognitiva geral aos seus falantes.¹²

¹² (...) there is no evidence that in terms of the basic machinery of a language considered as a code for transmitting messages, i.e. the phonology, morphology, syntax, or even the overall semantic organization, any one language is inherently superior, more logical, accurate or efficient, or in any way preferable to any other language. Thus stereotypes such as that French is a particularly beautiful and precise language, that English is inherently better suited to scientific thinking, that non-standard English is illogical, etc., have no basis in linguistic science. No language, by virtue of its inherent structure, bestows any general cognitive advantage on its speakers.

O fato de algumas línguas possuírem maior elaboração em dadas áreas não advém de uma suposta superioridade em nível de clareza, expressão e logicidade, mas das circunstâncias e condições históricas que podem ter levado suas comunidades linguísticas a se desenvolverem em um dado sentido. Os diversos campos lexicais desenvolvidos em uma língua não se justificam, assim, imanentemente, mas somente com referência a aspectos socioculturais, de modo que qualquer língua é potencialmente apta a atualizar e a desenvolver seu instrumentário de conceitos em função das necessidades ou interesses impostos por mudanças culturais e históricas.

Contudo, é certo que as línguas não possuem o mesmo vocabulário e que, portanto, essas se mostram, quando comparadas em um mesmo instante no tempo, mais desenvolvidas e aptas para uma ou outra finalidade. Algumas línguas passam por um desenvolvimento lexical que permanece ausente em outras. Isso não exclui, porém, que todas as línguas sejam capazes da mesma expansão de vocabulário para lidar com novas situações da vida sobre as quais seus falantes sintam a necessidade de conversar (HARLOW, 1998, p.13).

A partir das opiniões dos falantes sobre uma língua e suas variedades, não convém procurar, assim, deduzir valorações objetivamente válidas. No entanto, as atitudes ingênuas, como as define Coseriu (cf. *supra*), concedem objetos adequados ao estudo da autopercepção dos falantes e de suas avaliações acerca de outros grupos linguísticos. Isso se deve ao fato de que os juízos sobre as línguas e suas variedades são, ao mesmo tempo, quase sempre afirmações sobre os seus próprios falantes.

1.2 De *língua do pai* a *língua da mãe*: a noção de *língua materna* na Antiguidade Romana

Desde os estudos linguísticos realizados no século XX, a ideia de língua materna é aproveitada com tanta frequência pelos falantes que apenas raramente colocam-se questionamentos quanto a sua configuração na Antiguidade. Antes de verificar a maneira como a noção de língua materna foi abordada pelos antigos, é necessário, porém, apresentar uma breve revisão do *status* e das implicações desse conceito na linguística moderna.

Língua materna é um termo da Sociolinguística do Multilinguismo e designa a língua compartilhada pelos indivíduos de uma mesma comunidade linguística e com a qual esses mantêm uma ligação afetiva (DIETRICH, 2004, p. 305). Parte-se geralmente do pressuposto de que a língua materna de um indivíduo apresenta uma função essencial, já que essa o define como membro de uma comunidade linguística e serve, na maioria dos casos, como o principal meio de comunicação por meio do qual também as tradições culturais dessa comunidade são resguardadas e repassadas.

Skutnabb-Kangas (2008, p. 75-94) propõe quatro critérios de definição para o conceito de *língua materna*, cuja aplicação, devido à multiplicidade dos fenômenos a serem abrangidos, deve se dar em conjunto e, por vezes, com certa relativização. O primeiro deles é o critério da *origem*, segundo o qual a *língua materna* seria aquela primeiramente adquirida pelo falante. Entretanto, tal parâmetro encontra dificuldades quando se está diante de indivíduos que, desde o nascimento, crescem em contato com duas ou mais línguas simultaneamente. Em segundo lugar, é significativo o critério da *competência*, ou seja, do domínio da língua, principalmente se considerarmos a ínfima probabilidade de um falante identificar como sua língua materna uma língua que lhe traga frequente insegurança comunicativa. Em seguida, há o critério da *função*: a língua materna é aquela utilizada com maior frequência pelo falante. Contudo, já que tal parâmetro pode ser constantemente prejudicado em contextos de multilinguismo, sobretudo em situações formais ou profissionais que exijam o emprego contínuo de uma língua que o falante dificilmente usaria em seu convívio privado, é necessária a eleição de um quarto e decisivo critério, o de *identificação*. O idioma por meio do qual o falante identifica a si próprio como

falante materno (*identificação interna*), ou é identificado por outros como tal (*identificação externa*), é a sua língua materna. Esse último critério se baseia em juízos amplamente subjetivos e emocionais, porém, não deve ser deixado de lado em uma investigação que procure verificar o sentimento de pertença e de identidade direcionado a uma dada comunidade linguística.

É importante deixar claro, ainda, que o sentimento de domínio de uma língua, isto é, o critério da competência, não necessariamente leva à identificação com uma comunidade linguística, e esta, por sua vez, não tem o mesmo significado de unidade nacional, no sentido de território politicamente unificado. Lambert (1967) argumenta, tendo em vista exatamente esses casos, que uma criança criada em um ambiente multilíngue, marcado por uma familiaridade com diversas formas de cultura, provavelmente se mostraria menos suscetível a tendências etnocêntricas e a estereótipos nacionalistas em face de indivíduos que se expressem em línguas diferentes da sua. Em sociedades fortemente monolíngues, ao contrário, seria possível observar, apesar do contato com línguas estrangeiras motivado pela globalização e internacionalização de veículos de cultura, maior propensão para purismos em face de diferentes modos de expressão. Independentemente dessa possível discrepância, é claro que todo falante possui uma consciência maior ou menor sobre o *status* de sua língua materna e de outras línguas em escala internacional. É também evidente que o reconhecimento global de uma língua é determinado pelo grau de poder econômico e político, bem como da influência histórica e cultural, de uma comunidade linguística, e não por aspectos intrínsecos de uma dada língua, conforme defende Dorian (1991, p. 89):

É verdade, evidentemente, que as línguas possuam um *status* social compatível àquele de seus falantes, e que a língua de uma população em expansão, a qual tenha seu *status* sustentado por poderio militar, e pelo domínio político e econômico que esse poderio militar sustenta, com frequência, irá prosperar, ao passo que línguas de uma população conquistada irão, com a mesma frequência, decair; ainda que a primeira contribua tipicamente com muito mais palavras emprestadas para a última do que recebem desta fonte.¹³

¹³ It's perfectly true that languages have social status in accordance with that of their speakers, and that the languages of an expanding population which has its status supported by military power, and by political and economic dominance which military power supports, will often prosper, while the language of a conquered population will equally often decline; also that the former typically contributes many more loanwords to the latter than it receives from that source.

A percepção dos falantes sobre o *status* de suas línguas maternas faz-se patente em experiências pessoais, principalmente em situações de contato com falantes de outras línguas. Essa pode se basear, no entanto, em meras visões estereotipadas, propagadas dentro de uma comunidade e definidoras da imagem típica desses falantes. Tais atitudes linguísticas, que referem-se muito mais aos falantes de outras comunidades do que às línguas propriamente ditas, podem levar, em casos extremos, a tendências nacionalistas e à consequente supressão ou dificuldade de línguas identificadoras de minorias, e, do outro lado do espectro, a um ódio linguístico autodirecionado (*linguistic self-hatred*), que, em casos extremos, pode levar ao progressivo abandono da própria língua em prol de uma língua de prestígio e à consequente perda da identidade original e do sistema de valores a ela relacionado (FÖGEN, 2000, p. 31).

Além disso, uma investigação sobre o conceito de língua materna e seus desdobramentos históricos não pode prescindir, em primeiro lugar, de um comentário terminológico, na medida em que, na Antiguidade Romana, os autores latinos não se referiam ao latim como língua materna (como *materna lingua* ou *maternus sermo*). Raras ocorrências do termo *materna lingua*, como nas *Metamorfoses* de Ovídio (*Met.* 4.670), não se referem propriamente a uma noção de língua materna como apresentada acima, mas meramente à *fala da mãe*.

As primeiras fontes em que se encontram referências a *língua materna* remontam à Idade Média; no entanto, conferindo ao termo uma significação diversa da moderna. Segundo Haugen (1991, p. 75-76), as fontes medievais apontam indubitavelmente para um uso que identifica a língua do pai com o latim, e a língua da mãe, com o vernáculo, notadamente em função de advirem de autores oriundos de áreas de fala germânica, como Guibert de Nogent (em escritos de 1114 a 1121), Nigel de Canterbury (1190 ou 1191) e Maignes d'Arnis (em 1503). Nessas regiões, havia uma real necessidade de distinção, já que os homens continuavam a se instruir e a falar em latim, enquanto as mulheres expressavam-se apenas na língua vernacular. Deve-se lembrar que, na Idade Média, apenas aos homens era facultado o acesso à educação erudita e, às mulheres, era reservada apenas uma formação que lhes possibilitasse cuidar das crianças. A distinção entre língua materna e paterna pode ter surgido, conforme supõe Haugen, em uma comunidade bilíngue em que as mulheres e sua língua eram consideradas inferiores aos homens e

às suas formas de expressão. É perceptível o tratamento pejorativo dado à língua materna pelos autores em que se atesta esse termo, como, p.ex., no comentário de Nigel de Canterbury: “*Lingua tamen caueas ne sit materna, sed illa/ Quam dedit et docuit lingua paterna tibi*”, isto é, “Tome cuidado, porém, para que a língua não seja a materna, mas aquela que a língua paterna lhe deste e ensinaste” (*apud* HAUGEN, 1991, p. 76).

Até adquirir sua acepção atual, a língua materna teria passado por uma valorização durante o Renascimento e a Reforma Protestante, momentos em que, com as traduções de Wycliffe para o inglês e, de Lutero, para o alemão, essa passa também a ser utilizada para veicular o conteúdo da Bíblia. Com o Romantismo e os movimentos nacionalistas do século XVIII, a língua materna assume uma função identitária, de modo que se torna preocupação natural dos indivíduos promover e resguardar, em seu país, a língua nacional; é o período em que se mostra mais profícua e valorizada a produção de obras e canções em vernáculo. Para resumir os estágios de passagem de língua materna, Haugen (1991, p. 82) nota que “a mãe fora promovida de mera ama de leite para se tornar porta-voz de Deus e, finalmente, um ser humano”

14.

Sendo assim, é notável que os romanos não utilizassem sequer ainda o adjetivo *materna* para se referir ao latim. Ao falar de sua língua, os autores latinos recorriam a termos mais neutros, como *lingua Latina*, ou ainda, conferindo à língua uma função identitária, como *sermo patrius* e *lingua patria*. O primeiro é atestado pela primeira vez no *De rerum natura* de Lucrécio (*De rer. nat.*, 1.832 e 3.260) e, posteriormente, em Cícero (*De fin.*, 1.4: *in quibus hoc primum est quo admirer, cur in grauissimis rebus non delectet eos sermo patrius*; nisso há, em primeiro lugar, algo de que me admiro, a saber, por que em coisas tão sérias não lhes agrada a língua pátria); em Horácio (*Ars poet.*, 55-58: *ego cur, adquirere pauca/ si possum, inuideor, cum lingua Catonis et Enni/ sermonem patrium ditauerit et noua rerum/ nomina protulerit? [...]*); por que eu, se posso angariar algumas poucas [palavras gregas], sou criticado, enquanto a língua de Catão e Ênio enriqueceram a língua pátria e criaram novos nomes para as coisas?); e em Plínio, o jovem (*Epist.* 4.3.5: *inuideo Graecis quod illorum lingua scribere maluisti. Neque enim coniectura eget, quid sermone patrio exprimere possis, cum hoc insiticio et inducto tam praeclara opera*

¹⁴ Mother had been promoted from being a mere wet nurse to becoming the spokesman of God and finally a human being.

perfeceris; invejo os gregos, porque preferiste escrever na língua deles. Nem é necessária qualquer conjectura sobre o que poderias exprimir em língua pátria, já que concluíste, em língua introduzida e importada, obras tão excepcionais). O termo *lingua patria*, por sua vez, possui ocorrência em Propércio (*Carm.*, 4.2.48: *nomen ab euentu patria lingua dedit*; esse nome, por essa ocasião, me deu a língua pátria).

São verificáveis também as formas de expressão latinas *sermo noster* e *lingua nostra*, nas quais o pronome possessivo reforça a relação de proximidade e pertencimento típica do conceito de língua materna. Essas se encontram, p. ex., em Cícero (*De orat.*, 3.95: *patitur enim et lingua nostra et natura rerum veterum illam excellentemque prudentiam Graecorum ad nostrum usum moremque transferri*; permite-se, pois, tanto por nossa língua quanto pela natureza, que aquela antiga e excelente prudência dos gregos seja transferida aos nossos usos e costumes) e em Quintiliano (*Inst. orat.*, 1.6.31: *Continet autem in se multam eruditionem, siue ex Graecis orta tractemus, quae sunt plurima, praecipueque Aeolica ratione, cui est sermo noster simillimus, declinata [...]*; [A etimologia] requer muita doutrina, quer estejamos tratando de palavras de origem grega, principalmente das declinadas segundo o dialeto eólico, ao qual a nossa língua é muito semelhante [...]).

A despeito do descompasso terminológico entre presente e passado, é inegável que *sermo patrius* e *lingua patria* são conceitos que representam, em muitos pontos de vista, a noção de língua materna cultivada atualmente. De fato, o componente emocional e racional ligado à língua também vem à tona na Antiguidade Romana, bastando, como exemplo, verificar o comentário de Aulo Gélcio sobre Ênio: este dizia possuir três corações, um correspondente a cada língua de que tinha domínio¹⁵. Tal fala possibilita a interpretação de que Ênio seria capaz de associar emoções e significados diversos (como se adviessem de três corações distintos) a cada uma das três línguas; trata-se de um testemunho antigo da suposição de um relativismo ou mesmo determinismo linguístico, como definido e desenvolvido na hipótese de Sapir-Whorf¹⁶ (SAPIR,

¹⁵ Aulus Gellius, *Noct. Att.*, 17.17.1: *Quintus Ennius tria corda habere sese dicebat, quod loqui Graece et Osce et Latine sciret*. (Quinto Ênio dizia que ele mesmo possuía três corações, pois sabia falar grego, osco e latim).

¹⁶ A hipótese de Sapir-Whorf consiste na pressuposição de que linguagem, sociedade e pensamento são realidades estritamente conectadas, de modo que a língua é capaz de moldar de tal forma os comportamentos sociais que duas comunidades com línguas diversas jamais poderiam representar a mesma realidade social. Interessante nesse sentido são as seguintes colocações de Edward Sapir (1949, p.162): “Language is a guide to ‘social reality’”. Though language is not ordinarily thought of as of essential interest to the students of social science, it powerfully

1949 e WHORF, 1956). Não somente ao fator emocional, acoplado às três línguas, é dada relevância na atitude de Ênio, como também ao ponto de vista da competência linguística, pela qual um indivíduo se identifica como falante materno. Esse carrega um enraizamento e uma familiaridade em sua língua materna à qual nenhum outro falante, ainda que dedicado e sensível a questões linguísticas, é capaz de se igualar.

Além disso, os testemunhos antigos permitem entrever o modo como o latim, como língua materna, era visto como elemento integrativo essencial da unidade política de Roma. Tal unidade não se baseava apenas em tradições culturais, políticas e religiosas, mas também em a imagem de uma comunidade linguisticamente distinta. Ilustrativas desse aspecto são algumas passagens de Cícero:

Há, contudo, diversos graus de associação entre os homens. Para se distanciar de uma associação sem quaisquer fronteiras, mostra-se mais próxima aquela do mesmo povo, raça e *língua, com a qual os homens encontram-se mais unidos uns aos outros.*¹⁷ (Cic., *De off.*, 1.53)

E em todas essas coisas, que pertencem à apresentação [do discurso], há uma certa força dada pela natureza; por essa razão, também os leigos, o povo e até mesmo os bárbaros podem ser mais comovidos por elas: *as palavras não movem senão aquele que faça parte de uma comunidade de mesma língua,* e as frases mais precisas escapam frequentemente ao sentido dos homens menos precisos: o modo de apresentação [do discurso] que põe para fora as emoções da alma move a todos; isso porque as almas de todos são tocadas pelas mesmas emoções e distinguem-nas pelas mesmas marcas que reconhecem nos outros e identificam em si.¹⁸ (Cic., *De orat.*, 3.223)

conditions all out thinking about social problems and processes. Human beings do not live in the objective world alone, nor alone in the world of social activity as ordinarily understood, but are very much at the mercy of the particular language which has become the medium of expression for their society. It is quite an illusion to imagine that one adjusts to reality essentially without the use of language and that language is merely an incidental means of solving specific problems of communication or reflection. The fact of the matter is that the 'real world' is to a large extent unconsciously built up on the language habits of the group. No two languages are ever sufficiently similar to be considered as representing the same social reality. *The worlds in which different societies live are distinct worlds, not merely the same world with different labels attached.*" (itálico nosso)

¹⁷ *Gradus autem plures sunt societatis hominum. Ut enim ab illa infinita discedatur, propior est eiusdem gentis, nationis, linguae, qua maxime homines coniunguntur.*

¹⁸ *Atque in eis omnibus, quae sunt actionis, inest quaedam vis a natura data; qua re etiam hac imperiti, hac uulgi, hac denique barbari maxime commouentur: uerba enim neminem mouent nisi eum, qui eiusdem linguae societate coniunctus est, sententiaeque saepe acutae non acutorum hominum sensus praeteruolant: actio, quae prae se motum animi fert, omnis mouet; isdem enim omnium animi motibus concitantur et eos isdem notis et in aliis agnoscunt et in se ipsi indicant.*

Nesses trechos, chama atenção não somente a perspectiva antiga sobre o papel da língua na união daqueles que a compartilham, como também a sua capacidade natural de veicular emoções a partir da representação de fatos e situações pelo discurso. Para Cícero, a língua é o principal elemento de compartilhamento social, que possibilita a associação e a empatia entre os homens. Entretanto, essa tem alcance somente sobre o grupo que seja familiarizado com ela e com o seu modo de uso. No segundo trecho, concernente à *actio*, i.e., à apresentação de um discurso, Cícero se refere a esse alcance limitado da língua e expõe a relevância das formas expressivas não-verbais, como gestos e expressões faciais, para a compreensão daqueles não instruídos em retórica (os *imperitii* e o *uulgus*) e dos falantes de outras línguas (os *barbari*). Cícero defende que, por mais talentoso que seja um orador no emprego das palavras, ainda assim é necessário um uso direcionado da comunicação não-verbal como complemento do discurso, possibilitando, desse modo, um efeito que se estenda mais amplamente sobre os seus ouvintes. Assim, a língua é vista como um forte fator integrativo em um grupo, mas, justamente por isso, também é excludente dos sujeitos que não façam parte dele.

Apesar da consideração da expressão não-verbal, é importante notar que Cícero a aponta como aspecto adicional do discurso, de modo que a língua permanece o seu elemento constitutivo essencial. O uso adequado desta, aliás, não seria uma preocupação restrita à disciplina retórica, mas uma necessidade para a própria elaboração do pensamento, notadamente do pensamento filosófico. Tanto em autores gregos quanto em romanos¹⁹, há o lugar-comum de que a produção da civilização e da cultura se deve não somente à razão humana (*ratio*), mas também ao dom para a linguagem (*oratio*). É marcante o fato de que, em grego, tanto a razão quanto o dom para a linguagem são expressos por uma única palavra, *lógos*.

No *De oratore*, Cícero se debruça sobre a relação entre retórica e filosofia, e elabora uma crítica aos filósofos que, sustentados pela doutrina socrática, defenderam uma separação entre a técnica do uso da linguagem e o saber filosófico. A posição de Cícero, de alta relevância para o desenvolvimento e preservação da disciplina filosófica no Ocidente, é justamente a contrária: a filosofia não pode ser exercida por completo sem a retórica (MONTEAGUDO, 2002, p. 58), da

¹⁹ Exemplos de autores gregos são Aristóteles (*Polit.*, 1.2 1253a7-18) e Isócrates (*Ad Nic.*, *Orat.* 3, 5-9); entre os romanos, principalmente Cícero (*De inu.*, 1.1-5; *De orat.* 1.30-34; *De off.*, 1.12, 1.50)

mesma forma que o saber apenas se realiza em sua capacidade de ser elaborado e revelado pelo discurso. No terceiro livro do *De oratore*, encontra-se a tese ciceroniana de que, antes de Sócrates, não havia sequer divisão entre retórica e filosofia, e que, de seus ensinamentos, alastrou-se a concepção de que as artes do falar e o exercício do pensar para atingir a verdade estariam absolutamente apartados:

Mas como havia alguns homens (e eram muitos) que se distinguiam na política devido à dupla sabedoria que não pode ser separada, a da ação e da palavra, como Temístocles, Péricles, Terâmenes, ou que se ocupavam menos de política, mas eram mestres dessa mesma sabedoria, como Górgias, Trasímaco, Isócrates, encontraram-se aqueles que, abundando em doutrina e inteligência, mas afastando-se da administração civil e das atividades por uma decisão de sua mente, fustigavam e desprezavam esse exercício do discurso. O principal deles foi Sócrates (...). Daqueles que tratavam, debatiam, ensinavam essas questões que estamos investigando agora, uma vez que eram chamados por um único nome, porque todo o conhecimento das artes liberais e o seu exercício era denominado filosofia, ele roubou essa denominação comum e separou, em suas discussões, a ciência do pensamento sábio e da fala ornada, embora estreitamente unidas, na realidade. (...) Daqui surgiu aquela separação entre língua, por assim dizer, e o coração, completamente absurda, inútil e condenável, de modo que alguns nos ensinam a ter discernimento, outros, a falar.²⁰ (Cíc., *De orat.*, 3.59-61; tradução de Adriano Scatolin)

Apesar dessa valorização do saber retórico e do reconhecimento das vantagens ligadas à capacidade humana de falar e de se comunicar de modo complexo, não escapam aos antigos romanos os profundos problemas resultantes das diferenças entre as línguas. Claras evidências disso são as impressões de Cícero, descritas nas *Tusculanae disputationes*, segundo as quais o desconhecimento de uma língua seria como uma espécie de surdez para tal língua (Cic., *Tusc.*,

²⁰ *Sed quod erant quidem eique multi, qui aut in re publica propter ancipitem, quae non potest esse seiuncta, faciendi dicendique sapientiam florerent, ut Themistocles, ut Pericles, ut Theramenes, aut, que minus ipsi in re publica uersarentur, sed huius tamen eiusdem sapientiae doctores essent, ut Gorgias, Thrasymachus, Isocrates, inuenti sunt, qui, cum ipsi doctrina et ingeniis abundarent, a re autem ciuili et a negotiis animi quodam iudicio abhorrerent, hanc dicendi exercitationem exagitarent atque contemnerent, quorum princeps Socrates fuit. (...) eis, qui haec, quae nunc nos quaerimus, tractarent, agerent, docerent, cum nomine appellarentur uno, quod omnis rerum optimarum cognitio atque in eis exercitatio philosophia nominaretur, hoc commune nomen eripuit sapienterque sentiendi et ornate dicendi scientiam re cohaerentis disputationibus suis separauit (...). Hinc discidium illud exstitit quasi linguae atque cordis, absurdum sane et inutile et reprehendendum, ut alii nos sapere, alii dicere docerent.*

5.116: “os nossos desconhecem, em geral, o grego, e os gregos, o latim; logo, estes são surdos na língua daqueles, e aqueles, na destes; e, similarmente, todos nós somos surdos nas línguas que desconhecemos, as quais são inumeráveis”²¹).

Como intensificação da imagem da surdez como desconhecimento da fala estrangeira, as diferenças entre as línguas, assim como a consequente impossibilidade de comunicação e troca cultural são vistas, em outras perspectivas antigas, até mesmo como um motivo de alienação entre os homens e de bloqueio da capacidade de identificação com outro. Dessa percepção, são testemunhos interessantes o de Plínio, o velho, e, mais tarde, o de Agostinho:

(...) de fato, a força e a majestade das coisas da natureza carecem, a todo momento, de credibilidade, se a mente acolhe apenas suas partes e não o seu todo. Para não relembrar os pavões, ou as pintas de tigres e panteras, ou as figuras de tantos animais, uma questão sobre a qual há pouco a se dizer mas muito a se considerar são as tantas falas dos povos, as tantas línguas, as tantas variedades do falar, *de tal modo que um estrangeiro quase não parece humano para alguém de outra raça.*²² (Plinius, *Nat. hist.*, 7.7; *itálico nosso*)

Depois da cidade e da urbe, segue-se o universo, no qual é colocado o terceiro grau da comunidade entre os homens... No qual, *em primeiro lugar, a diversidade das línguas aliena um homem de outro homem.* Pois, se não ocorre que dois homens desconsiderem um ao outro mutuamente, mas que sejam impelidos ao mesmo tempo por alguma necessidade, e se, destes homens, nenhum dos dois conheça a língua do outro, é mais fácil que esses se unam a criaturas mudas, embora de espécie diversa, do que um ao outro, ainda que sejam ambos homens. Certamente, *quando, somente em razão da diversidade da língua, sentem que são incapazes de comunicar algo entre si, tanta semelhança de natureza nada serve para aproximar os homens, de modo que um homem prefere estar em companhia de seu cão do que na de outro homem.*²³ (Augustinus, *De civ. Dei*, 19.7; *itálico nosso*)

²¹ *nostri Graece fere nesciunt nec Graeci Latine. ergo hi in illorum et illi in horum sermone surdi, omnesque item nos in is linguis, quas non intellegimus, quae sunt innumerabiles, surdi profecto sumus.*

²² (...) *naturae uero rerum uis atque maiestas in omnibus momentis fide caret si quis modo partes eius ac non totam complectatur animo. ne pauones ac tigrium pantherarumque maculas et tot animalium picturas commemorem, paruum dictu sed inmensum aestimatione, tot gentium sermones, tot linguae, tanta loquendi uarietas ut externus alieno paene non sit hominis uice!*

²³ *Post ciuitatem uel urbem sequitur orbis terrae, in quo tertium gradum ponunt societatis humanae... In quo primum linguarum diuersitas hominem alienat ab homine. Nam si duo sibimet inuicem fiant obuiam neque praeterire, sed simul esse aliqua necessitate cogantur, quorum neuter linguam nouit alterius, facilius sibi muta animalia, etiam diuersi generis, quam illi, cum sint homines ambo, sociantur. Quando enim quae sentiunt inter se communicare non possunt, propter solam diuersitatem linguae nihil prodest ad consociandos homines tanta similitudo naturae, ita ut libentius homo sit cum cane suo quam cum homine alieno.*

Assim, para Plínio, a língua parece uma fonte tão forte de alienação que, em razão do estranhamento que essa possa causar, um homem está sujeito até mesmo a não reconhecer devidamente outro ser de sua mesma espécie. Agostinho, por sua vez, aponta para a possibilidade de se ter maior familiaridade com animais incapazes da língua humana (*muta animalia*) do que com pessoas falantes de outras línguas, tal é desconforto e o conflito de identidades passível de vir à tona a partir das incompatibilidades linguística e comunicativa.

A incontornável desistência da compreensão mútua, condicionada pelo falho conhecimento de uma língua estrangeira, é percebida com tal embaraço que os falantes preferem lidar com o silêncio esquivando-se de qualquer contato linguístico. A intensidade com que se está ligado (talvez mesmo preso) à língua materna surge nesse tipo de situação de contato. Um falante que seja obrigado a viver em outro país, p. ex., como exilado, pode ser levado a emprestar ainda mais expressão a seus sentimentos identitários ligados a sua língua. Um caso dessa forma de percepção da língua materna pode ser representado, na literatura latina, pelas obras *Tristia* e *Epistulae ex Ponto*, de Ovídio, nas quais o poeta apresenta uma imagem desolada de seu exílio em Tomis, atual Constança, na Romênia. Embora não se possa tomar os testemunhos encontrados nos poemas de Ovídio como relatos factuais de experiências vivenciadas pelo autor, na medida em que a voz dos textos se estabelece, muito antes, como uma *persona* composta por recursos poéticos e intertextuais²⁴, a descrição do local de exílio como lugar insólito e hostil, em oposição ao *locus amoenus* da poesia bucólica, torna-se uma tópica consolidada na poesia (FÖGEN, 2000, p. 38).

A *persona* poética dos poemas de exílio representa o local que o circunda como epicentro da barbárie, dada a sua completa dessemelhança a Roma, que, no testemunho poético, é identificada não somente como a pátria querida, mas também como o grande centro de convergência cultural e econômica, ou, em termos antigos, como o “umbigo do mundo”. Tal deformação do espaço de exílio se transporta também para a dimensão linguística, de modo que o eu-lírico se vê rodeado por línguas bárbaras e, assim, forçado a aprendê-las para se comunicar

²⁴ A respeito da *persona* poética de Ovídio nos *Tristia*, cf. PRATA, 2007, p.87 e ss.

com habitantes do local. Os comentários tecidos sobre essas línguas, o gético e o sarmático, revelam uma rejeição a tudo o que não se encontra nem em latim, nem em grego:

Em poucos ainda sobrevivem vestígios da língua grega,
Mesmo essa já se tornou bárbara pelo acento gético.
Não há um dentre este povo que talvez possa em latim
Proferir qualquer palavra corriqueira que seja.
Eu, aquele célebre romano, – perdoai-me, Musas! E
Sou forçado a falar muitas coisas em sarmático.
Envergonha-me e, confesso, por tanto tempo em desuso,
A custo, ocorrem-me as palavras em latim;
Não duvido que haja, e não poucas, neste livrinho, palavras
Bárbaras: não por culpa do homem, mas do lugar.
Contudo, para não perder contato com a língua ausônia
E minha voz não ficar muda frente ao acento pátrio,
Falo comigo mesmo e relembro palavras pouco usuais,
E volto às funestas insígnias de minha vocação.
(Ov., *Trist.*, 5.7.51-64, trad. de Patrícia Prata)²⁵

Há, no poema de Ovídio, diversos aspectos que evidenciam o sentimento identitário pelo latim como língua materna. A *persona* poética do poeta receia perder, em razão da ausência de contato, a faculdade de se expressar em sua língua e deixa clara a sua censura aos habitantes de Tomis, os quais não teriam qualquer domínio do latim, nem mesmo de palavras soltas, e não seriam capazes de pronunciar grego sem um sotaque local. Tais incapacidades lhe parecem ultrajantes, o que revela o pano de fundo de sua consciência linguística, a saber, aquele de uma comunidade linguística centrada em si mesma, que, além da língua latina, reconheceria apenas o grego como língua não-bárbara. Trata-se de uma visão latinocêntrica que, com exceção da língua e cultura gregas, subvaloriza tudo aquilo que se mostre como não-romano.

A exaltação literária do latim como língua de Roma apresenta origens que são principalmente políticas. A partir da constituição do Império, os romanos, legitimados pela superioridade que lhes conferiria o *mos maiorum*, passam a avocar cada vez mais para si a tarefa

²⁵ *In paucis extant Graecae uestigia linguae./ Haec quoque iam Getico barbara facta sono./ Vnus in hoc nemo est populo qui forte Latine/ Quaelibet e medio reddere uerba queat./ Ille ego Romanus uates – ignoscite, Musae! – / Sarmatico cogor plurima more loqui./ En pudet et fateor, iam desuetudine longa/ Vix subeunt ipsi uerba Latina mihi./ Nec dubito quin sint et in hoc non pauca libello/ Barbara: non hominis culpa, sed ista loci. / Ne tamen Ausoniae perdam commercia linguae./ Et fiat patrio uox mea muta sono./ Ipse loquor mecum desuetaque uerba retracto./ Et studii repeto signa sinistra mei.*

de espalhar seus costumes entre os povos e, como mãe de todas as terras, reunificar as suas forças. Como importante evidência dessas ideias no imaginário romano, é válida uma passagem da *Eneida* de Virgílio (6.851-853), em que Anquises fala a Eneias: “Mas tu, romano, aprimora-te na governança dos povos./ Essas serão tuas artes; e mais: leis impor e costumes,/ poupar submissos e a espinha dobrar dos rebeldes e tercios.”²⁶ Eneias, representado mitologicamente no épico virgiliano como o primeiro antepassado do povo romano, recebe do pai a tarefa de governar outros povos; daí a função simbólica que tal passagem deveria exercer sobre os leitores romanos de seu tempo.

Com referência à investigação do valor da língua materna entre os romanos como desdobramento da expansão política de Roma, são de especial interesse, porém, alguns trechos da *História Natural*, de Plínio, o velho:

Depois disso, a Itália e os Ligúrios, seus primeiros [habitantes]; em seguida, a Etrúria, a Úmbria, o Lácio, onde [se encontra] a foz do Tibre e Roma, a capital do mundo, a dezesseis milhas do mar. (...) Não ignoro que posso, com razão, ser considerado ingrato e preguiçoso se, desse modo casual e circunstancial, descrever essa terra que é, ao mesmo tempo, discípula e mãe de todas as terras, eleita pelos numes divinos para tornar o próprio céu mais ilustre, para congregar os impérios esparsos e amolecer os costumes, bem como para unir, pelo comércio e troca entre línguas, os falares discordantes e selvagens de tantos povos, para conceder ao homem diálogo e humanidade, e, de modo breve, para tornar-se, no mundo, a única pátria de todos os povos. (...) E não menciono os talentos nem os costumes, homens e povos que sua língua e punho superaram. Os próprios gregos, povo bastante efusivo na expressão de sua glória, pronunciaram-se sobre ela, dando a uma certa parte dela o nome de Magna Grécia.²⁷ (Pl., *Nat. hist.*, 3.39, 42)

²⁶ Trad. de Carlos Alberto Nunes para o trecho: “*tu regere imperio populos, Romane, memento;/ hae tibi erunt artes; pacisque imponere morem,/ parcere subiectis et debellare superbos.*”

²⁷ *Italia dehinc primique eius Ligures, mox Etruria, Umbria, Latium, ubi Tiberina ostia et Roma terrarum caput, XVI interuallo a mari. (...) nec ignoro ingrati ac segnis animi existimari posse merito si obiter atque in transcurso ad hunc modum dicatur terra omnium terrarum alumna eadem et parens, numine deum electa quae caelum ipsum clarius faceret, sparsa congregaret imperia ritusque molliret et tot populorum discordes ferasque linguas sermonis commercio contraheret ad colloquia et humanitatem homini daret, breuiterque una cunctarum gentium in toto orbe patria fieret. (...) neque ingenia ritusque ac uiros et lingua manumque superatas commemoro gentes. ipsi de ea iudicauerunt Graeci, genus in gloriam suam effusissimum, quodam partem ex ea appellando Graeciam Magnam!*

De maneira semelhante à que ocorre na *Eneida*, a obra de Plínio, do primeiro século de nossa era, contém também um elogio a Roma, identificada como a capital do mundo (*caput terrarum*). Por um lado, a Itália se destaca de outras terras por seus atributos naturais, bem como por suas vantagens geográficas e suas características climáticas favoráveis (Pl., *Nat. hist.*, 3.40); por outro, é exaltada pelas virtudes militares e artísticas de seus habitantes, aos quais é concedida a tarefa, legitimada, na visão de Plínio, pela providência dos deuses, de unificar os poderes e elevar os costumes de outros povos espalhados no mundo. Para tanto, é atribuída à língua latina a função primordial de servir de meio comunicativo comum, capaz de possibilitar a troca cultural e comercial entre esses numerosos povos. As línguas destes, em contraste com o latim, são julgadas discordantes (*discordes*) e selvagens (*ferae*), i.e., como avulsos idiomas bárbaros, que devem ser substituídos por uma língua amadurecida e utilizada de modo uniforme. Dessa forma, Plínio parece transportar para o contexto romano a classificação grega de todas as línguas estrangeiras como línguas bárbaras. Tal desvalorização de outras línguas estrangeiras por autores romanos é inusitada, na medida em que o tema da relação entre o latim e os idiomas de outros povos, com exceção do grego, constitui, na maior parte dos testemunhos antigos sobre o valor das línguas, uma raridade (FÖGEN, 2000, p. 40).

É fundamental notar, ainda, desta vez com referência aos gregos, que Plínio não somente não os desvaloriza, como, de fato, toma uma de suas denominações do território italiano como uma motivação adicional para exaltá-lo. A designação *Magna Grécia* se referia a algumas cidades do sul da Península Itálica, principalmente a Sicília, dominadas pela Grécia a partir do século VIII anterior a nossa era. O raciocínio de Plínio pretende demonstrar a importância dos territórios latinos mesmo durante o período de dominação grega: se mesmo os gregos denominaram-na *Magna Grécia* (ou *Grande Grécia*), deviam ser certamente notáveis as características da terra e do povo que ali habitava.

Quanto à atenção dispensada a outras línguas estrangeiras pelos autores romanos, a língua grega constitui também a grande exceção. Com efeito, não somente em círculos filelênicos reconhecia-se a primazia da cultura dos gregos, e o estudo de sua literatura era

praticado ampla e intensivamente. Sabe-se que mesmo críticos ferrenhos dos costumes gregos, como Catão²⁸, eram familiarizados com essa língua estrangeira.

A própria classificação das línguas estrangeiras como bárbaras foi importada pelos romanos, o que lhes gera um problema de coerência: se, na perspectiva dos gregos, é bárbaro todo aquele que não fale a língua grega, o que seriam os romanos, falantes maternos da língua latina? Na próxima seção, trataremos dessa questão, i.e., do latim como língua bárbara e da origem do sentimento de carência do idioma pátrio (*patrii sermonis egestas*), bem como dos principais conceitos de delimitação das identidades linguísticas grega e latina, *Hellenismós* e *Latinitas*, respectivamente.

²⁸ Tal informação se evidencia, por exemplo, no diálogo *Cato Maior* ou *De Senectute*, de Cícero, em que Catão, como personagem, diz: “*multum etiam Graecis litteris utor Pythagoreorumque more exercendae memoriae gratia, quid quoque die dixerim audierim egerim, commemoro uesper*” (“também faço muito uso da literatura grega e, à maneira dos pitagóricos, para exercitar a memória, rememoro à noite aquilo que disse, ouvi e fiz durante o dia”).

1.3 Desdobramentos do contato cultural linguístico entre gregos e romanos: o latim como língua bárbara e o *patrii sermonis egestas*

Assim como os gregos, os romanos também identificavam outros povos, com exceção dos gregos, como “bárbaros”, de modo que o termo βάρβαρος, de que se originou *barbarus*, em latim, designa todo aquele “não-grego” ou simplesmente “estrangeiro”. A etimologia do vocábulo, advindo do radical sânscrito *barbara-* (“gaguejar”) ou mesmo dos mais remotos *barbar* (“estrangeiro”), em sumério, ou *barbaru* (“o estranho”), em babilônio, remonta a uma reduplicação onomatopaica pela qual a repetição da consoante oclusiva bilabial (como “bar-bar” ou “bla-bla”) indicaria a percepção da fala de um estrangeiro como uma forma de gaguejo ou balbucio (FRISK, 1960, p. 219-20). Em latim, o adjetivo *barbarus* apresenta uma semelhança fonética com *balbus*, “gaguejante, balbuciante”, ou mesmo com *balbutio*, “balbucio”, remetendo-se a uma articulação confusa e incompreensível (WALDE, 1938, p. 96).

O caráter onomatopaico do termo já é atestado entre os antigos, como evidenciam os seguintes trechos, de Estrabão (séc. I a.C.) e de Sexto Empírico (séc. II d.C.):

Suponho, porém, que a palavra βάρβαρος foi utilizada, desde o princípio, como uma onomatopeia para se referir àqueles que falam com dificuldade ou de modo duro e seco, da mesma forma que expressam βατταρίζειν (gaguejar), τραυλίζειν (silvar) e ψελλίζειν (balbuciar). Nós tendemos por natureza, pois, em razão de seu parentesco, a formar palavras por meio de sons que lhes sejam semelhantes.²⁹ (Strab., *Geographia*, 14.2.28)

Ao escutar a língua dos bárbaros, não a compreendemos e a julgamos inarticulada.³⁰ (Sex. Emp., *Hip. Pirr.*, I, 74)

²⁹ οἶμαι δὲ τὸ βάρβαρον κατ’ ἀρχᾶς ἐκπεφωνῆσθαι οὕτως κατ’ ὀνοματοποιίαν ἐπὶ τῶν δυσεκπύρως καὶ τραχέως λαλούντων, ὡς τὸ βατταρίζειν καὶ τραυλίζειν καὶ ψελλίζειν · εὐφυστατοὶ γὰρ ἐσμεν τὰς φωνὰς ταῖς ὁμοίαις φωναῖς κατονομάζειν διὰ τὸ ὁμογενές.

³⁰ τῆς βαρβαρῶν φωνῆς ἀκούοντες οὐ συνίμεν ἀλλὰ μονοειδῆ εἶναι δοκοῦμεν.

A oposição grego-bárbaro funda-se, assim, sobre a língua: é bárbaro, isto é, não-grego, aquele que não é capaz de falar ou pronunciar adequadamente a língua grega. Entretanto, a eleição da língua como parâmetro de definição gera, sobretudo no contexto grego, um problema. Afinal, se olharmos o seu estado desde o período arcaico, o que era a língua grega, além de uma junção de diversos dialetos falados em vários territórios e ilhas esparsas? Isso nos leva à interessante constatação de que a noção de *bárbaro*, entre os gregos, antecede a própria denominação identitária *grego* (DUBUISSON, 2001, p. 3) . Com efeito, o termo Ἑλλην (“grego” ou “heleno”) não é atestado em Homero³¹, e o espaço geográfico Ἑλλάς (posteriormente, designador de toda a Grécia), arrolado no *Catálogo das Naus* (Hom., *Il.*, 2.681-685), refere-se somente a uma pequena região da Tessália, próxima à Ftia. Por sua vez, o radical originário do adjetivo *bárbaro* se encontra presente já na *Iliada*, no participio βαρβαροφώνων (“de falantes de língua bárbara”), referente aos guerreiros cários e também atrelado a uma função de diferenciação linguística.

A dicotomia grego-bárbaro apenas se consuma com o emprego da denominação identitária “grego” e o uso de “bárbaro” com referência a todo aquele “não-grego”, a partir de Tucídides (DUBUISSON, 2001, p.2 ; ROCHETTE, 1997, p. 44). Forma-se uma oposição binária que não somente confere o mesmo *status* a todos os povos estrangeiros³², como também lhes atribui uma posição claramente desprestigiada. Isso principalmente porque, entre os gregos, não ser capaz de participar da compreensão e da produção da língua ou do enunciado implica a consequência de não conseguir compor adequadamente o pensamento. Os gregos cultivavam a particularidade de considerar que a língua seria o próprio pensamento ou razão (λόγος) (DUBUISSON, 2001, p.4).

Tal definição binária, principalmente em razão de sua carga fortemente pejorativa, torna-se um problema quando os romanos, após os eventos da Segunda Guerra Púnica (218-201

³¹ Na *Iliada*, os gregos, em oposição aos troianos, não são denominados de “gregos” ou “helenos”, mas de ἀχαιοί (“aqueus”), δαναοί (“dânaos”), ἀργεῖον (“argivos”) e, por vezes, de παναχαιοί (“pan-aqueus”), podendo-se supor que, entre os próprios gregos, não parecia haver uma noção de unidade étnica nem linguística (ROCHETTE, 1997, p. 38).

³² No *Político*, Platão formula uma crítica, por meio da personagem do estrangeiro, a tal binarismo demasiadamente superficial: “[Quero dizer] a forma, por exemplo, como alguém divide o gênero humano em duas partes e, como, aqui entre nós, a maioria costuma diferenciar, separando o grego de todos os demais, mas chamando todos os outros inúmeros gêneros com a única designação de bárbaro, e imaginando também, assim, em razão dessa única designação, que eles componham um único gênero.” (262d)

a.C.) e da dominação dos reinos da Macedônia e da Síria (200-188), tornam-se os protagonistas da ordem política da Europa Ocidental. Isso porque Roma, apesar de atingir uma superioridade militar e política sobre o mundo grego, escolhe, a partir do séc. II a.C., integrar-se ao modelo cultural grego, assimilando-lhe tradições religiosas e traços culturais e artísticos. Esse processo, que Paul Veyne chama de *segunda aculturação* (apud DUBUISSON, 2001, p.8), deixa-se ilustrar pelos conhecidos versos de Horácio, para quem “a Grécia, dominada, dominou seu conquistador feroz e introduziu suas artes no agreste Lácio”³³ (Hor., *Epist.* 2.1.156-7). De fato, ao longo do séc. II a.C., os romanos, sobre a influência do Círculo de Cipião, acolhem uma grande quantidade de costumes e características culturais gregas, da panificação até os meios de educação infantis e profissionais (*idem, ibidem*).

Havendo, de um lado, uma oposição binária grego-bárbaro por parte dos gregos, e, de outro, uma acolhida da cultura grega por parte dos romanos, tem-se como consequência natural que os romanos se identifiquem, de bom ou mau grado, como bárbaros. Eles, de fato, o fizeram, como atestam dois prólogos de Plauto, um da comédia *Asinaria* e outro da peça *Trinummus*: “Demófilo escreveu [esta comédia], e Mácio [Plauto] a verteu em bárbaro”³⁴ (*Asin.*, 11), bem como “Filemo escreveu [esta comédia], e Plauto a verteu em bárbaro”³⁵ (*Trin.*, 19).

Ao apresentar seus modelos gregos e expor que os verte “em bárbaro”, i.e., em língua bárbara, Plauto parece pressupor que o latim, comparado ao grego, seria tido como uma forma de expressão bárbara, como toda e qualquer língua não-grega. Apesar das discussões a respeito dos efeitos pretendidos por Plauto com tal caracterização da língua latina³⁶, é importante reconhecer que se trata de uma representação, ainda que lúdica ou cômica, do latim como língua secundária ou mesmo inferior em face do grego.

Os intelectuais gregos, como Dionísio de Halicarnasso³⁷, buscando legitimar a dominação romana, sustentaram a teoria de que os romanos teriam origem grega e de que o próprio latim

³³ *Graecia capta ferum uictorem cepit et artis/ intulit agresti Latio (...).*

³⁴ *Demophilus scripsit, Maccus uortit barbare.*

³⁵ *Philemon scripsit, Plautus uortit barbare.*

³⁶ Fögen (2000, p. 45) exclui a hipótese de a expressão plautina “*Maccus uortit barbare*” possa significar uma desvalorização do latim, não somente com base no gênero em que Plauto escrevia como também no fato de suas personagens se encontrarem inseridas em um contexto grego. As visões expressas por elas no palco, assim, representariam a perspectiva grega dos fatos e costumes romanos e explorariam o efeito cômico obtido pela avaliação de elementos locais aos olhos de estrangeiros.

³⁷ Cf. D.H., *Antiquitates Romanae*, I.90.

seria um dialeto grego, uma variedade modificada do eólico (DUBUISSON, 2001, p. 9). Dionísio alega que o latim, como resultado do frequente intercâmbio entre gregos e romanos, não seria nem completamente grego nem totalmente bárbaro, mas consistiria em uma mistura entre o dialeto eólico e muitos falares desconhecidos (STEVENS, 2006/2007, p. 115). Para Dionísio, os romanos teriam sido alçados à condição de não-bárbaros a partir do momento em que se lançaram a suas conquistas marítimas e, com a dominação de Cartago e da Macedônia, teriam absorvido os usos e costumes gregos, o que permite a conclusão de que o esforço de Dionísio de Halicarnasso em elevar os romanos ao *status* previamente ocupado pelos gregos, embora se articule com instrumentos linguísticos, como o reconhecimento de um parentesco direto entre as línguas grega e latina, não se fundamenta propriamente sobre motivações linguísticas, mas sobretudo políticas. Certamente não é o estudo da língua latina que o leva a compará-la, em valor e relevância, ao grego, mas o fato de Roma, a partir do séc. I a.C., haver atingido uma expansão territorial não alcançada nem mesmo pelos gregos (DAHLHEIM, 1994, p. 176). Dionísio associa a retórica com a aquisição de posições de liderança política (WIATER, 2001, p.95), o que permite aos romanos abandonar a condição de bárbaros, e ao latim, a de língua bárbara³⁸.

No entanto, antes do período em que Dionísio escreve o primeiro livro de suas *Antiquitates Romanae*, por volta do ano 7 a.C. (CARY, 1960, p. vii), os romanos e a língua latina ainda percorreriam um longo processo a fim de obter o almejado reconhecimento como povo não-bárbaro. De fato, a relação entre o latim e o grego sempre foi verdadeiramente ambígua, e os romanos demonstravam, notadamente no período da República Tardia, uma atitude complexa, em que se misturam uma forma de orgulho linguístico com certa incerteza sobre a possibilidade de o grego ser uma língua mais “rica” (ADAMS, 2004, p. 541).

O primeiro autor a explicitar sua insegurança em relação à capacidade da língua latina em expressar o pensamento, sobretudo filosófico, transmitido pelos gregos foi Lucrécio, que acabou

³⁸ Chama atenção como Dionísio de Halicarnasso, no mundo grego, já se refere a Roma como um terceiro gênero, nem grego, nem bárbaro. D.H., *Ant. Rom.*, I.3.5: “Desde quando dominou toda a Itália, ela [Roma] se encorajou a buscar o domínio sobre toda a humanidade, e depois de expulsar do mar os cartaginenses, cuja força marítima era maior do que a de todos, e de subjugar a Macedônia, a qual, até então, era considerada o mais poderoso reino terrestre, *ela não mais tinha qualquer nação como rival, seja essa bárbara ou grega.*” (ἐξ οὗ δὲ ὅλης ἐκράτησεν Ἰταλίας καὶ ἐπὶ τὴν ἀπάντων ἐθάρρησεν ἀρχὴν προελθεῖν, ἐκβαλοῦσα μὲν ἐκ τῆς θαλάττης Καρχηδονίους, οἳ πλείστην ἔσκον ναυτικὴν δύναμιν, ὑποχείριον δὲ λαβοῦσα Μακεδονίαν, ἥ τέως ἐδόκει μέγιστον ἰσχύειν κατὰ γῆν, οὐδὲν ἀντίπαλον ἔχουσα οὔτε βάρβαρον φύλον οὔτε Ἑλληνικόν) [*italico nosso*].

por fundar o lugar-comum do *patrii sermonis egestas*, ou *carência do idioma pátrio*. Lucrécio inicia seu tratado *De rerum natura* (*Sobre a natureza das coisas*) com a exposição dos principais temas de que pretende tratar em seu poema filosófico: a essência do céu e seus deuses (1.54: *summa caeli ratione deumque*), bem como os primórdios das coisas (1.55: *rerum primordia*). Expõe o valor negativo da religião para os homens, a que já chamara atenção Epicuro, e declara que seu objetivo seria trazer aos romanos, em língua latina, as ideias do filósofo grego. Nesse contexto, ele apresenta suas dificuldades:

Também não me escapa ao espírito que é difícil iluminar
em versos latinos as obscuras descobertas dos gregos,
sobretudo porque é necessário abordar muitas coisas com novas palavras
em razão da carência da língua e da novidade dos assuntos.³⁹ (1.136-139)

A matéria a ser tratada já apresenta, por si, descobertas obscuras e diz respeito a assuntos até então novos em terras latinas (*rerum nouitatem*). A língua em que Lucrécio escreve seus versos (*Latinis uersibus*) sofre de uma carência (*egestas*), razão pela qual é necessária a cunhagem de novos termos (*nouis uerbis*). Atente-se para o fato de que Lucrécio explora o sentido de “luz” e “claridade” (*inlustrare*), em oposição à “obscuridade” (*obscura reperta*), como expressão metafórica do ato de explicação de ideias de difícil compreensão (FÖGEN, 2000, p. 61).

O lugar-comum do *patrii sermonis egestas* vem à tona em versos posteriores, os quais introduzem as investigações sobre a filosofia de Anaxágoras. Também nesse ponto, Lucrécio faz uma ressalva sobre a provável insuficiência de sua língua:

Agora também investiguemos a *homeomeria* de Anaxágoras
as quais os gregos assim chamam e a qual em nossa língua
a pobreza do idioma pátrio não nos permite expressar.⁴⁰ (1. 830-833)

³⁹ *Nec me animi fallit Graiorum obscura reperta/ difficile inlustrare Latinis uersibus esse,/ multa nouis uerbis praesertim cum sit agendum/ propter egestatem linguae et rerum nouitatem.* (Luc., 1.136-139)

⁴⁰ *Nunc et Anaxagorae scrutemur homoeomerian/ quam Grai memorant nec nostra dicere lingua/ concedit nobis patrii sermonis egestas.* (Luc., 1. 830-833)

Ainda em outro momento, no livro III de seu tratado, Lucrécio atribui às insuficiências do latim a razão de não conseguir explicar o funcionamento dos elementos que compõem a alma:

Assim, já está descoberta como tríplice a natureza da alma;
Mas tais elementos não são suficientes para, juntos, criar a sensibilidade,
o espírito não aceita que qualquer uma delas possa criar
os movimentos das sensações, e tudo o que se agita no espírito (...)
Agora como se misturam esses elementos e por que meios
operam, ainda que esteja ávido para explicá-lo, impedem-me,
a contragosto, a carência do idioma pátrio⁴¹ (3. 237-240, 257-260)

Dessa forma, Lucrécio se queixa, em três momentos, sobre a língua latina, apontando sua inadequação para o tratamento dos assuntos filosóficos debatidos pela tradição grega. Nos trechos selecionados, o autor do *De rerum natura* não deixa clara a natureza dessa inadequação, isto é, se refere-se a faltas morfológicas, sintáticas ou semânticas da língua; contudo, a julgar pelo contexto em que introduz o lugar-comum do *patrii sermonis egestas*, presente sempre que pretende introduzir termos técnicos e novos assuntos ainda inéditos para os romanos, é possível supor que Lucrécio esteja apontando para a não-correspondência lexical entre latim e grego.

A escassez de vocabulário técnico em latim, mais do que natural quando se considera que os romanos ainda não haviam se dedicado às disciplinas que ora adquiriam dos gregos, consiste na crítica mais frequente ao idioma. Assim como Lucrécio, Vitrúvio serve de exemplo, também do séc. I a.C., para demonstrar a atitude negativa em direção ao latim. Em seu *De architectura*, esse enfrenta problemas com sua língua materna para explicar o conceito de *harmonia*, emprestado da música:

Contudo, a harmonia é, na literatura musical, um conceito obscuro e difícil, ainda mais para aqueles que não sejam familiarizados com o grego. Se quisermos explicá-la, é necessário, sim, que utilizemos palavras gregas, já que algumas delas não possuem nome em latim. Assim, para que eu possa fazê-lo da forma mais acessível possível, traduzirei a partir dos escritos Aristóxenes, anexando seu diagrama, e

⁴¹ *Iam triplex animi est igitur natura reperta;/ nec tamen haec sat sunt ad sensum cuncta creandum,/ nil horum quoniam recipit mens posse creare/ sensiferos motus, quae denique mente uoluntat (...)/ Nunc ea quo pacto inter sese mixta quibusque/ compta modis uigeant rationem reddere auentem/ abstrahit inuitum patrii sermonis egestas* (3. 237-240, 257-260)

marcarei os limites dos sons, de modo que o leitor preste mais atenção e compreenda com mais facilidade.⁴² (Vitr., 5.4.1)

Esse tipo de consciência linguística não é encontrado apenas no período da República, mas se alastra também ao longo do Império. Tito Lívio, p. ex., faz um comentário sobre a língua grega, mas não com base em seu léxico, e sim em aspectos morfossintáticos. O historiador romano chama atenção para a maior flexibilidade e facilidade de se criar compostos em língua grega:

(...) e é muito bem sabido que, em Parverno, falou um boi, e que, em um mercado lotado, um abutre caiu sobre uma loja, e que, em Sinuessa, nasceu uma criança de sexo ambíguo, entre macho e fêmea; esses o povo chama de andróginos e de outros nomes, já que é mais fácil de formar compostos em Grego (...) ⁴³ [Liv., *Ab urbe condita*, 27.11.5]

Entretanto, ainda que os autores expressem sua percepção também quanto a outros componentes linguísticos, é notável que questões lexicais assumam o primeiro plano de discussão quando se comparam grego e latim. Os problemas para encontrar palavras que descrevam adequadamente fenômenos discutidos em disciplinas gregas, sobretudo na filosofia, são apontados também por Sêneca, no séc. I d. C., quando, na introdução de sua carta 53 das *Epistulae morales ad Lucilium*, declara:

Nunca tive melhor ideia do quão grande é a nossa pobreza em palavras, ou melhor, da carência que temos delas, do que no dia de hoje. Quando acabamos discutindo sobre Platão, mil coisas vieram à tona as quais ansiavam por nomes, porém não os tinham; certas coisas, de fato, até

⁴² *Harmonia autem est musica litteratura obscura et difficilis, maxime quidem quibus graecae litterae non sunt notae. Quam si uolumus explicare, necesse est etiam graecis uerbis uti, quod nonnullae eroum latinas non habent appellationes. Itaque ut potuero quam apertissime ex Aristoxeni scripturis interpretabor et eius diagramma subscribam finitionesque sonittum designabo, uti, qui diligentius attenderit, facilius percipere possit.* (Vitr., 5.4.1)

⁴³ (...) *et Paverni satis constabat bouem locutum, uolturiumque frequenti foro in tabernam deuolasse, et Sinuessae natum ambiguo inter marem ac feminam sexu infantem, quos androgynos uolgus, ut pleraque, faciliore, ad duplicanda uerba Graeco sermone, appellat* (...) [Liv., *Ab urbe condita*, 27.11.5]

tinham nomes, mas perderam-nos em razão de nosso fastio.⁴⁴ (Sen., *Ep.*, 53.1-2)

Tal sentimento de inferioridade em relação aos gregos e, no caso do lugar-comum do *patrii sermonis egestas*, à língua grega encontra, porém, contrapontos importantes na história de Roma. O mais importante deles é, reconhecidamente, aquele estabelecido por Cícero. Isso porque esse não buscou gerar animosidades contra a influência grega, como fizera Catão (cf. Plut., *Cat. Ma.*, 23: “Ele o fez não, como muitos acreditam, devido a uma inimizade natural contra Carnéades, mas porque tinha completa aversão à filosofia e tirava sarro de toda a cultura e treinamento gregos, em razão de uma dedicação patriótica”), mas almejou, principalmente em suas obras filosóficas, introduzir a disciplina filosófica em Roma por meio da língua latina. Cícero reconhecia a importância da filosofia para a formação política dos cidadãos romanos (Cic., *De Of.*, 1.1) e julgava necessário apresentá-la e discuti-la em sua língua materna (Cic., *De fin.*, 1.4-5 e Cic., *Ac.*, 1.10).

Cícero é um autor essencial para que se compreenda a construção da identidade e da consciência linguística romanas, na medida em que é o primeiro a sinalizar a longa e lenta etapa de transição entre a dicotomia grego-bárbaro, cultivada pelos gregos e assimilada pelos romanos, e a divisão tripartite do mundo entre grego, romano e bárbaro (ROCHETTE, 1997, p. 52). De fato, Cícero, em seus escritos, não somente posiciona a Itália e a Grécia em um mesmo patamar, como também, com base em um critério ético, questiona a superioridade cultural atribuída por tanto tempo pelos gregos. No *De re publica*, Cipião pergunta se Rômulo havia sido um rei de homens bárbaros, e Lélío o responde da seguinte maneira:

Se, como dizem os gregos, todos são ou gregos ou bárbaro, então eu temo que ele tenha sido um rei de bárbaros; mas se devermos dar esse nome aos costumes e não à língua, então acredito que os gregos não sejam menos bárbaros que os romanos.⁴⁵ (Cic., *De re publ.*, 1.58)

⁴⁴ *Quanta uerborum nobis paupertas, immo egestas sit, numquam magis quam hodierno die intellexi. Mille res inciderunt, cum forte de Plantone loqueremur, quae nomina desiderarent nec haberent, quaedam uero, quae num habuissent, fatidio nostro perdissent. Quis autem ferat in egestate fastidium?* (Sen., *Ep.*, 53.1-2)

⁴⁵ *Si ut Graeci dicunt omnis aut Graios esse aut barbaros, ueeor ne barbarorum rex fuerit; sin id nomen moribus dandum est, non linguis, non Graecos minus barbaros quam Romanos puto.* (Cic., *De re publ.*, 1.58)

É possível apreender dessa passagem que a desvalorização dos romanos, comparando-os a um povo bárbaro, não permanecia indiscutida em Roma, principalmente se o critério de avaliação passasse a ser as suas qualidades morais. Sem que deixasse de ver nos gregos uma fonte indispensável de conhecimento filosófico e retórico, Cícero não permitiu que a admiração por seus modelos o impedissem de transmiti-los e questioná-los em sua língua materna. Sua contribuição para a formação da prosa em latim foi tão decisiva a ponto de Jerônimo (Jer., *Ep.*, 50.2) sustentar, comparando grego e latim, uma opinião completamente contrária àquela, vigente por séculos em Roma, de que haveria um *patrii sermonis egestas* (ROCHETTE, 1997, p. 50).

A atitude linguística de Jerônimo ajuda-nos a perceber a relatividade das avaliações linguísticas, as quais se alteram em função dos fatores culturais, sociais e econômicos preponderantes em um dado período. Na República Tardia, em que escreveram Lucrecio e Cícero, Roma ainda se encontrava em um estágio de incipiência literária, e fascinava-lhe a impressionante produção cultural dos gregos, que haviam exercido, por séculos, um governo hegemônico sobre diversos territórios da Península Itálica. No contexto de Jerônimo, por sua vez, a influência política da Grécia já se encontrava demasiadamente no passado, e a própria língua grega não mais era ensinada e utilizada na Europa Ocidental, de modo que o latim assumia a posição de língua de maior prestígio (MANGO, 1980, p. 22).

No recorte metodológico deste trabalho, interessa-nos não propriamente a descrição e detalhamento dos dois estágios descritos acima, mas a contribuição de Cícero para a ocorrência paulatina dessa mudança. No próximo capítulo, investigaremos a consciência linguística de Cícero a partir das comparações que ele realiza, de um lado, entre o latim e suas variedades e, de outro, entre o latim e o grego.

CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NA OBRA DE CÍCERO

2.1 A dupla atitude linguística ciceroniana: consciências linguística interna e externa

O presente capítulo serve como investigação preliminar para o estudo da consciência e atitude linguísticas de Cícero, bem como da análise de suas traduções de termos filosóficos nos *Acadêmicos*. Como apresentamos na conclusão do capítulo anterior, os escritos de Cícero são de especial interesse para a compreensão de uma mudança que se processou na valorização da língua latina na Antiguidade, valorização esta que engendrou uma nova representação dos romanos como falantes de uma língua mais legitimada socialmente, uma língua não bárbara.

Cícero é visto como o autor que mais expressou atitudes e opiniões sobre sua língua materna (FÖGEN, 2000, p. 77) e, em razão de sua grande familiaridade com a cultura e a língua gregas, pôde fazê-lo, em muitas passagens, por meio de uma comparação com o grego. Principalmente em suas obras filosóficas, Cícero apresenta reflexões sobre a capacidade expressiva do latim e sobre sua utilidade para a discussão de temas da filosofia; contudo, também em seus escritos retóricos, deixa um valioso legado de perspectivas sobre a relação entre o latim e suas outras variedades.

Embora não tenhamos pretensão de exaustividade nesta análise, buscamos apresentar um panorama das atitudes linguísticas de Cícero, valendo-nos de seus mais relevantes testemunhos metalinguísticos, tanto para a elucidação de sua consciência linguística diante da existência de variedades diversas do latim literário, quanto para a compreensão do estado da relação entre latim e grego na República Tardia em Roma. Buscamos não somente atestar as atitudes contidas

nesses testemunhos, mas também compará-los a fim de verificar o seu nível de coerência, buscando, também, compreender a sua finalidade no âmbito de cada obra.

Retomando os níveis em que se podem manifestar a consciência linguística dos falantes, esclarecidos no capítulo anterior (cf. *supra*), denominamos *consciência linguística interna* aquela formada pelas opiniões e crenças dos falantes acerca dos variados diassistemas linguísticos que compõem sua língua materna, conectados a diferenças regionais, sociais e pragmáticas. Para elucidá-la na obra de Cícero, valemo-nos, como principais fontes, dos testemunhos localizáveis a esse respeito em seus escritos retóricos; como dados secundários, úteis para a compreensão do contexto de sua escrita, apresentamos algumas informações históricas pertinentes para compreender a formação de Cícero como falante da língua latina. Esses são os temas da primeira seção deste capítulo: iniciamos por dados contidos na obra de Cícero que ajudam a compor sua imagem como orador e tratamos, em seguida, de seus testemunhos metalinguísticos internos.

A *consciência linguística externa*, por seu turno, ultrapassa os limites de uma língua e de suas variedades para abarcar asserções que comparem uma língua a outra. No caso de Cícero, essas línguas são o grego e o latim, de modo que nos concentramos sobre as valorações, presentes em suas obras filosóficas, que, contratando as duas línguas, digam respeito ao uso do latim para a prosa filosófica. Preliminarmente a esse estudo, apresentamos testemunhos de Cícero relacionados ao seu aprendizado e formação em língua grega, sendo de especial relevância o modo como se deu o seu contato com a disciplina filosófica. Na medida em que as avaliações da língua latina, nos escritos filosóficos ciceronianos, precedem uma série de esforços de tradução da terminologia técnica legada pelos gregos, é também de relevância crucial um estudo da postura tradutória de Cícero, explicitada e praticada em algumas dessas obras. Na segunda seção deste capítulo, dedicamo-nos, portanto, à formação de Cícero como sujeito bilíngue, a sua postura como tradutor e aos testemunhos comparativos em latim e grego em suas obras filosóficas⁴⁶.

⁴⁶ Os comentários e traduções presentes no diálogo-tratado *Acadêmicos* são reservados para o terceiro capítulo, já que compõem o recorte principal deste trabalho.

2.2 Consciência linguística interna

2.2.1 Cícero como homem de letras

Marco Túlio Cícero nasceu no dia 3 de janeiro de 106 a.C. (Plut., *Cic.*, 2,1), em uma propriedade pertencente a seu avô, localizada na região de Arpino (Cic., *De leg.*, II.3), a cerca de 100 quilômetros de Roma. Arpino era um dos distritos [*praefecturae*] de Roma, e seus cidadãos haviam adquirido, segundo Tito Lívio (XXXVIII, 36, 9), desde o ano 188 a.C., o direito ao voto.

O pai, também de nome Marco Túlio Cícero, pertencia à ordem equestre, ou *equester ordo* (Plut., *Cic.*, 11, 3), a alta camada social de plebeus e patrícios não aptos a se candidatar a cargos públicos (SONTHEIMER et al., 1964, p. 339). O fato de Cícero não possuir uma origem assentada na mais alta nobreza romana e, a despeito disso, haver se iniciado na carreira política e ocupado, no Senado Romano, o cargo de cônsul faz dele um *homo nouus*, isto é, um novato, o qual, sem recomendação familiar e apenas a partir das próprias realizações, consegue tornar-se um político de renome (*ibid.*, p. 180).

Entretanto, apesar do que o nascimento fora de Roma e a baixa posição aristocrática pudessem permitir concluir, não faltavam à família de Cícero diversas conexões com círculos políticos e senatoriais (GEIZLER, 1939, p. 827). A mulher de seu avô, Gratídia, era irmã de Marcos Gratídio, amigo do grande orador Marco Antônio (Cíc., *Brut.*, 168; *De orat.*, 2, 265); a irmã de sua mãe, Hélvia, era casada com Visélio Aculeão, amigo próximo de outro grande orador, Lúcio Crasso (Cíc., *De orat.*, 1, 191 e 2, 2). O tio de Cícero, Lúcio Cícero, também era próximo do orador Marco Antônio (Cíc., *De orat.*, 2, 2-3 e 265).

A partir de seus próprios testemunhos, pode-se depreender que Cícero fora uma criança de saúde fraca que, no campo, vivera voltado para a própria formação intelectual (Cíc., *De leg.*, 3), demonstrando, desde o início de seu percurso educacional, um talento extraordinário. Plutarco narra que “quando ele se encontrava na idade de tomar lições, o seu talento natural se destacou com clareza e ganhou nome e fama entre os outros garotos, de modo que seus pais costumavam visitar a escola para vê-lo com seus próprios olhos e observar a rapidez e a inteligência de seus estudos”⁴⁷ (Plut., *Cic.*, 2, 2).

Na companhia do irmão Quinto, muda-se cedo para Roma, onde o pai possuía uma casa (Cíc., *Qu. fr.*, 2, 3, 7), e ali inicia sua formação retórica sem jamais descuidar da reflexão teórica, em conformidade com os aconselhamentos de Lúcio Crasso, que “não apenas parecia falar grego como se não conhecesse qualquer outra língua, mas também propunha tais temas [de teoria retórica] em seus questionamentos, tratando-os em qualquer conversação, que nada lhe parecia novo ou estranho”⁴⁸ (Cíc., *De orat.*, 2, 2; trad. Adriano Scatolin). Dentre os seus professores da época, Cícero defende em juízo, mais tarde, o poeta Aulo Licínio Arquias, a quem se refere em seu discurso com alta gratidão e reconhecimento (Cíc., *Pro Arch.*, 1).

O talento de Cícero, reconhecido por seus contemporâneos, e sua educação intelectual, marcada pela constante dedicação à retórica e à filosofia, preenchê-lo-iam de uma ambição otimista para a persecução de posições sociais mais elevadas. Em carta ao irmão (*Quint. Fr.*, 3, 5, 4), Cícero rememora-se do objetivo que o fascinava desde jovem: atingir a excelência em tudo e elevar-se em comparação aos outros. Em seu tempo, a concretização de um objetivo tão ambicioso só poderia se dar pelo ingresso no Senado e pela obtenção do posto de *princeps ciuitatis*. Em carta a Ático (*Att.*, 1, 17), Cícero compara e comenta as diversas vocações que seguiram. Uma certa ambição o teria posto em busca da honra e da distinção [*ad honorum studium*], ao passo que Ático, por razão não menos louvável, teria sido conduzido ao ócio honrado [*ad honestum otium*].

⁴⁷ (...) ἐν ἡλικίᾳ τοῦ μανθάνειν γενόμενος, δι’ εὐφυσίαν ἐκλάμψας καὶ λαβῶν ὄνομα καὶ δόξαν ἐν τοῖς παισίν, ὥστε τοὺς πατέρας αὐτῶν ἐπιφοιτᾶν τοῖς διδασκαλείοις ὅψει τε βουλομένους ἰδεῖν τὸν Κικέρωνα καὶ τὴν ὑμνουμένην αὐτοῦ περὶ τὰς μαθήσεις (Plut., *Cic.*, 2, 2).

⁴⁸ (...) *illum et Graece sic loqui, nullam ut nosse aliam linguam uideretur, et doctoribus nostris ea ponere in percontando eaque ipsum omni in sermone tractare, ut nihil esse ei nouum, nihil inauditum uideretur.* (Cíc., *De orat.*, 2, 2)

Anos mais tarde, em uma crítica à filosofia epicurista, Cícero apresenta o ideal que acredita haver alcançado, no *De oratore*:

Dentre aqueles [filósofos] que ainda existem, aquela filosofia que assumiu a defesa do prazer, embora possa parecer correta a alguém, está distante daquele homem que procuramos e que pretendemos que seja conselheiro da opinião pública, líder do governo do estado, primeiro homem, pelo pensamento e pela eloquência, no senado, em meio ao povo, nas causas públicas.⁴⁹ (Cíc., *De orat.*, 3, 63; trad. de Adriano Scatolin)

Em outra passagem do mesmo tratado, Cícero expressa claramente que o maior objetivo que poderia vislumbrar seria o alcance de um desenvolvimento retórico tal que lhe permitisse mover os homens, valendo-se, sem recorrer aos excessos da força, unicamente do uso eloquente das palavras. Trata-se de um verdadeiro elogio à eloquência:

Na verdade, nada me parece mais notável do que ser capaz, por meio da oratória, de cativar as multidões de homens, conquistar suas mentes, impelir para onde se quiser suas vontades, desviá-las igualmente de onde se deseje. Esta única coisa sempre floresceu e sempre reinou em meio a qualquer povo livre, e sobretudo nas cidades pacatas e sobremaneira tranquilas.⁵⁰ (Cíc., *De orat.*, 1, 30; trad. de Adriano Scatolin)

De fato, a eloquência é uma das mais altas virtudes. Embora todas as virtudes sejam iguais e semelhantes, uma espécie é mais bela e ilustre do que a outra. Tal como este poder, que, abarcando o conhecimento das coisas, desenvolve com palavras as ideias e os desígnios da mente de tal forma que é capaz de impelir os ouvintes para onde quer que se incline. Quanto maior é esse poder, mais deve ser atrelado à honestidade e a uma enorme prudência. Se confiarmos a riqueza oratória a homens desprovidos de tais virtudes, não estaremos produzindo um orador, mas

⁴⁹ *Ex illis autem quae remanent, ea philosophia, quae suscepit patrocinium uoluptatis, esti cui uera uideatur, procul abest tamen ab eo uiro, quem quaerimus et quem auctorem publici consilii et regendae ciuitatis ducem et sententiae atque eloquentiae principem in senatu, in populo, in causis publicis esse uolumus.* (Cíc., *De orat.*, 3, 63)

⁵⁰ *Neque uero mihi quidquam praestabilius uidetur quam posse dicendo tenere hominum coetus, mentes allicere, uoluntates impellere, quo uelis, unde autem uelis deducere. Haec una res in omni libero populo maximeque in pacatis tranquillisque ciuitatibus praecipue semper floruit semperque dominata est* (Cíc., *De orat.*, 1, 30)

dando certas armas a loucos.⁵¹ (Cíc, *De orat.*, 3, 55; trad. Adriano Scatolin)

Dos excertos acima, é possível depreender que Cícero concede grande valor à formação em retórica. A eloquência assumia em Roma uma posição de prestígio incompartilhável por outras disciplinas do intelecto. Como testemunho de sua valorização para a formação humanística do homem romano, servem-nos diversas passagens dos escritos ciceronianos: “para tal estudo eram oferecidas, tal como hoje em dia, as maiores recompensas concernentes à influência, às riquezas e ao prestígio”⁵² (*De orat.*, 1, 15, trad. Adriano Scatolin); “quem, em algum momento, poderá ter duvidado de que a eloquência sempre envolveu, em nossa república, os primeiros dentre os mais urbanos e pacatos assuntos”⁵³ (*Or.*, 141); “na toga, foi, por nossos antepassados, concedido à eloquência o primado da dignidade”⁵⁴ (*De off.*, 2, 66); “em uma República tão vasta e tão antiga à eloquência são oferecidos os maiores prêmios”⁵⁵ (*Brut.*, 182); “o grande orador supera, em muito, os comandantes diminutos”⁵⁶ (*Brut.*, 256).

A partir desses comentários de Cícero, distribuídos por suas obras, parece mais do que natural que Cícero encarasse a ascensão à posição de cônsul, a que mais tarde de fato chegaria, como consequência do sucesso na eloquência (cf. *Brut.*, 124, 175, 237, 245). O contato com os oradores Lúcio Crasso e Marco Antônio, referidos acima, os quais haviam alcançado significativas posições políticas, pode ter contribuído para que Cícero cultivasse a concepção de inseparabilidade entre eloquência e política (GEIZLER, 1939, p. 829), tanto que, já em um escrito de juventude (Cíc., *De inuentione*, 1, 6), refere-se à retórica como parte da política [*ciuilis scientiae partem*].

⁵¹ *Est enim eloquentia una quaedam de summis uirtutibus; quamquam sunt omnes uirtutes aequales et pares, sed tamen est specie alia magis alia formosa et inlustris, sicut haec uis, quae scientiam complexa rerum sensa mentis et consilia sic uerbis explicat, ut eos, qui audiant, quocumque incubuerit, possit impellere; quae quo maior est uis, hoc est magis probitate iungenda summaque prudentia; quarum uirtutum expertibus si dicendi copiam tradiderimus, non eos quidem oratores effecerimus, sed furentibus quaedam arma dederimus* (Cíc, *De orat.*, 3, 55)

⁵² *erant huic studio maxima quae nunc quoque sunt exposita praemia uel ad gratiam uel ad opes uel ad dignitatem.* (Cíc., *De or.*, 1, 15)

⁵³ *quis umquam dubitauit, quin in republica nostra primas eloquentia tenuerit semper urbanis pacatisque rebus.* (Cíc., *orat.*, 141)

⁵⁴ *eloquentiae a maioribus nostris est in toga dignitatis principatus datus.* (Cíc., *De off.*, 2, 66)

⁵⁵ *in tanta et tam uetere re publica maxumis praemiis eloquentiae propositis* (Cíc., *Brut.*, 182)

⁵⁶ *multo magnus orator praestat minutis imperatoribus.* (Cíc., *Brut.*, 256)

O entusiasmo que lhe inspiravam os discursos de Lúcio Crasso levá-lo-ia, mesmo após a morte deste, à cúria, local onde Lúcio haveria falado pela última vez (Cíc., *De orat.*, 3, 6). Após esse evento, no ano de 90 a.C. (GEIZLER, *ibid.*), Cícero recebe a *toga virilis*, símbolo da obtenção de direitos civis e do alcance da idade adulta (SONTHEIMER et al., 1964, p. 880), e é introduzido por seu pai aos círculos sociais do então octogenário Áugure Quinto Múcio Cévola, genro de Caio Lélcio e cônsul em 117 (GEIZLER, *ibid.*). Deste, Cícero recebe diversos aconselhamentos jurídicos, o que lhe vale como excelente introdução ao direito; as relações estabelecidas em torno de Cévola, cujas lembranças do círculo de Cipião constituirão a base da ambientação do diálogo *De republica* (ALBRECHT, 2012, p. 436), são-lhe também uma porta de entrada para o mundo dos senadores romanos (Plut., *Cic.*, 3, 2).

É também nesse contexto que conhece Tito Pompônio Ático, grande admirador da cultura grega, com quem conduziria uma forte amizade, documentada em numerosa coletânea de cartas, e em cuja homenagem escreveria o diálogo *De amicitia*. Outras personalidades que lhe permitiriam galgar o caminho ao senado são Quinto Múcio Cévola (Cíc., *De amic.*, 1), o máximo pontífice e cônsul em 95; e Lélcio Aélcio Stilo (Cíc., *Brut.*, 207), o maior estudioso romano de sua época, com o qual muitos senadores se aconselhavam.

Ainda na juventude, provavelmente em 90 a.C. (GEIZLER, *ibid.*), Cícero serve como soldado sob os comandos de Pompeio e, em seguida, de Sula. No entanto, rapidamente deixa de perseguir a carreira militar, declarando que apresentava maior interesse na atividade política na urbe do que nas honrarias provenientes da guerra (*De off.*, 1, 74). Quanto às agitações em Roma decorrentes da ditadura de Sula (cf. SANT'ANNA, 2015, p. 98-107), Cícero defenderia, assim como Cévola, o fim da guerra civil por meio do acordo entre as partes (Cíc., *Rosc. Am.*, 136) e recusar-se-ia a pegar em armas (*ibid.*, 142). No *De officiis*, diálogo posterior, escrito durante a guerra civil entre César e Pompeio, quando já poucas esperanças restavam para a restauração da República, Cícero retornaria a argumentar pelo primado do diálogo em situações de conflito e pelo evitamento da guerra como exigência ética:

E, na República, devem ser resguardados ao máximo os direitos de guerra, pois há dois tipos de conflito: um se desenrola pelo debate, e o outro pela força. Já que aquele é mais próprio do homem, e este outro das bestas, deve-se recorrer ao último apenas se não for possível fazer uso do

primeiro. Guerras, assim, devem ser consideradas por esta causa, qual seja, para que vivamos em paz, sem injustiça; obtendo-se a vitória, aqueles que não foram cruéis nem brutais devem ser poupados (...).⁵⁷ (Cíc., *De off.*, 34-35)

Distante da atividade bélica, dedica-se inteiramente aos estudos⁵⁸ e, em retórica, trabalha com Marcos Púpio Pisão e Quinto Pompeio Bitínico (Cíc., *Brut.*, 310), o que lhe possibilitaria, já em 87 a.C. (GEIZLER, 1939, p. 831), ouvir os ensinamentos de Apolônio Mólou, ilustre mestre de retórica residente em Rodas. Nesse período, Cícero apresenta, como fruto de seus estudos, o escrito de juventude *De inuentione*, em cujo próêmio apresenta questionamentos políticos de seu tempo, como a avaliação da eloquência em função da utilidade que pode trazer à República (Cíc., *De inu.*, 1, 1) e, por meio da citação de figuras antagônicas (Catão e os irmãos Graco, p. ex.) como modelos de boa retórica, o ideal de uma atividade política para além dos confrontos partidários do presente (Cíc., *De inv.*, 1, 5; GEIZLER, *ibid.*).

No *De inuentione*, um tratado retórico dedicado à primeira das etapas de constituição de um discurso, Cícero sustenta, ainda, que o conhecimento sobre outras matérias de cultura é inútil sem a devida medida de eloquência que o faça emergir (Cíc., *De inu.*, 1, 1). A arte da persuasão seria fundamental para o desenvolvimento da característica mais essencial ao homem, a capacidade da fala, e a expressão pela língua colocar-se-ia, assim, como um parâmetro de medida de sua *humanitas* (PEREIRA, 1989, p. 133). Mais tarde, Cícero afastar-se-ia desse primeiro escrito de juventude e retomaria o tema da retórica no *De oratore*, dedicado à formação do orador, e no *Brutus*, em que, considerada a palavra a expressão da interioridade do ser, a arte retórica é apresentada como a história da alma de Roma (GRIMAL, 1988, p. 409).

A partir dos dados apresentados, retirados, em sua maior parte, dos comentários que o próprio Cícero tece sobre a relevância da retórica em sua formação, é importante perceber como esses contribuem para a construção de uma representação de seu autor. A figura do orador como

⁵⁷ *Atque in re publica maxima conseruanda sunt iura belli. Nam cum sint duo genera dicertandi, unum per disceptationem, alterum per uim, cumque illud proprium sit hominis, hoc belluarum, confugiendum est ad posterius, si uti non licet superiore. Quare suspicienda quidem bella sunt ob eam causam, ut sine iniuria in pace uiuatur, parta autem uictoria conseruandii ii, qui non crudeles in bello, non immanes fuerunt (...).* (Cíc., *De off.*, 134-135)

⁵⁸ É o que Cícero relata em seu *Brutus*, 308, ao dizer: “e, de fato, em todo este tempo, dedicava-me por dias e noites à consideração de todas as doutrinas” (*at uero ego hoc tempore omni noctes et dies in omnium doctrinarum meditatione uersabar*).

se apresenta ao público, o seu *êthos*⁵⁹, é considerada por Cícero como um elemento decisivo para a persuasão da audiência e vitória de uma causa, de modo que parece coerente a maneira como reforça, mesmo em suas obras teóricas, o papel da retórica e o cuidado com o emprego da língua latina para a sua formação. O reconhecimento da função decisiva do *êthos* do orador é apresentado no passo 2.182-184 do *De oratore*:

Tem muita força, então, para a vitória, que se aprovelem o caráter, os costumes, os feitos e a vida dos que defendem as causas e daqueles em favor de quem as defendem, e, do mesmo modo, que se desaprovelem os dos adversários, bem como que se conduzam os ânimos daqueles perante os quais se discursa à benevolência tanto em relação ao orador como em relação ao que é defendido pelo orador. Cativam-se os ânimos pela dignidade do homem, por seus feitos, por sua reputação; pode-se orná-los com maior facilidade, se todavia existem, do que forjá-los, se absolutamente não existem. (...)

Apresentar o seu caráter pelo discurso, então, como justo, íntegro, religioso, timorato, tolerador de injustiças, tem um poder absolutamente admirável; e isso, quer no princípio, que na narração da causa, quer no final, tem tamanha força, se for tratado com delicadeza e julgamento, que muitas vezes tem mais poder do que a causa. Realiza-se tanto por determinado julgamento e método oratórios, que se forja, por assim dizer, o caráter do orador; por meio de determinado tipo de pensamentos e determinado tipo de palavras, empregando-se ainda uma atuação branda e que expresse afabilidade, consegue-se que pareçamos homens honestos, de boa índole, bons.⁶⁰ (Cíc., *De orat.*, 2, 182 e 184, trad. de Adriano Scatolin)

A representação da figura do orador por ele mesmo dá-se também no próprio discurso judicial em público, do qual Cícero toma parte apenas após um longo período de estudos, o que se dá, não por acaso, após Sula haver restaurado a República dos *optimates* (ALBRECHT, 2012,

⁵⁹ Para um tratamento aprofundado da noção de *ethos* em Cícero, cf. WISSE, 1989.

⁶⁰ *Valet igitur multum ad uincendum probari mores et instituta et facta et uitam eorum, qui agant causas, et eorum, pro quibus, et item improbari adversariorum, animosque eorum, apud quos agetur, conciliari quam maxime ad benevolentiam, cum erga oratorem tum erga illum pro quo dicet orator. Conciliantur autem animi dignitate hominis, rebus gestis, existimatione uitae; quae facilius ornari possunt, si modo sunt, quam fingi, si nulla sunt. (...)* *Horum igitur exprimere mores oratione, iustos, integros, religiosos, timidos, perferentes iniuriarum, mirum quiddam ualet; et hoc uel in principiis uel in re narranda uel in peroranda tantam habet uim, si est suauiter et cum sensu tractatum, ut saepe plus quam causa ualeat. Tantum autem efficitur sensu quodam ac ratione dicendi, ut quasi mores oratoris effingat oratio. Genere enim quodam sententiarum et genere uerborum, adhibita etiam actione leni facilitatemque significante efficitur, ut probi, ut bene morati, ut boni uiri esse uideantur.* (Cíc., *De orat.*, 2.182 e 184)

p.436), grupo de senadores romanos conservadores. Em sua estreia como advogado, já contava 26 anos, um começo sensivelmente tardio à época (GEIZLER, *ibid.*), mas adequado à opinião de que o orador formado [*orator perfectus*] necessitasse de compreender não somente a retórica e o direito, mas também a história e a filosofia⁶¹ (Cíc., *Or.*, 14, 113-120).

O primeiro grande triunfo como orador, que chamaria a atenção dos romanos para o talento de Cícero, viria com o discurso de defesa de Sexto Róscio Amerino. Este havia sido acusado de patricídio e, embora se tratasse de uma causa relativamente fácil do ponto de vista estritamente jurídico, assumia um caráter delicado do ponto de vista de seu pano de fundo político. Isso porque o verdadeiro acusador de Sexto Róscio, Lúcio Cornélio Crisógono, era um poderoso protegido de Sula, que inserira o nome do falecido pai de Róscio na lista de proscritos a fim de justificar a tomada de seus bens, e acusara o filho deste de havê-lo assassinado para que lhe fossem negados os direitos de herança. Cícero dominou as dificuldades políticas do processo de modo exemplar, na medida em que, em sua defesa, declarou que Sula não teria qualquer conhecimento dos estratagemas de Crisógono e atacou os fundamentos da acusação a Sexto Róscio juntamente com o cuidado de que nenhuma de suas asserções pudessem fazer referência à uma possível participação ou cumplicidade de Sula (ALBRECHT, 2012, p. 439).

O sucesso e a fama obtidos nesse processo demonstram como o fórum constituía o lugar próprio para o crescimento como orador em Roma. Tratava-se de um caminho que necessariamente levaria Cícero à carreira política, e esse fato, dadas as constantes tensões características do período do fim da República, seria responsável por seu fracasso e pelo término trágico de sua vida (GEIZLER, 1939, p. 833). Os efeitos da carreira política são irreversíveis, de modo que, após os eventos ligados à conspiração de Catilina, Cícero é condenado a exilar-se.

Após o sucesso na defesa de Sexto Róscio, Cícero empreende uma viagem à Grécia e, mais tarde, no ano de 76 a.C., assume o posto de questor de Lilibeu, na Sicília. Sob o consulado de Pompeio e Crasso (em 70 a.C.), recolhe o necessário material de prova para a acusação dos saques empreendidos por Verres, que, à época, exercia a função de propretor na Sicília. Cícero obriga-o, assim, a se exilar e, alguns anos mais tarde (66 a.C.), alça-se à posição de pretor. Mostra-se, nesse período, conforme evidencia seu discurso a favor da *Lex Manilia*, partidário de

⁶¹ Mais tarde, Cícero cria a máxima: “o primeiro prêmio pertence ao douto orator” (*docto oratori palma danda est, De orat.*, 3, 143)

Pompeio. Em 63 a.C., Cícero torna-se cônsul romano e atinge o ponto mais alto de sua carreira política (ALBRECHT, 2012, p. 436).

Como cônsul, Cícero volta-se para os interesses do partido aristocrático, os *optimates*, e impossibilita a implementação de leis e projetos propostos pelo partido popular, os *populares*. A sua posição política mostra-se patente já no começo de seu consulado, quando Cícero impede a concretização de uma proposta popular, junto ao Senado, de aquisição de terras que pudessem abrigar a população miserável de Roma (SANT'ANNA, 2015, p. 114).

Para ascender à posição de cônsul, Cícero disputara eleições com Catilina, que encara duas vezes a derrota, muito embora apresentasse projetos políticos nitidamente populares, como a distribuição de terras aos miseráveis da urbe e o cancelamento de dívidas (SANT'ANNA, *ibid.*). Diante do fracasso eleitoral, Catilina e seus aliados planejam uma conspiração para tomar de assalto a cidade de Roma, ao que Cícero reage, tornando-se ciente desses planos, com uma coleta de provas e uma denúncia pública. É, no entanto, somente alguns meses depois, quando mensageiros gauleses denunciam as intenções iminentes de Catilina de atacar e incendiar Roma, que Cícero consegue obter a confissão de cinco aliados e, em seguida, executá-los. Como essa execução ocorre sem o devido julgamento prévio, os adversários políticos de Cícero conseguem acusá-lo e condená-lo ao exílio (SANT'ANNA, 2015, p. 115).

2.2.2 *Sicut mollissima cera*: A língua latina e suas variedades

Após breves considerações sobre a formação de Cícero, que, notadamente, é marcada pelo exercício e cultivo da arte da eloquência, voltamo-nos nesta seção para sua consciência linguística interna. Busca-se verificar os aspectos e categorias a partir das quais Cícero subdivide a língua latina em variedades e de que modo as avalia, i.e., quais atitudes são tomadas em face de cada uma delas.

Preliminarmente, cabe observar que as atitudes demonstradas pelos falantes individuais de uma língua não necessariamente constituem testemunhos que espelhe as reais relações linguísticas válidas em um determinado período. Sendo assim, deve-se evitar compreender as avaliações colhidas junto a um único falante como prova cabal para a reconstituição de uma representação social acerca dos usos linguísticos de uma época. As obras de Cícero são, de fato, evidências de primeira ordem sobre o espectro de variedades do latim do fim da República e de séculos anteriores. No entanto, é necessário enfatizar que não se pretende extrair, das opiniões atestadas em Cícero, o verdadeiro estado das variedades do latim de sua época, ou da maneira como a comunidade usuária da língua percebia a percebia de modo geral. Trata-se, antes disso, de investigar as suas percepções subjetivas a respeito dessas variedades e, assim, analisar a consciência linguística de um falante materno influente, cujos escritos contaram com uma recepção relevante na Antiguidade, no Medievo e na Modernidade.

Tomam-se como principal referência para os estudos da consciência linguística interna ciceroniana os seus escritos retóricos. Isso porque é ao longo de diversas passagens desses textos que Cícero extrapola os aconselhamentos destinados à formação do orador até atingir um olhar

mais amplo sobre as diversas relações linguísticas de seu tempo. Ao comparar outros usos da língua com aquele próprio do discurso do orador, o texto ciceroniano acaba por revelar sua visão sobre outros modos de uso linguístico (FÖGEN, 1999, p. 5).

Uma passagem que atesta a relevância, inclusive para a compreensão moderna do uso da língua, dos testemunhos de Cícero é aquela do terceiro livro do *De oratore*, em que esse explica sua visão de variabilidade da língua e as possibilidades de utilizá-la criativamente segundo as necessidades do falante, principalmente do orador:

(...) não há nada tão mole, nem tão flexível, nem que siga tão facilmente para onde quer que o leves do que o discurso. É com ele que se produzem versos e, ao mesmo tempo, os ritmos desiguais, é com ele também que se produz essa prosa de ritmos variados e de muitos gêneros. Não há, com efeito, palavras diferentes para a linguagem comum e para a eloquência elevada, nem se aplicam palavras de tipos diferentes para o uso cotidiano e para o teatro e a pompa, mas, quando tomamos do meio comum aquelas triviais, nós as formamos e moldamos segundo nosso arbítrio como se se tratasse de uma cera extremamente mole. Assim, ora somos graves, ora precisos, ora guardamos uma espécie de meio-termo. Assim, o pensamento que estabelecemos é acompanhado pelo gênero do discurso, e este sofre mudanças e transformações tendo em vista todo o prazer dos ouvidos e as paixões.⁶² (Cíc., *De orat.*, 3, 176-177, trad. Adriano Scatolin)

Nesse excerto, Cícero tematiza, em primeiro plano, os ganhos que a fala rítmica, cadenciada por sentenças com sequências planejadas de sílabas longas e breves, pode acrescentar ao discurso do orador. Em um plano subjacente, no entanto, chama atenção também para a flexibilidade e maleabilidade da língua, comparável a uma cera tão macia [*mollissimam ceram*] que o falante pode modelar e transformar segundo a sua vontade [*ad nostrum arbitrium formamus et fingimus*]. É certamente elucidativa a maneira como Cícero identifica a necessidade de adaptar a língua segundo diferentes contextos de uso, citando, entre esses, a fala cotidiana, o

⁶² (...) nihil est enim tam tenerum neque tam flexible neque quod tam facile sequatur, quocumque ducas, quam oratio. Ex hac uersus, ex hac eadem dispares numeri conficiuntur; ex hac haec etiam soluta uariis modis multorumque generum oratio; non enim sunt alia sermonis, alia contentionis uerba, neque ex alio genere ad usum cotidianum, alio ad scaenam pompamque sumuntur; sed ea nos cum iacentia sustulimus e medio, sicut mollissimam ceram ad nostrum arbitrium formamus et fingimus. Itaque tum graues sumus, tum subtiles, tum medium quiddam tenemus: sic institutam nostram sententiam sequitur orationis genus idque ad omnem aurium uoluptatem et animorum motum mutatur et uertitur. (Cíc., *De or.*, 3, 176-177)

proferimento de um discurso e a apresentação de uma peça de teatro, três situações relevantes, mesmo que apenas a título de comparação, para a disciplina retórica. Fögen (1999, p. 6) nota que os diferentes contextos mencionados por Cícero são comparáveis ao que Joshua Fishman (1965, p. 72-75) investiga como *domínios de comportamento linguístico* [*domains of linguistic behavior*], ou seja, diferentes configurações situacionais (como, entre outras, a familiar, a escolar, a literária e a midiática), as quais levam os falantes a tomarem diferentes decisões de uso linguístico, da escolha da língua mais adequada até a adequação de vocabulário e sintaxe. Com efeito, Cícero demonstra consciência das variações linguísticas diafásicas quando explicita a maleabilidade da língua e a necessidade de adequação estilística a cada situação de fala.

O falante deve, a todo tempo, considerar não somente o tema sobre o qual se expressa, sua intenção, seus destinatários e as circunstâncias sob as quais exprime seu discurso, mas também ter em vista sua própria pessoa para que atinja sucesso comunicativo. A identificação dos diversos aspectos relevantes para o sucesso de um discurso, incluindo a consciência do orador sobre sua própria figura, encontram-se explícitas no *Brutus* (135 e 325-327), quando Cícero apresenta um rol de oradores, comentado segundo virtudes e deslizes por eles praticados, e no seguinte trecho do *De oratore*, em que tais considerações tomam a forma de aconselhamento a oradores em formação:

Por isso, uma vez que todos os tópicos a respeito de todo ornato do discurso foram, se não desvendados, pelo menos apontados, vejamos agora o que é adequado, ou seja, o que é sobretudo conveniente num discurso. Embora isso seja algo evidente, nem todo tipo de discurso é adequado a toda causa, ou ouvinte, ou personagem, ou circunstância. De fato, não apenas as causas capitais requerem um tom de palavras diferente do das questões privadas e de pouca monta, mas também os louvores, os julgamentos, a conversa, a consolação, a repreensão, a discussão e a história carecem de tons diferentes. Importa também quem são os ouvintes, se o senado, o povo ou juízes, se em grande número, pequeno ou sozinhos, e qual sua natureza; os próprios oradores devem parecer ter idade, honra, autoridade; se é tempo de paz ou de guerra, de prontidão ou ócio.⁶³ (Cíc., *De orat.*, 3, 210-211, trad. Adriano Scatolin)

⁶³ *Quam ob rem quoniam de ornatu omni orationis sunt omnes, si non patefacti, at certe commonstrati loci, nunc quid aptum sit, hoc est, quid maxime deceat in oratione, uideamus. Quamquam id quidem perspicuum est, non omni causae nec auditori neque personae neque tempori congruere orationis unum genus; nam et causa capitae alium quendam uerborum sonum requirunt, alium rerum priuatarum atque paruuarum; et aliud dicendi genus deliberationes, aliud laudationes, aliud iudicia, aliud sermones, aliud consolatio, aliud obiurgatio, aliud disputatio,*

Tais considerações de Cícero têm, conforme nota Fögen (1999, p. 7), como pano de fundo, a antiga teoria do *decorum* ou *aptum* (em grego, *πρέπον*), utilizada inicialmente com referência à ética e posteriormente aplicada à retórica, e se aproximam do que a Sociolinguística, com base na Escola de Praga, chama de *aceitabilidade comunicativa* (FÖGEN., *ibid.*). É consequência direta da consciência da existência de diferentes registros que o mesmo falante se valha de diferentes variedades da língua dotadas de aceitabilidade em ocasiões diversas. Assim, o falante competente deve ser capaz de empregar adequadamente o seu repertório linguístico e de recorrer, a depender do contexto, ao registro que julgar mais apropriado. Em carta a Peto (Cíc., *Ad fam.*, 9.21), Cícero sugere, inclusive, que o mesmo contexto pode exigir que se faça uso de modos de expressões diversos, tendo em vista os efeitos de linguagem intentados pelo falante:

No entanto, como pareço a ti em minhas cartas? Não pareço endereçar-me a ti em linguagem popular? Mas, de fato, não sempre da mesma forma. O que há, portanto, de similar em uma carta, em um discurso em juízo e em uma audiência? Por que não costumamos tratar nem mesmo os discursos de um mesmo modo? Causas privadas, e também as menores, tratamos de modo mais direto; as maiores e as que envolvem a reputação de alguém, naturalmente com um estilo mais ornamentado; as cartas, porém, costumamos tecer com palavras mais cotidianas.⁶⁴ (Cíc., *Ad fam.*, 9.21.1)

O critério do *decorum* assume um significado que, particularmente para o orador, não deve ser subestimado. A esse conceito, encontra-se proximamente relacionada a tripartição da linguagem retórica em *genus subtile*, útil à apresentação dos meios de prova (*probare*); *genus modicum*, empregado para entreter (*delectare*) os ouvintes; e *genus uehemens*, articulado para mover e influenciar (*flectere*) os destinatários (cf. Cíc., *De or.*, 2.115, 2.128, 2.310, 3. 104; Cíc., *Or.*, 69). É fundamental que o orador saiba mover-se adequadamente entre os estilos indicados

aliud historia desiderat. Refert etiam qui audiant, senatus an populus an iudices: frequentes an pauci an singuli, et quales: ipsique oratores qua sint aetate, honore, auctoritate, debet uideri; tempus, pacis an belli, festinationis an oti. (Cíc., *De orat.*, 210-211)

⁶⁴ *Verum tamen quid tibi ego uideor in epistulis? Nonne plebeio sermone agere tecum? Nec enim semper eodem modo. Quid enim simile habet epistula aut iudicio aut contioni? Quin ipsa iudicia non solemus omnia tractare uno modo. Priuatas causas, e eas tenuis, agimus subtilius, capitis aut famae scilicet ornatius; epistulas uero cotidianis uerbis texere solemus.* (Cíc., *Ad fam.*, 9.21.1)

para cada um dos objetivos do discurso. Para além de se prender, como sujeito, a um único estilo, esse deve ser capaz identificar, dentre os três disponíveis, qual é o que se adequa melhor à sua intenção em cada uma das etapas do proferimento do discurso.

É possível identificar, já em sua diferenciação entre registro cotidiano, linguagem retórica e uso poético, que Cícero tem consciência das variedades e da adequação de emprego da língua latina. No *Orator*⁶⁵, essas variedades são caracterizadas de modo diverso em função do critério rítmico: ao passo em que a linguagem do cotidiano (*sermo uulgi*) não se atém a qualquer ritmo regular, o texto poético (*poema*) deve ser composto, em toda a sua extensão, segundo uma metrifcação definida, e o discurso retórico (*oratio*) deve assumir, em sua forma ideal, um meio-termo entre esses dois extremos. De um lado, o ritmo retórico não deve ser percebido de maneira definida e uniforme, como o poético, nem, por outro lado, ser solto e vago como o coloquial. Isso porque o discurso retórico não deve aparentar ser resultado de tal esforço de preparação que a sua artificialidade inspire a suspeita e a descrença do público; deve apresentar ornamentos que possibilitem ao orador inspirá-lo, comovê-lo e convencê-lo da causa em defesa do qual atua (VALPY et al., 2013, p. 58). Segundo Cícero, a variação métrica, com a utilização de diversas formas de pés, seria, portanto, a principal característica rítmica do registro retórico. A diferenciação entre os três gêneros e estilos citados dar-se-ia conforme o grau de sua regularidade métrica: alta para poesia, média para o discurso e baixa (ou ausente) para a fala cotidiana.

Apesar de a qualificação rítmica figurar, em Cícero, como um critério de variação diafásica, é importante, no entanto, não compreendê-la como um meio de divisão entre linguagem escrita e falada. Projetar essa dicotomia na consciência metalinguística dos antigos é inadequado, já que, na Antiguidade, tanto a poesia quanto o discurso retórico são compostos para

⁶⁵ Eu, de minha parte, sinto que, em um discurso, todos os pés são combinados e misturados. Não podemos perdê-los de vista, utilizando sempre os mesmos, já que o discurso não é nem cheio de ritmo, como a poesia, nem desprovido de ritmo, como a linguagem cotidiana. Uma é demasiadamente atada a ele, de modo que parece feita com deliberação, e a outra é tão livre, que parece familiar e popular; assim como a primeira não apraz, a segunda não satisfaz. Que sejam os pés, assim, como disse anteriormente, misturados e temperados, isto é, nem livres nem ritmados demais. (Cíc., *Or.*, 195-6: *Ego autem sentio omnes in oratione esse quasi permixtos et confusos pedes. Nec enim effugere possemus animaduersionem, si semper isdem uteremur, quia numerosa esse, ut poema, neque extra numerum, ut sermo uulgi, esse debet oratio. Alterum nimis est uinctum, ut de industria factum appareat, alterum nimis dissolutum, ut peruagatum ac uulgare uideatur; ut ab altero non delectere, alterum oderis. Sit igitur, ut supra dixi, permixta et temperata numeris nec dissoluta nec tota numerosa.*)

serem apresentados em voz alta, havendo, apesar de sua composição prévia em um suporte escrito, um interesse inafastável em sua *performance* oral (FÖGEN, 1999, p. 9-10).

Ainda no *Orator*, Cícero se refere também a aspectos linguísticos que, em contraste com a poesia e a retórica, caracterizam o estilo filosófico. Embora os textos de natureza filosófica também possam ser apresentados em uma linguagem ornamentada e complexa, da qual Platão figura como principal exemplo, esses se dirigem a um grupo relativamente pequeno de indivíduos versados no tema (*doctis*), de forma que não têm como objetivo primário inspirar e deleitar seus ouvintes pela forma linguística, mas transmitir conteúdos e pensamentos que se mostrem relevantes para os seus destinatários⁶⁶ (Cíc., *Or.*, 62-63). Assim, a filosofia pode privar-se do objetivo de comover os ouvintes, não precisa valer-se de pensamentos e palavras que agradem ao gosto popular e tampouco lhe é necessário seguir preceitos métricos. Por essa razão, Cícero prefere chamar a eloquência dos filósofos de *sermo*, uma forma de linguagem própria à conversa, do que de *oratio*, sendo aquela designação mais adequada ao discurso filosófico⁶⁷ (Cíc., *Or.*, 64).

Do ponto de vista formal, Cícero percebe que, em comparação com a filosofia, a poesia encontra-se relativamente mais próxima da retórica, já que em ambas haveria a busca pela escolha cuidadosamente ponderada das palavras. No entanto, a poesia também se diferenciaria da retórica, na medida em que, por um lado, seria mais restrita em relação aos preceitos métricos e, por outro, poderia ir além na livre formação de novos vocábulos⁶⁸. No plano gramatical em geral,

⁶⁶ Ainda que, de fato, os filósofos também tenham falado com eloquência, (...) a sua linguagem, porém, não possui os nervos nem a agudeza oratória do foro. Esses falavam com homens versados no assunto, cujo ânimo preferiam tranquilizar a incitar, e tratavam de temas calmos e nada turbulentos, a fim de instruí-los e não de conquistá-los, de forma que, mesmo naquilo que procuram obter ao dizer algumas palavras aprazíveis, parecem fazer um pouco mais do que seria necessário. (Cíc., *Or.*, 62-63: *Quamquam enim et philosophi quidam ornate locuti sunt (...) tamen horum oratio neque nervos neque aculeos oratorios ac forensis habet. Loquuntur cum doctis, quorum sedare animos malunt quam incitare, et de rebus placatis ac minime turbulentis docendi causa non capiendi loquuntur, ut in eo ipso, quod delectationem aliquam dicendo aucupentur, plus non nullis quam necesse sit facere uideantur. Ergo ab hoc genere non difficile est hanc eloquentiam, de qua nunc agitur, discernere.*)

⁶⁷ A eloquência do filósofo é suave e sombreada, desprovida de sentenças e palavras que se destinam aos populares, não vinculada ao ritmo, mas solta e mais livre (...). Por isso, é chamada antes de conversa [*sermo*] do que de discurso [*oratio*]. Embora, de fato, todo tipo de fala seja um discurso [*oratio*], apenas a fala do orador é propriamente designada com esse nome. (Cíc., *Or.*, 64: *Mollis est enim oratio philosophorum et umbratilis, nec sententiis nec uerbis instructa est popularibus, nec uincta numeris, sed soluta liberius (...). Itaque sermo potius quam oratio dicitur. Quamquam enim omnis locutio oratio est, tamen unius oratoris locutio hoc proprio signata nomine est.*)

⁶⁸ De fato, o poeta está muito próximo do orador: um pouco mais limitado pelo metro, mais livre, porém, em virtude da licença no uso das palavras, colega e quase igual nos gêneros de ornamento. (trad. Adriano Scatolin; Cíc,

Cícero reconhece que são feitas maiores ressalvas à poesia do que a outros gêneros literários e contextos comunicativos (FÖGEN, 1999, p. 12). É concedida grande liberdade aos poetas para a formação de suas sentenças e a escolha de suas palavras, inclusive em contrariedade ao uso corrente da língua (*consuetudo*). Um comentário interessante quanto a esse aspecto é feito no escrito filosófico ciceroniano *Tusculanae disputationes* (3.20), em que com referência ao verso do tragediógrafo Ácio, “quem é que inveja a minha livre juventude?” (“*quisnam florem liberum inuidit meum?*”), o verbo *inuideo*, que, em uso corrente, regeria o complemento no caso dativo, surge com um complemento no acusativo: “Parece mau latim, mas Ácio é muito claro; pois, assim como ‘ver’ [*uidere*], também ‘invejar a flor’ [*inuidere florem*] parece mais correto do que ‘invejar a flor’ [*flori*]; nós somos proibidos, pelo costume; mais audacioso, o poeta toma de seu direito e o diz”. (“*Male Latine uidetur, sed praeclare Accius; ut enim uidere, sic inuidere florem rectius quam flori. Nos consuetudine prohibemur; poeta ius suum tenuit et dixit audacius.*”; Cíc, *Tusc.*, 3.20).

Para além dos gêneros já citados, quais sejam, discursos retóricos, filosofia e poesia, há, em outras passagens da obra de Cícero, evidências do reconhecimento de linguagens próprias a outras disciplinas, notadamente de linguagens técnicas e especiais, bem como da terminologia que os compõem (FÖGEN, *ibid.*). São mencionadas, como áreas que constroem seu próprio vocabulário, a dialética, a física, a geometria, a música e a gramática, e, ao lado dessas chamadas *artes elegantes et ingenuae*, Cícero também se refere ao ofício dos artesãos e à agricultura:

Ao contrário não ignoras tu o quão sutil, ou antes espinhoso, é o modo de discorrer dos estoicos. E não só entre os gregos, senão muito mais entre nós, que temos de inventar palavras e dar novos nomes a novas coisas, o que a ninguém que seja algo instruído assombrará, uma vez que toda e qualquer arte cujo uso não seja vulgar e comum terá muitos nomes novos, exclusivamente próprios desta arte. Assim, os dialéticos e os físicos usam palavras que na própria Grécia não são vulgares, e os geômetras, os músicos e os gramáticos expressam-se cada qual a seu modo. As próprias artes retóricas, que são totalmente forenses e populares, empregam no seu ensinamento palavras próprias e peculiares. E, aquém destas artes elegantes e liberais, nem sequer os artífices mecânicos poderiam exercitar as suas se não se valessem de termos desconhecidos para nós e que só eles mesmos entendem. A própria

De orat., 1.70: *Est enim finitimus oratori poeta, numeris astrictior paulo, uerborum autem licentia liberior, multis uero ornandi generibus paene par.*)

agricultura, que tão longe está de toda e qualquer eloquência, deu todavia novos nomes às coisas de que trata. Quanto mais, portanto, não deve fazê-lo um filósofo! Sim, porque a filosofia é a arte da vida, e aquele que a trata não pode tomar as palavras do fórum.⁶⁹ (trad. Carlos Ancêde Nougé; Cíc., *De fin.*, 3, 3-5)

Com referência à retórica, Cícero aponta expressamente que essa, embora se dirija ao público e busque surtir efeito sobre um grupo amplo de ouvintes, não pode renunciar, para a formação dos oradores, à sua terminologia técnica própria. Comparando a filosofia à retórica, Cícero defende que seria natural compreender que a aquela, sendo uma espécie de arte da vida [*ars... uitae*], também produza termos para se dirigir a seus assuntos de interesse.

⁶⁹ *Stoicorum autem non ignoras quam sit subtile uel spinosum potius disserendi genus, idque cum Graecis tum magis nobis, quibus etiam uerba parienda sunt inponendaque noua rebus nouis nomina. Quod quidem nemo mediocriter doctus mirabitur cogitans in omni arte, cuius usus uulgaris communisque non sit, multam nouitatem nominum esse, cum constituentur earum rerum uocabula, quae in quaque arte uersentur. Itaque et dialecti et physici uerbis utuntur iis, quae ipsi Graeciae nota non sint, geometrae uero et musici, grammatici etiam more quodam loquuntur suo. Ipsa rhetorum artes, quae sunt totae forenses atque populares, uerbis tamen in docendo quasi priuatis utuntur ac suis. Atque ut omittam has artis elegantes et ingenuas, ne opifices quidem ueri sua artificia possent, nisi uocabulis uterentur nobis incognitis, usitatis sibi. Quin etiam agri cultura, quae abhorret ab omni politiore elegantia, tamen eas res, in quibus uersatur, nominibus notauit nouis. Quo magis hoc philosopho faciendum est. Ars est enim philosophia uitae, de qua disserens arripere uerba de foro non potest* (Cíc., *De fin.*, 3, 3-5)

2.2.3. *Latine loqui*: a defesa de uma variedade superior

Encontram-se distribuídos em seus escritos retóricos, contudo, não apenas comentários sobre variações de uso da língua latina, mas também sobre variedades existentes segundo o tempo, o espaço e a posição social dos falantes. Essas últimas, porém, são abordadas, com mais frequência, em conjunto.

No terceiro livro do *De oratore*, Cícero põe na fala do personagem Crasso a defesa de que o orador deve fazer uso de um “latim correto” [*Latine*], isto é, de um meio de expressão que seja “claro e puro” [*puri diludicique sermonis*]. Crasso argumenta que não é necessário se aprofundar nos critérios de clareza e pureza da fala, na medida em que esses são tomados como base essencial para toda e qualquer atividade oratória⁷⁰. Sem tal pureza, à qual se une também a clareza, o orador não conseguiria modelar seu discurso com figuras retóricas de ornamentação:

E não creio que se espere de mim o método dos dois primeiros a que fiz menção, a fala pura e clara. Pois não estamos tentando ensinar a discursar aquele que não sabe falar [*qui loqui nesciat*]; nem ter esperança de que aquele que não é capaz de falar corretamente [*qui Latine non dicturum possit*] discursar de maneira ornada; nem, na verdade, que aquele que não discursa de modo inteligível [*qui non dicat quod intellegamus*] possa discursar de modo admirável. Deixemos de lado, então esses elementos que apresentam um conhecimento fácil, um uso necessário. Pois um deles é ensinado nas letras e na formação juvenis, o outro é empregado para que se entenda o que cada um diz, algo que percebemos ser tão necessário que não é possível haver menos do que isso.⁷¹ (Cíc., *De orat.*, 3, 38; trad. Adriano Scatolin)

Aliás, a clareza e a correção são vistas como características intrínsecas da própria faculdade de falar latim: atente-se que Crasso diz ser inútil esperar ornamentação retórica do

⁷⁰ Esse argumento já se encontra presente na *Retórica*, de Aristóteles, 3.5, 1407a19: “o falar grego [corretamente] é a origem do discurso” (ἔστι δ’ ἀρχὴ τῆς λέξεως τὸ ἐλληνίζειν).

⁷¹ *Atque eorum quidem, quae duo prima dixi, rationem non arbitror exspectari a me puri dilucidique sermonis, neque enim conamur docere eum dicere, qui loqui nesciat; nec sperare, qui Latine non possit, hunc ornate esse dicturum; neque uero, qui non dicat quod intellegamus, hunc posse quod admiremur dicere. Linquamus igitur haec, quae cognitionem habent facilem, usum necessarium. Nam alterum traditur litteris doctrinaque puerili, alterum adhibetur ob eam causam, ut intellegatur quid quisque dicat, quod uidemus ita esse necessarium, ut tamen eo minus nihil esse possit.* (Cíc., *De orat.*, 3, 38)

discurso de alguém que não seja capaz de falar *corretamente* o latim [*qui Latine dicturum non possit*], ou de se expressar adequadamente em *sermo urbanus*. Dessa forma, é estabelecida uma identidade entre falar latim e falar a língua materna de modo claro e puro segundo os parâmetros de correção da época. Nessa passagem, o termo que designa a língua latina (*Latine*) acaba por se tornar sinônimo de um saber linguístico fundamental, ensinado nos primeiros anos de educação formal [*traditur litteris doctrinaque puerili*], o que implica dizer que a fala dissonante desse saber consistiria em uma variedade que, segundo Crasso, não poderia ser considerada como língua latina.

A passagem acima ilustra, ainda, a posição de Cícero diante daquilo que será consolidado posteriormente como *Latinitas*. Esse conceito, atestável pela primeira vez na Retórica a Herênio (4.17), é um decalque do grego ἑλληνισμός e designa não somente um critério para a correção e adequação linguísticas, como também como parâmetro essencial para o próprio pertencimento ao mundo latino (DÍAZ Y DÍAZ, 1951, p. 33 *apud* FORTES, 2012, p. 33). A *Latinitas* se coloca, conforme explica Desbordes (2007, p. 91), como um aspecto linguístico pelo qual se definia a identidade romana, delimitando as fronteiras entre a cultura latina e as demais. A partir daí, seria possível reconhecer três dicotomias, quais sejam, aquela entre o latim e as línguas ditas bárbaras, aquela entre o “bom” e o “mau” latim, e aquela entre latim e grego.

Embora a expressão *Latine loqui*, assim como o repertório de outros nomes (*Latius*, *Latinitas*, *Latinum*), possua, antes da especificação de variantes linguísticas, a função primordial de demarcar a unicidade da própria língua em oposição a outras, essa assume, a partir de Cícero, uma nuance de prestígio. *Latine* deixa de ser somente a língua e passa a designar uma espécie de “superlatim”, um nível elaborado de possibilidades de expressão (MÜLLER, 2001, p. 164).

Ainda no *De Oratore*, o personagem Crasso aponta que a clareza e a correção, inerentes ao que apreende como latim [*Latine*], seriam adquiridas nos primeiros anos de estudo e poderiam ser aperfeiçoadas por meio da leitura dos antigos [*ueteres*], i. e., dos autores do assim chamado período arcaico, como Plauto, Terêncio e Ênio. A noção impressa no termo *Latine*, próximo ao conceito de *Latinitas*, constitui-se como um modelo de identidade, associado a uma forma de falar consagrada e ao passado literário (FORTES, 2012, p. 203-204). Seria importante, no entanto, não se orientar exclusivamente pelos modos de expressão dos antepassados, aos quais

faltam elementos de ornamentação, na medida em que apresentariam uma distância demasiadamente grande do uso linguístico contemporâneo [*consuetudo nostra*]. Mais aconselhável seria valer-se da linguagem dos antepassados de maneira comedida e utilizar apenas algumas palavras selecionadas após um exame cuidadoso dos seus textos:

Ora, toda a elegância da fala, embora seja aperfeiçoada com o conhecimento das letras, aumenta com a leitura de oradores e poetas. De fato, quase todos aqueles antigos que ainda não podiam ornar o que diziam falaram de maneira magnífica. Aqueles que se acostumarem à sua linguagem não poderão, ainda que queiram, falar senão corretamente [*loqui nisi Latine*]. Não se deverá, contudo, empregar palavras que nosso uso já não emprega, a não ser, por vezes, de maneira comedida, para ornar, como mostrarei. Mas poderá empregar as palavras usuais, de modo a usar as mais seletas, aquele que tiver examinado com cuidado e por muito tempo os escritos antigos.⁷² (Cíc., *De orat.*, 3, 39; trad. Adriano Scatolin)

No *De oratore*, aconselha-se a evitar arcaísmos não somente nos âmbitos da gramática e do léxico, mas também no aspecto fonológico. Cícero iguala, em nível de importância, a fonética à sintaxe (MÜLLER, 2001, p. 240), de modo que falar latim, o que inclui fundamentalmente falar de modo claro e correto (*Latine loqui*), implica pronunciar os sons cuidadosamente, com o devido controle da respiração e da voz:

E, para falar corretamente, não apenas devemos atentar para que pronunciemos palavras que não dêem motivo para censura e para que as preservemos em relação a casos, tempos, gênero e número de tal forma que não haja nenhuma confusão, discrepância ou inversão, mas também controlar a fala, a respiração e o próprio tom da voz. Não quero que as letras sejam pronunciadas com afetação, não quero que se pronuncie indistintamente, com descuido. Não quero que as palavras saiam fracas e ofegantes, não quero que saiam altas e com dificuldade, pesadamente. (...) Há certos vícios que todos desejam evitar: uma voz mole, efeminada

⁷² *Sed omnis loquendi elegantia, quamquam expolitur scientia litterarum, tamen augetur legendis oratoribus et poetis; sunt enim illi ueteres, qui ornare nondum poterant ea, quae dicebant, omnes prope praeclare locuti; quorum sermone adsuefacti qui erunt, ne cupientes quidem poterunt loqui nisi Latine. Neque tamen erit utendum uerbis eis, quibus iam consuetudo nostra non utitur, nisi quando ornandi causa parce, quod ostendam; sed usitatis ita poterit uti, lectissimis ut utatur, is, qui in ueteribus erit scriptis studiose et multum uolutatus* (Cíc., *De orat.*, 3, 39).

ou dissonante além da medida, por assim dizer, e desagradável ao ouvido.⁷³ (Cíc., *De orat.*, 3, 40-41; trad. Adriano Scatolin)

Outra prática apontada como viciosa, cuja percepção revela consciência de variedades diatópicas e diacrônicas, tem caráter fonético: Crasso critica a concepção, compartilhada por seus contemporâneos, de que a intonação campesina [*rustica uox et agrestis*] seria altamente admirável por produzir nos ouvintes a impressão de um estilo linguístico pertencente a uma época mais remota [*antiquitas*] (Cíc., *De orat.*, 3, 42). Tal atitude é rechaçada por Cícero com base no ponto de vista de que a linguagem rústica das camadas sociais mais baixas do presente não poderiam ser igualadas ao estilo cultivado pela antiga aristocracia romana, do qual seria exemplo a fala de Lélia, sogra de Crasso, que, devido a uma vida reservada, não teria entrado em contato com as mudanças linguísticas que se processaram em seu tempo e, assim, teria falado com um estilo reminiscente das peças de Plauto. Os comentários à fala de Lélia revelam até mesmo a consciência de um possível comportamento linguístico próprio das mulheres:

De minha parte, quando ouço minha sogra, Lélia — as mulheres, com efeito, preservam mais facilmente a antiguidade não corrompida, porque, privadas da fala de muitos homens, mantêm sempre o que aprenderam por primeiro —, mas sempre a ouço de tal forma, que creio estar ouvindo Plauto ou Nêvio. Ela é dotada de um tom de voz tão correto e simples que não parece trazer nenhuma ostentação ou imitação. Disso deduzo que assim falava seu pai, assim falavam seus antepassados - não de maneira dura, como aquele que mencionei, rude, campesina ou hesitante, mas bem articulada, uniforme e suave. É por isso que o nosso Cota, cuja pronúncia aberta por vezes imitas, Sulpício, suprimindo o *i* e pronunciando o *e* muito alongado, não me parece imitar os oradores antigos, mas os ceifeiros.⁷⁴ (Cíc., *De orat.*, 3, 45-46, Adriano Scatolin)

⁷³ *Atque, ut Latine loquamur, non solum uidendum est, ut et uerba efferamus ea, quae nemo iure reprehendat, et ea sic et casibus et temporibus et genere et numero conseruemus, ut ne quid perturbatum ac discrepans aut praeposterum sit, sed etiam lingua et spiritus et uocis sonus est ipse moderatus. Nolo exprimi litteras putidius, nolo obscurari neglegentius; nolo uerba exiliter exanimata exire, nolo inflata et quasi anhelata grauius. (...) sunt enim certa uitia, quae nemo est quin effugere cupiat; mollis uox aut muliebris aut quasi extra modum absona atque absurda.* (Cíc., *De orat.*, 3, 40-41)

⁷⁴ *Equidem cum audio socrum meam Laeliam - facilius enim mulieres incorruptam antiquitatem conseruant, quod multorum sermonis expertes ea tenent semper, quae prima didicerunt - sed eam sic audio, ut Plautum mihi aut Naeuium uidear audire; sono ipso uocis ita recto et simplici est, ut nihil ostentationis aut imitationis adferre uideatur; ex quo sic locutum esse eius patrem iudico, sic maiores; non aspere ut ille, quem dixi, non uaste, non rustice, non hiulce, sed presse et aequabiliter et leniter. Qua re Cotta noster, cuius tu illa lata, Sulpici, non numquam imitaris, ut Iota litteram tollas et E plenissimum dicas, non mihi oratores antiquos, sed messoros uidetur imitari.* (Cíc., *De orat.*, 3, 45-46)

Além disso, segundo Crasso, a pronúncia a gozar de grande aceitação não seria aquela dos arredores de Roma, muito menos aquela das províncias, mas apenas o sotaque característico da capital. Afirmando que a pronúncia romana está para o latim, assim como o dialeto ático está para o grego, Crasso define-a como modelo fonético da língua romana, a qual deve ser almejada por todos os oradores. Sendo assim, o grego é evocado como critério de reflexão linguística, assumindo um padrão de comparação que evidencia o modo como a cultura latina, também do ponto de vista da língua, havia se helenizado (MEILLET, 1933, p. 191). Interessante é, ainda, o seu comentário de que os nascidos em Roma teriam menos dificuldade no aprendizado das primeiras letras, o que provavelmente se justifica exatamente pelo fato de seus ensinamentos se basearem no uso linguístico feito pelos romanos:

No que me diz respeito, esse seu tom de voz e essa tua precisão que me deleitam, deixando de lado a das palavras, embora seja o tópico em questão; porém, é o método que o traz, ensinam-no as letras, confirmam-no a prática de ler e de falar; mas refiro-me ao encanto que sai da boca; tal como entre os gregos ela é característica dos áticos, em latim ela é característica sobretudo desta cidade [*sermone huius urbis*]. (...) Os romanos [*Nostris*] dedicam menos às letras do que os latinos. (...) Por isso, uma vez que existe certo sotaque característico da raça e da cidade de Roma, no qual nada pode ser malvisto, nada pode desagradar, nada pode ser criticado, nada pode soar ou cheirar a estrangeiro, busquemos esse sotaque e aprendamos a evitar não apenas a dureza campesina, mas também a estranheza estrangeira.⁷⁵ (Cíc., *De orat.*, 3, 42-44; trad. Adriano Scatolin)

Contrariamente ao que essas impressões apresentadas por Crasso, com a valorização do latim de Roma em detrimento de outras variedades, podem permitir imaginar, Cícero não nasceu em Roma, mas em seus arredores, na cidade de Arpino. Tal fato o leva a expressar que possui

⁷⁵ *Me autem tuus sonus et subtilitas ista delectat, omitto uerborum, quamquam est caput; uerum id adfert ratio, docent litterae, confirmat consuetudo et legendi et loquendi; sed hanc dico suauitatem, quae exit ex ore; quae quidem ut apud Graecos Atticorum, sic in Latino sermone huius est urbis maxime propria. (...) Nostris minus student litteris quam Latini (...) Qua re cum sit quaedam certa uox Romani generis urbisque propria, in qua nihil offendi, nihil displicere, nihil animaduerti possit, nihil sonare aut olere peregrinum, hanc sequamur neque solum rusticam asperitatem, sed etiam peregrinam insolentiam fugere discamus.* (Cíc., *De orat.*, 3, 42-44)

duas pátrias, a natal e Roma, com a necessária escolha de se dedicar principalmente à segunda, que, como República, o acolheu como cidadão e lhe conferiu deveres (Cíc, *De leg.*, 2, 4-5⁷⁶). A identificação de Roma como pátria eletiva é sinal da complexa configuração política, social e cultural gerada pela incorporação de territórios da Península Itálica e da concessão de cidadania a seus povos após a Guerra Civil de 91 a 89 a.C., o que implicou na extensão sem precedentes dos direitos de cidadania e do aumento de sua acessibilidade a povos advindos de contextos culturais e linguísticos diversos (DENCH, 2013, p. 126-127).

Apesar do constante elogio à pronúncia romana, chama a atenção que Cícero, em nenhuma passagem de sua obra, busca explicar as suas características ou externar-lhe os detalhes. Para além do comentário negativo à mudança do som de “i” para “e”⁷⁷ (Cíc, *De orat.*, 3.46), que marca a fala campesina, nada é dito sobre como soava a pronúncia de prestígio na Roma da República Tardia. No diálogo *Brutus*, quando lhe é requerida uma definição da variante romana, apresentada como um desejável “colorido urbano” [*urbanitatis color*], Cícero confessa que ele mesmo não o saberia dizer (Cíc, *Brut.*, 171⁷⁸). No entanto, é certo que se pode partir do pressuposto de que havia algumas expressões linguísticas que eram usuais apenas em Roma e de que o orador nascido em Roma, porquanto dominasse a variante prestigiada da capital, possuía maiores vantagens em comparação àqueles advindos de outras regiões (RAMAGE, 1961, p.483).

⁷⁶ Por Hércules, eu, de minha parte, acredito que tanto Catão quanto todos os provenientes de outras cidades possuem duas pátrias, uma por natureza, e outra por cidadania; como aquele Catão, que nasceu em Túsculo, mas recebeu a cidadania do povo romano. Assim, já que era túsculo por origem e tornou-se cidadão romano, possuía uma pátria em razão do local de nascimento e outra em razão do direito. (...) Mas, por necessidade, uma delas toma precedência, cujo nome de “República” pertence a todo o conjunto de cidadãos, pela qual temos a obrigação de morrer, à qual devemos nos dar por inteiro, e na qual devemos colocar e consagrar tudo o que temos. (Cíc, *De leg.*, 2, 4-5: *Ego mehercule et illi et omnibus municipibus duas esse censeo patrias, unam naturae, alteram ciuitatis; ut ille Cato, cum est Tusculi natus, in populi Romani ciuitatem susceptus est. Ita cum ortu Tusculanus esset, ciuitate Romanus, habuit alteram loci patriam, alteram iuris. (...) Sed caritate eam praestare <e> qua rei publicae nomen <et> uniuersae ciuitatis est, pro qua mori et cui nos totos dedere et in qua nostra omnia ponere et quasi consecrare debemus.*)

⁷⁷ Varrão também o considera uma característica do latim dos camponeses [*rustici*], como ilustram os vocábulos *uilla* (“vila rural”, “fazenda”), pronunciado no campo como *uella* (Var., *De re rust.*, 1, 2, 14), e *spica* (“espiga”), dito como *speca* (1, 48, 2). Para mais a esse respeito, cf. Allen, 1978, p. 55.

⁷⁸ E Brutus diz “O que é, afinal, este colorido de urbanidade?” “Não sei”, respondo, “Sei apenas que existe. Tu, Bruto, entendê-lo-ás quando retornares à Gália; ouvirás, então, certas palavras que não são familiares em Roma, mas que podem ser alteradas ou mesmo esquecidas; o mais importante é que nas vozes dos nossos oradores algo retine, algo ressoe urbano. Isso não aparece somente junto aos oradores, mas também em todos.” (Cíc, *Brut.*, 171: *Et Brutus: “Qui est?”, inquit, “iste tandem urbanitatis color?” “Nescio”, inquam; “tantum esse quendam scio. Id tu, Brute, iam intelleges, cum in Galliam ueneris; audies tum quidem etiam uerba quaedam non trita Romae, sed haec mutari dediscique possunt; illud est maius, quod in uocibus nostrorum oratorum retinnit quiddam et resonat urbanus. Nec hoc in oratoribus modo apparet sed etiam in ceteris.*)

A exaltação da variedade linguística utilizada em Roma delinea os contornos do que, na época de Cícero, passa a ser identificado como *urbanitas*, ou seja, o refinamento da cultura urbana. Ramage (1961, p. 481) elucida que a assim chamada urbanidade poder-se-ia manifestar de três maneiras diferentes, porém, interligadas. Em primeiro lugar, representaria a polidez do homem da cidade; em segundo, o refinado humor urbano; por último, uma certa aura do falar urbano que conferiria uma notável superioridade aos enunciados do homem citadino sobre aqueles proferidos por qualquer estrangeiro. Além disso, o adjetivo latino *urbanus*, assim como o grego ἀστειός, refere-se não exclusivamente a qualidades linguísticas, mas engloba também aspectos como educação, refinamento, comportamento adequado, atitude moralizante, asseio e também humor, isto é, tudo o que compõe a vida do citadino em contraste com o cotidiano do homem do campo (FÖGEN, 1999, p. 20). A atitude diante dos falares urbano e rural chega a ser tão discrepante que Cícero os distingue em *sermo urbanus*, linguagem usada na capital, e *sermo rusticus*, linguagem do campo (Cíc, *Or.*, 81).

Cícero expressa uma forte predileção pela experiência da cidade, de Roma, vista como fonte de iluminação e esclarecimento cultural, e a opõe à vida de obscuridade levada no campo e no exterior (FÖGEN, *ibid.*). Em uma carta, ele aconselha M. Célio Rufo categoricamente: “Admire a cidade, Rufo, a cidade de Roma, e viva em sua luz. Toda estadia no exterior (o que considero desde a minha adolescência) é obscura e sórdida para aqueles cuja atividade em Roma pode ser ilustre”⁷⁹ (Cíc., *Ad fam.*, 2, 12, 2).

É natural que esse favorecimento de um estilo de vida estritamente romano levasse a um rechaço dos costumes do campo e das influências estrangeiras, sobretudo no séc. I a.C., em que Roma começava a assumir gradativamente um aspecto cosmopolita e recebia contingentes populacionais que conferiam singularidades linguísticas ao seu modo de falar latim (RAMAGE, 1961, p. 482). É nesse contexto que Cícero, preocupado em preservar a *urbanitas* romana, tanto em seu aspecto comportamental quanto linguístico, expressa, no diálogo *Brutus* (258), sua atitude negativa no tocante à linguagem dos indivíduos recém chegados a Roma:

⁷⁹ *Urbem, urbem, mi Rufo, cole et in ista luce uiue; omnis peregrinatio (quod ego ab adolescentia iudicau), obscura et sordida est iis, quorum industria Romae potest illustris esse.*

(...) Falavam corretamente todos aqueles que sempre viveram em Roma e que não foram corrompidos, em casa, por qualquer linguajar bárbaro. No entanto, o passar do tempo deixou a língua deteriorada, tanto em Roma quanto na Grécia. Muitas pessoas falantes de uma linguagem corrompida adentraram não só esta cidade como também Atenas, razão pela qual, ainda mais, a língua deve ser expurgada, empregando-se, como prova de fogo, um parâmetro que não possa se alterar e que não utilize a falha regra do uso.⁸⁰ (Cíc., *Brut.*, 258)

O excerto acima faz parte de uma fala do personagem Ático no referido diálogo. Essa, juntamente com as demais considerações de Cícero no *De oratore*, já apresentadas acima, ajuda a compor um esboço da avaliação global da variedade linguística predominante na cidade de Roma. Ático mostra-se convencido de que os romanos que viveram em épocas passadas expressavam-se de maneira inteiramente “correta” [*recte loquebantur*], já que, a seu ver, não corriam o risco de seus modos de expressão entrarem em contato com a fala de indivíduos advindos do exterior de Roma. A atitude de Ático, compatível com a de Crasso e a de Cícero, consiste em considerar Roma o único local (comparável, talvez, apenas a Atenas) em que seria possível desenvolver uma linguagem correta, pura e clara, de modo que a decadência da língua estaria diretamente relacionada com a chegada de estrangeiros em Roma, bem como com a tendência de alguns sujeitos a imitar, em sua pronúncia, a fala típica do campo.

As atitudes de Ático, tanto em direção à valorização da variedade urbana quanto ao rechaço das influências estrangeiras e campesinas, podem ser identificadas como formas de *purismo linguístico* (FÖGEN, 1999, p. 16). Esse consiste na preocupação com a manutenção do *status quo* de uma variedade linguística, normalmente daquela definida como variedade de prestígio, e com o sentimento de necessidade de interferir em um certo conjunto limitado de causas de mudança da língua, principalmente com o objetivo de remover elementos estrangeiros considerados corrosivos e descaracterizantes (LANGER et al., 2012, p. 621-622). Nos moldes desse tipo de atitude, Cícero defende com veemência uma única variedade da língua latina, denominando exclusivamente o seu emprego de *Latine loqui*, e apresenta claramente o

⁸⁰ (...) *sed omnes tum fere, qui nec extra urbem hanc uixerant neque eos aliqua barbaries domestica infuscauerat, recte loquebantur. Sed hanc certe rem deteriore uetustas fecit et Romae et in Graecia. Confluxerunt enim et Athenas et in hanc urbem multi inquinatae loquentes ex diuersis locis. Quo magis expurgandus est sermo et adhibenda tamquam obrussa ratio, quae mutari non potest, nec utendum prauissima consuetudinis regula.* (Cíc., *Brut.*, 258)

sentimento de que o modelo de língua a ser seguido, notadamente na formação dos oradores, é aquele desprovido de traços que possam ter advindo da influência da fala do campo ou do contato com estrangeiros.

Outra característica marcante do purismo linguístico consiste na atribuição de valores intrínsecos à língua tida como em seu *estado puro*, o que se dá normalmente a partir de justificativas de caráter metafórico, as quais apelam ao espírito da língua, a certos valores sociais ou a aproximações a organismos vivos (LANGER et al., *ibid.*). É exatamente o que se verifica na definição do que seria o latim como variedade linguística desejável: Cícero compreende a *urbanitas* como proximidade da luz e como costume dos ilustres; e valoriza a pronúncia corrente em Roma sem fornecer elementos para a sua descrição, de modo que o *sermo urbanus* aparece como superior ao *sermo rusticus* em razão de características exclusivamente intrínsecas (a fala urbana seria prestigiada justamente por ser urbana).

Ainda que não apresente um conjunto dos traços fonéticos da variedade reconhecida como prestigiada, Cícero não deixa, porém, de reunir alguns aspectos essenciais para a obtenção de aceitabilidade linguística de um discurso. No entanto, tais critérios consistem muito mais em preceitos de coerência, capazes de serem atingidos em todo tipo de variedade linguística, do que em características que poderiam ser reconhecidas somente no dialeto de prestígio:

E não nos demorem mais tempo na discussão dos meios com que podemos conseguir que se entenda o que dizemos, a dizer: falar corretamente [*Latine ... dicendo*], empregar palavras usuais e que demonstrem com propriedade aquilo que pretendemos significar e declarar, sem palavra ou fala ambíguas, uma sequência não muito longa de palavras, sem produzir muito as que são transferidas de outras coisas devido à semelhança, sem pensamentos entrecortados, sem tempos entrecortados, sem tempos invertidos, sem confusão de personagens, sem perturbação da ordem.⁸¹ (Cíc., *De orat.*, 3, 48-49; trad. Adriano Scatolin)

⁸¹ *Neque uero in illo altero diutius commoremur, ut disputemus, quibus rebus adsequi possimus, ut ea, quae dicamus, intellegantur: Latine scilicet dicendo, uerbis usitatis ac proprie demonstrantibus ea, quae significari ac declarari uolumus, sine ambiguo uerbo aut sermone, non nimis longa continuatione uerborum, non ualde productis eis, quae similitudinis causa ex aliis rebus transferentur, non discerptis sententiis, non praeposteris temporibus, non confusis personis, non perturbato ordine.* (Cíc., *De orat.*, 3, 48-49)

No trecho acima, Cícero defende que o maior objetivo de um enunciado linguístico seria a obtenção do máximo de compreensibilidade, a qual é alcançada por meio da utilização de palavras conhecidas, usuais e adequadas ao seu significado, bem como com a sua devida disposição na frase. Todas essas preocupações permitiriam evitar a obscuridade e a falta de clareza no discurso (Cíc., *De orat.*, 3, 50).

Embora não se tenha, neste trabalho, o objetivo de direcionar críticas diretas aos testemunhos metalinguísticos de Cícero, o que seria anacrônico⁸², é importante demonstrar como os argumentos puristas são insustentáveis:

O ponto crucial para nossa discussão é que — de modo estrito — não existe algo que se possa chamar de pureza linguística: primeiro porque nós nunca seríamos capazes de determinar a hora-zero [*Stunde Null*], o início primordial da língua — quando, por definição, ela era pura — e, segundo, porque uma língua nova é sempre resultado de algum grau de contato linguístico; logo, mesmo que pudéssemos apontar para o autêntico momento de nascimento de uma língua, ela conteria algum grau de influência de outras línguas.⁸³ (LANGER et al., 2012, p. 610)

A opinião segundo a qual o contato linguístico com povos estrangeiros levaria a uma suposta decadência da variante romana da língua latina é infundada, não somente por insistir na existência da pureza linguística, mas também por ignorar a presença de diversos vocábulos gregos incorporados ao latim. Tratava-se, já na época de Cícero (cf. Cíc., *Acad.*, 1, 25), de palavras que haviam se estabelecido no léxico da língua e que, assim, já não eram apreendidas como estrangeirismos. Dessa forma, mesmo o latim que se quer identificar como puro possuiria, estabilizados em sua estrutura, muitos elementos resultantes de contatos linguísticos.

⁸² Nesse sentido, parece elucidativo o comentário de Pereira (2012, p.17): “(...) parece indefensável que a crítica presente valha para o passado nos mesmos termos em que ela hoje se faz, no mínimo para não condenar nossos avós porque pensavam como pensavam e só podiam pensar, dada a época em que viveram, nem fazer algo equivalente a desejar que os antigos resolvessem uma dor de cabeça com aspirina, se fosse para insistir no anedotário.”

⁸³ The crucial point for our discussion is that there is - strictly speaking - no such thing as linguistic purity: first because we can never determine the *Stunde Null*, the very beginning of a language - when, by definition, it was pure - and, secondly, because a new language is always the result of some degree of language contact; hence, even if we were able to pinpoint the actual birth of a language, it would contain some degree of influence from other languages (LANGER et al., 2012, p. 610).

Entretanto, é importante destacar que tal forma de purismo presente nas obras de Cícero revela uma atitude linguística em consonância com as preocupações intelectuais e sociais próprias de seu contexto, tanto histórico como textual. De fato, havia a necessidade de instituição de uma fala instruída por uma arte retórica, para a qual Cícero busca contribuir por meio da escrita de obras como o *De oratore* e o *Brutus*. A consolidação da língua e a promoção de um sincretismo com a cultura grega seriam passos importantes para a afirmação cultural de Roma como pólo irradiador de um padrão civilizatório. Além disso, a percepção de Roma como um epicentro de múltiplos povos e culturas se mostrava ainda como uma experiência nova.

Tais considerações contribuem para que não confundamos o tipo de purismo identificado em Cícero com uma forma de purismo moderno, centrado na mera demarcação, a partir de normas gramaticais pré-estabelecidas, entre “certo” e “errado” (FORTES, 2012, p. 212). Isso porque os critérios de correção levados em conta por Cícero apresentam um contexto bem demarcado de aplicação: os critérios e aspectos que devem nortear a formação do bom orador. Quando Cícero se refere, nas obras acima, a variedades linguísticas mais prestigiadas, tem-se como referência, em razão do próprio teor de seus escritos, o contexto da retórica.

2.3 Consciência linguística externa

2.3.1 Cícero como filósofo

Marco Túlio Cícero foi, provavelmente, o mais influente dos filósofos romanos. Foi por sua obra que as doutrinas dos grandes filósofos gregos puderam se assimilar à cultura de Roma e que o vocabulário da prosa latina, essencial à filosofia produzida na Idade Média e no Renascimento, pôde ser desenvolvido (MORFORD, 2002, p. 33). Antes de Lucrécio e Cícero, não havia sido produzido qualquer escrito que apresentasse satisfatoriamente aos romanos as problemáticas filosóficas discutidas pelos gregos (LONG, 2003, p. 185), o que justifica tanto a incipiência em lidar com a matéria quanto a alegação de Lucrécio segundo a qual a língua latina limitar-se-ia devido ao *patrii sermonis egestas*, ou “carência do idioma pátrio”, e mostrar-se-ia insuficiente para verter os termos e conceitos mobilizados por Epicuro, modelo de sua emulação. Diante disso, Cícero assume, como filósofo, a tarefa de sistematizar uma disciplina que tinha em tão alta conta e, ao mesmo tempo, demonstrar como o latim, apesar da baixa expectativa de seus antepassados, seria um meio irrefutavelmente adequado para exprimir, com seus inventários lexical e morfológico, a terminologia filosófica grega.

Embora, com objetivo analítico e investigativo, busque-se dividir suas *personae* e suas obras conforme o seu pertencimento à retórica, à filosofia e à política, não se pode esquecer que tais âmbitos encontravam-se entrelaçados na biografia e no pensamento de Cícero. Sua formação intelectual é pautada pelo contato com homens versados nas três áreas; dedicar-se a todas elas sempre lhe pareceu um dever (GEIZLER, 1939, 820).

Aliás, a própria filosofia em Roma ganha um foco essencialmente ético, de modo que os filósofos romanos interessam-se por ela principalmente em função de sua influência sobre a vida do cidadão e do indivíduo. Cícero não busca na filosofia uma mera atividade que o permitisse exercer o *otium* e refugiar-se da ação política; ao contrário, essa assume um papel natural na política, na medida em que oferece recursos efetivos para lidar com os seus diversos dilemas e preocupações (MCCONNEL, 2014, p. 55). A convicção de que a filosofia deve ser introduzida nos assuntos políticos e jurídicos mostra-se evidente em uma carta escrita a Catão entre os anos 51 e 50 a.C., pouco depois da publicação de seu *De republica* (MCCONNEL, 2014, p. 58):

“Quase sozinhos, trouxemos aquela filosofia verdadeira e antiga, a qual, a alguns, parece ser própria do ócio e da inércia, para dentro do fórum, para dentro dos assuntos públicos [*rem publicam*], e quase para dentro da própria área de combate.”⁸⁴ (Cíc., *Ad fam.*, 15, 4, 16).

Um dos elementos particulares da filosofia romana encontra-se justamente no tratamento acentuado que concede à ética e à política, especialmente no dever dos líderes romanos em face da República, dos deuses, da humanidade e das famílias. Assim, quando assimilada por Roma, a filosofia grega é dividida, na medida em que suas reflexões éticas podiam gerar efeitos práticos na vida e cultura romanas, ao passo que a lógica e a física, apesar de continuarem sendo amplamente estudadas, contavam com pouca influência prática (MORFORD, 2002, p. 4).

Além disso, os filósofos latinos, como Cícero e Sêneca, não deixaram de cuidar da forma de seus escritos, notadamente porque eram também oradores habilidosos e homens versados na arte da retórica. Ainda que falemos, nesta seção, de um “Cícero filósofo”, é relevante lembrar que o autor do *De oratore* defende expressamente a necessidade de se combinar adequadamente “a ciência do pensamento” e o saber “da fala ornada” (cf. Cíc., *De orat.*, 3, 61), o que vê como um desenvolvimento particularmente romano da história da filosofia (MORFORD, 2002, p. 33). Tal consciência remonta à definição canônica do orador, atribuída por Quintiliano (*Inst. Orat.*, 12.1.1) a Catão, o velho: “um homem bom, versado no discurso” (*uir bonus, dicendi peritus*). Isso significa que ao orador era necessário não apenas ser moralmente bom, o que pressupõe ocupar-se com as problemáticas da filosofia ética, mas também saber empregar as técnicas retóricas.

Cícero concebe, no *De oratore*, uma ideia de retórica filosófica a qual seria impensável sem o modelo oferecido pelo *Fedro*, de Platão (ALBRECHT, 2012, p. 450). Aquele elogiava a eloquência deste pela capacidade que tinha de tornar a filosofia agradável a seus leitores e ouvintes, e, no *Orator*, aplica a doutrina platônica para tratar da retórica (MORFORD, 2002, p. 33-34). Cícero explica que seu interesse não reside em buscar um indivíduo que pudesse ser identificado como o orador perfeito, mas a eloquência em si (Cíc., *Or.*, 101), em referência direta à teoria das formas de Platão. Mais cedo no próprio tratado (Cíc., *Or.*, 8-10), tal teoria é esclarecida e serve de base para a formulação de seu objetivo: Cícero põe-se à procura da ótima

⁸⁴ (...) *soli prope modum nos philosophiam ueram illam et antiquam, quae quibusdam oti esse ac desidia uidetur, in forum atque in rem publicam atque in ipsam aciem paene deduximus* (Cíc., *Ad fam.*, 15, 4, 16)

eloquência, a qual só poderia ser comparada ao próprio ideal de oratória, compreensível apenas à mente. Em analogia com a obra de arte, explica que a criação de belas estátuas provém da imitação de uma imagem mental da beleza ideal, e não da beleza de um modelo individual já pronto; da mesma forma, a mente permite apreender a perfeita eloquência, e os ouvidos, ouvir algo que lhe seja semelhante:

Portanto, assim como nas estátuas e figuras há algo de perfeito e excelente, a cuja aparência na mente elas se referem pela imitação, embora essa aparência, em si, não possa ser vista pelos olhos, da mesma forma vemos, com a mente, a aparência da perfeita eloquência; é a sua cópia que nós buscamos com a ajuda dos ouvidos. Essas formas das coisas, Platão chamou de *ideai*; Platão, que foi, tanto na inteligência quanto no discurso, a maior autoridade e o mestre de maior peso. Ele nega que as formas venham à existência e diz que são eternas e sempre compreendidas pela razão e pelo intelecto. As demais coisas surgem, morrem, dissolvem-se e desintegram-se, e não permanecem existindo por muito tempo em um único e mesmo estado. Assim, o que quer que possa ser discutido pela via racional, deve poder ser referido à forma e à aparência de sua classe.⁸⁵ (Cíc., *Or.*, 9-10)

Todo o desenrolar da formação intelectual e da vida privada de Cícero também é fortemente marcado por uma combinação entre filosofia e retórica, devendo-se isso aos estudiosos e professores com os quais entrou em contato, bem como ao esforço de refletir, com ajuda da filosofia, sobre sua atividade política e sobre seu ofício como advogado. O reconhecimento desses fatos encontra-se na introdução do escrito *De natura deorum*, em que Cícero explica o seu envolvimento amadurecido com as discussões filosóficas:

De fato, não foi de repente que iniciamos nosso envolvimento com a filosofia, nem foram medianos os esforços que, desde a juventude, reunimos para o seu estudo, e, quando menos eu parecia fazê-lo, era quando mais estava filosofando. Mostram isso não somente os meus discursos, repletos das máximas dos filósofos, como também minha

⁸⁵ *Ut igitur in formis et figuris est aliquid perfectum et excellens, cuius ad cogitatam speciem imitando referuntur ea quae sub oculis ipsa non cadunt, sic perfectae eloquentiae speciem animo uidemus, effigiem auribus quaerimus. Has rerum formas appellat ἰδέας ille non intelegendi solum sed etiam dicendi grauissimus auctor et magister Plato, easque gigni negat et ait semper esse ac ratione et intellegentia contineri; cetera nasci occidere fluere labi nec diutius esse uno et eodem statu. Quicquid est igitur de quo ratione et uia disputetur, id est ad ultimam sui generis formam speciemque redigendum.* (Cíc., *Or.*, 9-10)

amizade próxima com maiores estudiosos, com a ajuda dos quais nossa casa sempre floresceu. Os primeiros dentre esses foram Diódoto, Filon, Antíoco, Posidônio, os quais foram meus professores. E se todos os ensinamentos da filosofia se referem à vida, pensamos que, tanto nos assuntos públicos quanto nos privados, seguimos o que preceituavam a razão e a filosofia.⁸⁶ (Cíc, *De nat.*, 1, 6-7)

O contexto em que Cícero conheceu os professores citados na passagem acima é-nos apresentado na terceira parte do *Brutus* (305 e seguintes), e as doutrinas seguidas por eles esclarecem os temas filosóficos sobre os quais versam os escritos filosóficos daquele. Diódoto e Posidônio são filósofos estoicos, ao passo que Filon e Antíoco pertencem aos acadêmicos. Mais tarde, em Atenas, Cícero também frequenta as escolas epicuristas, por influência de seu amigo Ático (PEREIRA, 1989, p. 118).

Ao lembrar os conflitos políticos de 80 a.C. e a conseqüente tomada do poder em Roma por Sula em 82 a.C., Cícero testemunha haver assistido aos discursos dos mais eminentes oradores da época. É também nesse período que Filon de Larissa, mestre da Academia fundada por Platão, foge para Roma diante do iminente ataque romano a Atenas. Cícero reconhece que os estudos junto a Filon concederam-lhe não somente o entusiasmo necessário pela filosofia, mas sobretudo a oportunidade de absorver o princípio de, diante de uma problemática, manter em suspenso o próprio julgamento (Cíc., *De inv.*, 2, 9-10; Cíc., *De fin.*, 2, 1) e o método da *disputatio in utramque partem*, um instrumento fundamental da filosofia acadêmica, que consistia no tratamento de uma questão a partir de pontos de vistas contrários um ao outro (ALBRECHT, 2012, p. 450).

Deparar-se com tais métodos, de natureza essencialmente retórica, constitui um momento marcante não só na biografia de Cícero, mas também na história da filosofia em Roma. Pode-se identificar, como o momento decisivo para a constituição dessa disciplina em solo romano, o ano de 155 a.C., quando chega a Roma uma embaixada ateniense, com o pedido de diminuição de uma multa aplicada devido ao saque cometido por Atenas em Oropos (PEREIRA, 1989, p. 94).

⁸⁶ *Nos autem nec subito coepimus philosophari nec mediocrem a primo tempore aetatis in eo studio operam curamque consumpsimus et cum minime uidebamus, tum maxime philosophabamur, quod et orationes declarant refertae philosophorum sententiis et doctissimorum hominum familiaritates quibus semper domus nostra floruit, et principes illi Diodotus Philo Antiochus Posidonius a quibus instituti sumus. Et si omnia philosophiae praecepta referuntur ad uitam, arbitramur nos et publicis et priuatis in rebus ea praestitisse quae ratio et doctrina praescripserit* (Cíc, *De nat.*, 1, 6-7).

A embaixada era composta por filósofos proeminentes, mestres das principais escolas filosóficas da época: Carnéades, líder da Academia; Diógenes da Babilônia, líder do *Stoa*; e Critolau, líder dos Peripatéticos (MORFORD, 2002, p. 13). Dentre os três, Carnéades é o filósofo mais elogiado por Cícero, devido a sua retórica poderosa e variada, bem como à qualidade de sua arte de persuasão, seja na defesa ou no rechaço de uma proposição (Cíc., *De orat.*, 2, 161). Valendo-se da *disputatio utramque partem*, Carnéades discursa diante do Senado: um dia em defesa da justiça e, no dia seguinte, refutando tudo o que havia dito no dia anterior (MORFORD, 2002, p. 14). Tal técnica, como informa Plutarco (Plut., *Cat.*, 21, 1-3), surpreende muitos romanos, mas desagrada a Catão, o velho, o qual leva o Senado a expulsá-lo e inicia uma resistência romana à cultura grega, particularmente à filosofia.

Retomando as influências de Cícero na retórica e na filosofia, é importante fazer referência ao estoico Diódoto, o qual apresentou-lhe várias disciplinas, mas, em especial, a dialética, uma forma de eloquência concisa e densa (Cíc., *Brut.*, 309: *quasi contracta et astricta eloquentia*). Na medida em que Diódoto e outros mestres eram gregos (um dado bastante relevante), não surpreende o fato de que grande parte do treinamento em filosofia e em retórica fosse realizado em língua grega:

Todos os dias, fazia, com frequência, os meus exercícios de declamação — como os chamam hoje em dia — com M. Pisão e com Q. Pompeio e, às vezes, ainda com outros. Declamava muito em latim, mas ainda mais em grego, seja porque o discurso grego, mais rico em ornamentos, me habituava a falar de modo semelhante em latim, seja porque não poderia ter sido corrigido nem ensinado pelos mais elevados mestres gregos, se não falasse em sua língua.⁸⁷ (Cíc., *Brut.*, 310)

Cícero esclarece que o uso mais frequente do grego durante a declamação se justifica pelo interesse em importar o estilo e os meios de expressão dessa língua para o latim. Trata-se de um claro objetivo de emulação linguística, o que consiste em uma importante evidência para o desenvolvimento do vocabulário filosófico em língua latina: Cícero não vê o exercício da fala

⁸⁷ *Commentabar declamitans - sic enim nunc loquuntur - saepe cum M. Pisone et cum Q. Pompeio at cum aliquo cottidie, idque faciebam multum etiam Latine, sed Graece saepius, uel quod Graeca oratio plura ornamenta suppeditans consuetudinem similiter Latine dicendi adferebat, uel quod a Graecis summis doctoribus, nisi Graece dicerem, neque corrigi possem neque doceri* (Cíc., *Brut.*, 310).

bilíngue como fonte de interferência indesejada na pronúncia ou nas expressões latinas, como o faz quando desaconselha a introdução de elementos advindos de outras variantes do latim (p. ex., do *sermo rusticus*); o contrário se observa com o grego, já que a tradição literária concede-lhe um *status* de língua de autoridade, à qual o latim deve se tornar semelhante.

Após o discurso a favor de Róscio Amerino, em que se confronta em juízo com partidários de Sula, Cícero deixa Roma por dois anos, entre 77 e 79 a.C. (GEIZLER, 1939, p. 831). Dirige-se primeiro a Atenas, onde passa seis meses como aluno do filósofo acadêmico Antíoco de Áscalon. Em seguida, Cícero viaja pela Ásia Menor e exercita-se com diversos mestres de oratória, como Menipo Stratonicense, Ésquilo Cnídio e Adramiteno Xenocles (Cíc., *Brut.*, 315). Por último, ele visita Rodes, onde tem, mais uma vez, Mólou como professor de retórica. Ao retornar a Roma, em 77, Cícero se vê como um orador completo e declara:

Assim, dois anos depois, estava de volta a Roma, não apenas mais exercitado, mas também, em certo modo, mudado. De fato, não somente o vigor excessivo da voz havia diminuído, mas também o meu estilo [*oratio*] e a força dos meus pulmões haviam se estabelecido, bem como o meu corpo havia adquirido um caráter mais regular.⁸⁸ (Cíc., *Brut.*, 316)

Mais uma vez, Cícero se refere ao seu amadurecimento discursivo após uma viagem por regiões de fala grega, o que permite concluir que julga o contato linguístico com os gregos altamente positivo para a formação do orador romano. Isso o leva a tomar, em relação à língua grega, uma atitude substancialmente diversa daquela dispensada às variedades latinas que não possuam as características próprias da *urbanitas*, por si reduzida ao círculo de cidadãos residentes em Roma.

⁸⁸ *Ita recepi me biennio post non modo exercitior sed prope mutatus. Nam et contentio nimia uocis resederat et quasi deferuerat oratio lateribusque uires et corpori mediocris habitus accesserat* (Cíc., *Brut.*, 316).

2.3.2 Cícero entre o latim e o grego: adequação e aprimoramento para a discussão filosófica

Em razão da familiaridade de Cícero com a língua grega, adquirida em seus anos de formação, é natural que suas avaliações metalinguísticas acerca da capacidade de expressão do latim sejam apresentadas frequentemente em comparação com o grego. Para o estudo de sua consciência linguística externa, figuram como principais fontes os proêmios de seus escritos filosóficos, nos quais esclarece aos leitores seus projetos e objetivos.

A maioria dessas obras assume a forma de diálogo e, em seus proêmios, Cícero encontra espaço para expressar-se, como autor, sobre a justificativa e os objetivos dos temas apresentados ao público: Cícero exalta sobretudo a importância da filosofia para a formação do cidadão e o interesse social e identitário em discuti-la em língua latina (LIMA, 2010, p. 94). A expressão do projeto de transmitir, em latim, os ensinamentos até então acessíveis apenas em grego está presente, com maior ou menor extensão, em todos os proêmios dos textos filosóficos produzidos a partir de 45 a.C.⁸⁹.

O proêmio serve ainda para introduzir o pano de fundo cênico em que ocorrerá o diálogo filosófico. A maioria das conversas, baseadas em elementos presentes na vida cotidiana de Cícero, passa-se no cenário das *uillae*, propriedades rurais representativas, por excelência, do lugar do ambiente de ócio gozado pelos patrícios romanos. Além disso, a fim de compor a atmosfera propícia ao ócio, os diálogos se situam em períodos de feriados e celebrações religiosas, durante as quais o trabalho no fórum e no Senado era suspenso (RUCH, 1958, p. 80-85 *apud* LIMA, 2010, p. 97).

Vejam, a seguir, o conteúdo dos proêmios, com foco nos argumentos mobilizados por Cícero para elevar o latim à posição ocupada pelo grego como língua da prosa filosófica por excelência. Reservaremos a introdução dos *Acadêmicos* ao próximo capítulo.

⁸⁹ Trata-se de um momento delicado da biografia de Cícero, na medida em que as agitações políticas decorrentes da disputa de poder entre os triúmviros César, Pompeio e Crasso, que culminaria na vitória de César e no enfraquecimento da República, obrigam-no a afastar-se da atividade política institucional. Além disso, a morte de sua filha Túlia em 45 a.C. traz-lhe um forte abalo (cf. GRIMAL, 1988, p. 407-436). Do seu afastamento institucional e do luto pela filha, surge um impulso produtivo: Cícero se debruça, com dedicação exclusiva, ao ócio com dignidade e produz a maior parte de suas obras filosóficas, buscando não somente satisfazer um intuito privado, consolando-se pela morte de Túlia, mas também desempenhar um papel de interesse público em favor dos romanos, legando-lhes uma obra que contribuísse para a literatura latina com a tematização de quase todas as áreas da filosofia (ALBRECHT, 2012, p. 437).

No diálogo *De finibus bonorum et malorum*, dedicado à investigação da razão última do bem viver e do bem agir, Cícero se refere às diversas críticas mobilizadas contra a sua intenção de discutir filosofia em latim. Essas se fundam principalmente no questionamento sobre até que ponto seria justificável apresentar as doutrinas das escolas filosóficas gregas em língua latina. Ao lado daqueles que rejeitam por completo o aprendizado da filosofia ou que o julgam uma atividade a ser praticada com muita moderação, há outros que, em razão de seus conhecimentos em língua e literatura gregas, preferem não se esforçar para ler o mesmo conteúdo em latim; esses últimos são marcados por um sentimento de desdém em face da literatura latina e das obras produzidas em sua língua materna:

Mais difícil é satisfazer os que dizem desprezar todos os escritos latinos. E aqui é de admirar por que em coisas tão sérias não deleita a língua pátria a eles, os quais todavia lêem não com desgosto as fábulas latinas — traduzidas do grego ao pé da letra. (...) O meu parecer é tão contrário ao desses homens, que, tendo embora sido Sófocles admirável em sua *Electra*, me julgo obrigado a lê-la mal traduzida por Atilio, de quem diz Licínio que foi escritor duro, mas verdadeiro escritor e pois digno de ser lido. Ser de todo ignorante com respeito ao que escreveram os nossos poetas delata ou uma grande inércia e desídia, ou um paladar demasiado enjoado e delicado. A mim não parecem bastante eruditos os que ignoram as nossas coisas.⁹⁰ (Cíc., *De fin.*, 1, 4-5; trad. Carlos A. Nougé)

A introdução do proêmio chama atenção para a contradição por parte daqueles que desvalorizam a escrita filosófica em latim: embora disponham-se, sem objeção, a ler traduções de fábulas [*fabellas*] gregas em língua latina, recusam-se a sequer aceitar que o mesmo seja feito com a prosa filosófica. Para além disso, Cícero defende o ponto de vista ainda mais potente de que mesmo as piores traduções latinas, como a de Atilio, devem ser lidas em Roma, na medida em que é necessário, por princípio, conhecer também os poetas latinos. O desinteresse em fazê-lo importaria em uma formação intelectual incompleta, eivada de indiferença e descuido.

⁹⁰ *Iis igitur est difficilius satis facere, qui se Latina scripta dicunt contemnere. In quibus hoc primum est in quo admirer, cur in grauiissimis rebus non delectet eos sermo patrius, cum idem fabellas Latinas ad uerbum e Graecis expressas non inuiti legant. (...) A quibus tantum dissentio, ut, cum Sophocles uel optime scripserit Electram, tamen male conuersam Atilii mihi legendam putem, de quo Lucilius: 'ferum scriptorem', uerum, opinor, scriptorem tamen, ut legendus sit. Rudem enim esse omnino in nostris poetis aut inertissimae segnitiae est aut fastidii delicatissimi. Mihi quidem nulli satis eruditi uidentur, quibus nostra ignota sunt* (Cíc., *De fin.*, 1, 4-5).

A justificativa para o uso literário da língua latina, seja em instâncias de produção como de recepção, liga-se, em Cícero, ao intuito de construção da identidade romana, cujo reconhecimento pressupõe a leitura dos poetas latinos pelo seu público. O fato de os textos produzidos em latim se tratarem, em grande parte, de traduções e emulações dos gregos não torna inócuos esses esforços identitários, já que os romanos leriam também com prazer as obras literárias que fossem produto de uma tradução, mesmo que literal [*ad uerbum*].

Além disso, os autores latinos não estariam obrigados a apenas veicular, no sentido de uma tradução palavra por palavra, os sentidos presentes nas obras gregas, mas poderiam certamente também enriquecê-los com a inserção de pensamentos e comentários próprios. Tal ponto de vista vai ao encontro da posição tradutória defendida por Cícero no *De optimo genere oratorum* (FÖGEN, 2000, p. 81), segundo a qual a tradução deve ser feita à maneira do orador [*ut orator*], i. e., tornando o texto-modelo, e seus modos de expressão, acessíveis a seu público não pela transposição de sentença por sentença, mas pela imitação da qualidade estética do estilo do autor, bem como pela adequação de seus argumentos ao contexto da cultura a que se apresenta:

Traduzi, então, dos áticos dois discursos notáveis e contrários entre si, um de Ésquino, outro de Demóstenes, autores dos mais eloquentes. E não os traduzi como um tradutor, mas como um orador, usando os mesmos argumentos, tanto na sua forma quanto nas suas figuras de linguagem, em termos adequados à nossa cultura. Para tanto, não considerei necessário verter palavra por palavra, mas mantive inteiro o gênero das palavras e sua força expressiva. Não julguei que fosse apropriado contabilizar as palavras para o leitor, mas como que sopesá-las.⁹¹ (Cíc., *De opt. gen. orat.*, 14; trad. Brunno V. G. Vieira)

Cícero se questiona por que o conteúdo da filosofia grega, expresso em latim, não haveria de agradar aos leitores, se lhes agrada perfeitamente em grego. Os esforços em realizar uma transposição mais livre, evitando a tradução à maneira do intérprete [*ut interpretes*],

⁹¹ *Conuerti enim ex Atticis duorum eloquentissimorum nobilissimas orationes inter seque contrarias, Aeschini et Demostheni; nec conuerti ut interpretes, sed ut orator, sentiis isdem et earum formis tamquam figuris, uerbis ad nostram consuetudinem aptis. In quibus non uerbum pro uerbo necesse habui reddere, sed genus omne uerborum uimque seruaui. Non enim ea me annumerare lectori putauit oportere, sed tanquam appendere.* (Cíc., *De opt. gen. orat.*, 14)

possibilitariam, até mesmo, o alcance de uma contribuição literária autêntica, a qual não deixaria de se destacar pela língua em que se apresenta:

Se, não menos que em grego, lemos na nossa língua aquele ‘Quem dera que no bosque não...’, por que, porém, não nos agrada aquilo que Platão discute sobre o bem e a felicidade da vida, quando o explicarmos em latim? Por quê? E, se não assumirmos o ofício de intérprete, mas observarmos as coisas ditas por aqueles dignos de nossa aprovação e lhes aplicarmos o nosso próprio juízo e a nossa própria organização de escrita, por que se preferem as sentenças gregas a essas outras, que também são ditas tão esplendidamente e não são traduzidas das gregas?⁹² (Cíc., *De fin.*, 1, 5-6).

A qualidade do conteúdo do que se lê não se alteraria, independentemente de se usar grego ou latim; muito longe de declarar a superioridade do primeiro sobre o segundo, Cícero critica o complexo de inferioridade dos romanos diante dos gregos e lhes imputa uma “desrespeitosa indiferença pelas coisas domésticas” [*De fin.*, 1, 10: *insolens domesticarum rerum fastidium*]. Outro motivo para a escrita da filosofia em latim, a despeito de sua ampla disponibilidade em grego, seria o fato de que, também entre os gregos, os mesmos temas teriam sido tratados por diferentes autores, de modo que não haveria qualquer empecilho em investigar, mais uma vez e em língua latina, determinados questionamentos filosóficos.

No próêmio do *De finibus*, Cícero não toma como objetivo identificar os motivos para esse sentimento de inferioridade, mas sobretudo atestar, com clareza, que a língua latina não lhe parece, em nenhum aspecto, pobre, como muitos alegariam, e, aliás, mostrar-se-ia até mesmo mais rica que a grega:

(...) creio, e muitas vezes o defendi, que a língua latina não só não é mais pobre, como a considera o vulgo, senão que é mais rica que a grega. Sim, porque quando nos faltou, não digo a nós, mas aos bons oradores e

⁹² An ‘*Utinam ne in nemore...*’ nihilo minus legimus quam hoc idem Graecum, quae autem de bene beateque uiuendo a Platone disputata sunt, haec explicari non placebit Latine? Quid? Si nos non interpretum fungimur munere, sed tuemur ea, quae dicta sunt ab iis, quos probamus, eis que nostrum iudicium et nostrum scribendi ordinem adiungimus, quid habent, cur Graeca anteponant iis, quae et splendide dicta sint neque sint conuersa de Graecis? (Cíc., *De fin.*, 1, 5).

poetas, e pelo menos depois que tivemos a quem imitar, qualquer ornato ou elegante locução?⁹³ (Cíc., *De fin.*, 1, 10)

Essa passagem serve de clara evidência de que a maioria dos romanos estava convencida de que a língua latina seria inferior à grega. O fato de que Cícero não compartilha dessa opinião emerge não somente de suas expressas manifestações em contrário, mas também do uso que faz da língua latina em seus escritos filosóficos. Cícero escreve em latim com o intuito de prestar um serviço àqueles compatriotas que desejem ler filosofia em ambas as línguas, contribuindo para a sua formação e ampliando o público dessa matéria que, para ele, constituía a atividade mais relevante para a vida humana⁹⁴.

Seus objetivos orientam-se na direção de demonstrar o seu talento literário e retórico, que ele mesmo identifica como uma contribuição fundamental para o enriquecimento da língua latina. É por essa razão que se Cícero, tendo sempre em vista a conexão entre retórica (principalmente como ornamentação linguística) e filosofia, insere-se a si mesmo insistentemente na tradição de Platão, Aristóteles e Teofrasto, afastando-se, como consequência, da escola epicurista, segundo a qual a riqueza de estilo e a especificidade conceitual seriam interesses pouco relevantes para o filósofo⁹⁵ (FÖGEN, 2000, p. 82).

⁹³ (...) *sed ita sentio et semper disserui, Latinam linguam non modo non inopem, ut uulgo putarent, sed locupletiore etiam esse quam Graecam. Quando enim nobis, uel dicam aut oratoribus bonis aut poetis, postea quidem quam fuit quem imitarentur, ullus orationis uel copiosae uel elegantis ornatus defuit?* (Cíc., *De fin.*, 1, 10)

⁹⁴ No *De finibus*, a transição do proêmio para a investigação do questionamento central do diálogo (quais seriam o supremo bem e o supremo mal?), dá-se da seguinte forma: “E eu, que nos trabalhos e perigos forenses não creio jamais ter abandonado o posto em que me colocou o povo romano, devo trabalhar quanto possa para que com o meu estudo e diligência se tornem mais doutos os meus concidadãos, e não disputar com os que preferem ler em grego (se é que o fazem verdadeiramente e não o fingem), e servir aos que querem valer-se das letras tanto em grego como em latim ou que, tendo-as já nas suas, não lhes importe grandemente as que estejam nas outras (...)” (Cíc., *De fin.*, 1, 10-11: *Ego uero, quoniam forensibus operis, laboribus, periculis non deseruisse mihi uideor praesidium, in quo a populo Romano locatus sum, debeo profecto, quantumcumque possum, in eo quoque elaborare, ut sint opera, studio, labore meo doctiores ciues mei, nec cum istis tantopere pugnare, qui Graeca legere malint, modo legant illa ipsa, ne simulent, et iis seruire, qui uel utrisque litteris uti uelint uel, si suas habent, illas non magnopere desiderant.*)

⁹⁵ Em uma fala de Lúcio Torquato, adepto do epicurismo, dirigida a Cícero, lê-se: “Já que te encontramos ocioso, escutarei com muito gosto as razões que tens não para odiar o nosso Epicuro, como o faz a maior parte dos que dele dissentem, mas para não aprová-lo de todo; pois creio que ele foi o único que enxergou a verdade e que livrou de grandes erros o espírito humano, ensinando tudo quanto permite uma vida boa e feliz. Creio porém que tu, como o nosso Triário, te deleitas menos com ele porque ele abandonou esses ornamentos do discurso de que usavam Platão, Aristóteles e Teofrasto. (trad. Carlos A. Nougé; *italico nosso*; Cíc., *De fin.*, 1, 14: *Quoniam nacti te, inquit, sumus aliquando otiosum, certe audiam, quid sit, quod Epicurum nostrum non tu quidem oderis, ut fere faciunt, qui ab eo dissentiunt, sed certe non probes, eum quem ego arbitror unum uidisse uerum maximisque erroribus animos hominum liberauisse et omnia tradidisse, quae pertinerent ad bene beateque uiuendum. Sed*

No prólogo das *Tusculanae disputationes*, Cícero também se refere a seu dever de contribuir para a escrita de uma literatura filosófica em Roma, alçando-a a um verdadeiro *munus rei publicae* (ou *dever para com a República*; cf. LIMA, 2010, p. 107-108). Dessa vez, Cícero não se justifica somente a partir da alegação de superioridade expressiva e estilística da língua latina, mas do próprio povo romano, ao qual teria sido dada a tarefa de superar ou aprimorar os modelos gregos:

E já que o sentido e o conteúdo de todas aquelas artes, as quais são relevantes para o correto modo de viver, estão no estudo da sabedoria, denominado filosofia, julguei necessário esclarecê-los em letras latinas; não que a filosofia não possa ser aprendida em letras gregas e com mestres gregos, porém a minha concepção sempre foi a de que os romanos sempre atingiram, sozinhos, coisas melhores que os gregos, ou tornaram melhores as coisas que deles receberam; isso, de fato, desde que as considerassem dignas de serem retrabalhadas.⁹⁶ (Cíc., *Tusc.*, 1, 1)

A fim de fomentar a valorização da identidade romana, Cícero passa a enumerar as qualidades em que os romanos ultrapassariam os gregos (Cíc., *Tusc.*, 1, 2); tratar-se-ia de características obtidas por natureza, e não por estudo [*natura, non litteris adsecuti sunt*]. Interessante é atentar para o fato de que todas essas instâncias em que Cícero deposita a superioridade dos latinos são elementos e valores considerados constitutivos de sua cultura: a instituição familiar, a organização política, as conquistas militares, a virtude dos antepassados (PEREIRA, 1989, p. 120-121).

Entretanto, Cícero reconhece que, no ensino [*doctrina*] e em todos os gêneros literários [*omni litterarum genere*], a Grécia estaria muito à frente dos romanos. Justifica-o, porém, com base no fato de ninguém haver competido com eles nessas áreas (Cíc., *Tusc.*, 1, 2⁹⁷). Argumenta que, mesmo antes da fundação de Roma, a Grécia já contava com Homero e Hesíodo e, com

existimo te, sicut nostrum Triarium, minus ab eo delectari, quod ista Platonis, Aristoteli, Theophrasti orationis ornamenta neglexerit.)

⁹⁶ (...) *et cum omnium artium, quae ad rectam uiuendi uiam pertinerent, ratio et studio sapientiae philosophia dicitur contineretur, hoc mihi Latinis litteris inlustrandum putauit, non quia philosophia Graecis et litteris et doctoribus percipi non posset, sed meum semper iudicium fuit omnia nostros aut inuenisse per se sapientius quam Graecos aut accepta ab illis fecisse meliora, quae quidem digna statuissent in quibus elaborarent.* (Cíc., *Tusc.*, 1, 1)

⁹⁷ “No ensino e em todos os gêneros literários, a Grécia nos superava; nisso, porém, era fácil vencer, já que ninguém lhes oferecia resistência.” (Cíc., *Tusc.*, 1, 2: *Doctrina Graecia nos et omni litterarum genere superabat; in quo erat facile uincere non repugnantes.*)

eles, iniciara a formação de seu povo, ao passo que os romanos teriam conhecido a arte poética apenas muito mais tarde e, o que se deixa provar por discursos de Catão, não lhe conferiam valor. A estagnação da poesia em Roma poderia ser explicada justamente pelo pouco prestígio que lhe foi concedido: não se poderia esperar o desenvolvimento de uma arte em um lugar em que não goza de reconhecimento (Cíc., *Tusc.*, 1, 3-4⁹⁸). O mesmo ter-se-ia dado com a pintura, a música e a geometria, de modo que os gregos, nessas artes, também nunca puderam ser alcançados.

O contrário ter-se-ia dado apenas na oratória, em que o interesse de figuras importantes, como Galba, Cipião Africano, Lélío, e, posteriormente, Lépido, Carbo e os irmãos Graco, teria permitido aos romanos alcançar a vantagem temporal dos gregos. Quanto à filosofia, porém, nenhuma iniciativa teria sido tomada para expô-la e discuti-la, em língua latina, de uma maneira agradável em linguagem e estilo. Cícero, assim, reconhece pertencer a si mesmo o dever de fazê-lo:

A filosofia esteve abandonada até ao nosso tempo, sem ter qualquer brilho nas letras latinas; somos nós que temos de a iluminar e despertar, a fim de que, se alguma utilidade tivemos para os nossos concidadãos quando estávamos ao serviço, a tenhamos também, se possível, na inactividade. E tanto mais devemos esforçar-nos nesse sentido, quanto é certo que consta haver já muitos livros latinos escritos impensadamente por pessoas sem dúvida excelentes, mas não suficientemente cultas. Pode muito bem acontecer que alguém pense bem, mas não seja capaz de exprimir com correção aquilo que pensa; mas isto de uma pessoa pôr por escrito as suas reflexões, quando não sabe dar-lhes ordem nem brilho, nem aliciar o leitor com um certo encanto, é de quem abusa desmedidamente do vagar que tem e das letras.⁹⁹ (Cíc., *Tusc.*, 1, 5-6; trad. Maria H. da R. Pereira)

⁹⁸ “Ou acreditamos que, se tivessem sido dados os devidos elogios às pinturas de Fábio, homem muito nobre, não haveria, também entre nós, diversos pintores à altura de Políclitos e Parrásio? A honra alimenta as artes, a glória leva todos a se esforçarem, e permanecem abandonadas aquelas artes condenadas e rejeitadas.” (Cíc., *Tusc.*, 1, 4: *An censemus, si Fabio, nobilissimo homini, laudi datum esset quod pingeret, non multos etiam apud nos futuros Polyclitos et Parrhasios fuisse? Honos alit artes, omnesque incenduntur ad studia gloria, iacentque ea semper quae apud quosque improbantur.*)

⁹⁹ *Philosophia iacuit usque ad hanc aetatem nec ullum habuit lumen litterarum Latinarum; quae inlustranda et excitanda nobis est, ut, si occupati profuimus aliquid ciuibus nostris, prosimus etiam, si possumus otiosi. In quo eo magis nobis est elaborandum, quod multi iam esse libri Latini dicuntur scripti inconsiderate ab optimis illis quidem uiris, sed non satis eruditis. Fieri autem potest, ut recte quis sentiat et id quod sentit polite eloqui non possit; sed mandare quemquam litteris cogitationes suas, qui eas nec disponere nec inlustrare possit nec delectatione aliqua allicere lectorem, hominis est intemperanter abutentis et otio et litteris* (Cíc., *Tusc.*, 1, 5-6).

Cícero dá testemunho de que, já em seu tempo, existiriam numerosas obras filosóficas, as quais, entretanto, apresentam uma qualidade formal insuficiente em decorrência de seus autores não contarem com a necessária formação estilística. A escrita da filosofia em latim demandaria não uma mera transposição de pensamentos para o papel, mas dependeria, para o alcance de um público mais amplo, da sua devida organização e composição linguística. A recusa ao cumprimento desses requisitos só poderia ter como consequência que essas obras apenas pudessem ser lidas por um grupo limitado de sujeitos, e não, como intentava Cícero, ser acessadas e desfrutadas por um amplo círculo de leitores romanos.

As críticas feitas aos filósofos que não teriam apresentado suas obras em uma linguagem suficientemente ornamentada podem ser interpretadas, a partir do cotejo com outros comentários negativos presentes em sua obra, como endereçadas aos epicuristas (FÖGEN, 2000, p. 85). Especialmente o próêmio do segundo livro das *Tusculanae disputationes* é evidência da mesma atitude linguística; dessa vez, porém, com referência explícita ao estilo de escrita próprio dos adeptos do epicurismo:

Há, de fato, um certo grupo entre aqueles que querem se chamar de filósofos, e dizem que esses realmente escreveram muitos livros; não os desprezo porquanto nunca os li; mas, dado que eles mesmos, os quais os escrevem, declaram abertamente que o fazem sem a conveniente distinção ou a devida organização, sem elegância ou ornamentação de estilo, considero-os uma leitura sem qualquer deleite. Ninguém, mesmo os de formação modesta, ignora o que dizem e pensam os seguidores dessa escola. Por essa razão, já que eles mesmos não reúnem esforços quanto ao modo como se exprimem, não entendo por que devem ser lidos por outros além daqueles que compartilham da mesma opinião. Pois todos leem Platão, outros filósofos socráticos e ainda todos aqueles que daí derivaram; leem-nos inclusive os que não aprovam suas doutrinas ou não as estudam com afinco; no entanto, quase ninguém toma em mãos Epicuro e Metrodoro, a não ser os seus próprios seguidores. Da mesma forma, esses latinos, leem somente os que consideram correto o que dizem.¹⁰⁰ (Cíc, *Tusc.*, 2, 7; tradução nossa)

¹⁰⁰ *Est enim quoddam genus eorum qui se philosophos appellari uolunt, quorum dicuntur esse Latini sane multi libri; quos non contemno equidem, quippe quos numquam legerim; sed quia profitentur ipsi illi, qui eos scribunt, se neque distincte neque distribute neque eleganter neque ornate scribere, lectionem sine ulla delectatione neglego. Quid enim dicant et quid sentiant i qui sunt ab ea disciplina, nemo <ne> mediocriter quidem doctus ignorat. Quam ob rem, quoniam quem ad modum dicant ipsi non laborant, cur legendi sint nisi ipsi inter se qui idem sentiunt, non intellego. Nam, ut Platonem reliquosque Socraticos et deinceps eos, quid ab his profecti sunt, legunt*

Cícero formula diversas objeções ao modo de expressão dos filósofos latinos epicuristas, os quais, apesar das afirmações do excerto acima, dispunham de um grande número de leitores em Roma (FÖGEN, 2000, p. 86; cf. Cíc., *Tusc.*, 4, 6). Tais críticas apontam sobretudo para a falta de cuidado estilístico, a negligência de clareza e especificidade na definição dos conceitos e a ausência de uma adequada ordenação do conteúdo. O mesmo é dito, em diversos de seus escritos filosóficos, acerca do estilo do próprio Epicuro (FÖGEN, 2000, p. 87): esse também desrespeitaria a elegância do discurso [*disserendi elegantiam*] e expressar-se-ia de maneira confusa [*confuse loquitur*; Cíc., *De fin.*, 2, 27]; suas considerações sobre dados temas, como o da natureza dos deuses, assemelhar-se-iam a um verdadeiro balbuciar [*Epicurum balbutientem de natura deorum*; Cíc., *De div.*, 1, 5]; faltar-lhe-ia o emprego de uma terminologia clara e a preocupação com os efeitos retóricos da linguagem [*loquendi uim*; Cíc., *De fin.*, 2, 30]; ademais, o emprego que faz das palavras não corresponderia ao seu significado usual, ao *consuetudo uerborum* [Cíc., *De fin.*, 2, 30].

A atitude ciceroniana diante do estilo estoico, por sua vez, não é nada negativa: “Ao contrário, não ignoras tu quão sutil, ou antes dificultoso, é o modo de discorrer dos estoicos. E não só entre os gregos, senão muito mais entre nós, que temos de inventar palavras e dar novos nomes a novas coisas (...)”¹⁰¹ (Cíc., *De fin.*, 3, 3). A linguagem dos estoicos é marcada por precisão e sutileza [*subtile*] dos argumentos, bem como por uma certa dificuldade [*spinosum*], o que contribui para que a sua doutrina não seja de fácil transposição para a língua latina. Mesmo em grego, as conceituações criadas por eles mostram-se, de fato, pouco usuais, o que tornaria a busca por equivalentes tradutórios em latim ainda mais complicada. A aprovação do modo de expressão estoico advém do fato de Cícero considerar como essencial a existência de uma terminologia técnica especializada para a filosofia. Comparando-a a outras *artes*, como a agricultura, Cícero denomina a filosofia *artes uitae* (“arte da vida”) e afirma ser mais do que natural que os termos que descrevem os seus conceitos não sejam colhidos junto à linguagem comum utilizada nos mercados e no fórum (cf. Cíc., *De fin.*, 3, 4).

omnes, etiam qui illa aut non adprobant aut non studiosissime consecretantur, Epicurum autem et Metrodorum non fere praeter suos quisquam in manus sumit, sic hos Latinos i soli legunt, qui illa recte dici putant. (Cíc., *Tusc.*, 2, 7)

¹⁰¹ *Stoicorum autem non ignoras quam sit subtile uel spinosum potius disserendi genus, idque cum Graecis tum magis nobis, quibus etiam uerba parienda sunt inponendaque noua rebus nouis nomina (...).* (Cíc., *De fin.*, 3, 3)

A necessidade de construção de vocabulário técnico filosófico revela, mais uma vez, um sentimento de inferioridade dos romanos, os quais consideram o léxico grego, em geral, muito mais amplo do que o latino, o que Cícero também se dispõe a refutar. Além de aduzir que mesmo os gregos tiveram que criar palavras para designar conceitos filosóficos, testemunha expressamente a sua visão de que o latim possuiria também uma grande capacidade representativa, talvez até mesmo superior à do grego:

Sim, porque a filosofia é a arte da vida, e aquele que a trata não pode tomar as palavras do fórum. (...) Zenão, o príncipe da escola [estoica], não foi tanto inventor de coisas como de vocábulos novos. E, se tal se concedeu aos gregos, numa língua que quase todos consideram mais rica, e se entre eles foi lícito para os homens doutos, quando tratavam de coisas ainda inexploradas, valer-se de palavras insólitas, quanto mais não se nos deve conceder a nós, que só agora, pela primeira vez, ousamos tocá-las? E pela mesma razão que já dei muitas vezes — não sem certa queixa, não tanto dos gregos como de alguns dos nossos, que querem passar por gregos antes que por latinos, porque, com efeito, não nos vence a Grécia em abundância de palavras, sendo nós, ao contrário, superiores nisso — temos de trabalhar para conseguir esta maior quantidade não só nas nossas próprias artes, mas também nas deles¹⁰² (Cíc., *De fin.*, 3, 5-6).

Considerando o contexto de seus escritos filosóficos, em que o latim ainda não era considerado uma língua suficientemente apta para a expressão dos conceitos filosóficos gregos, Cícero não tem como objetivo comprovar, a partir da referência a uma terminologia técnica já formada, o primado da riqueza vocabular da língua latina diante da grega. Ele compreende, e o deixa claro, que a sua dedicação à filosofia é pioneira na constituição de vocabulário filosófico latino. Primeiramente, haveria uma lacuna terminológica apenas quanto às artes tomadas dos gregos, mas não nas próprias *artes*; secundamente, a lacuna existente poderia ser compensada com os meios disponíveis à língua latina.

¹⁰² *Ars est enim philosophia uitae, de qua disserens arripere uerba de foro non potest. (...) Zenoque, eorum princeps, non tam rerum inuentor fuit quam uerborum nouorum. Quodsi in ea lingua, quam plerique uberiores putant, concessum a Graecia est ut doctissimi homines de rebus non peruagatis inusitatis uerbis uterentur, quanto id nobis magis est concedendum, qui ea nunc primum audemus attingere? Et quoniam saepe diximus, et quidem cum aliqua querela non Graecorum modo, sed eorum etiam, qui se Graecos magis quam nostros haberi uolunt, nos non modo non uinci a Graecis uerborum copia, sed esse in ea etiam superiores, elaborandum est ut hoc non in nostris solum artibus, sed etiam in illorum ipsorum adsequamur* (Cíc., *De fin.*, 3, 5-6).

Cícero considera-se capaz de tornar a filosofia grega disponível aos romanos ao transmiti-la em latim, o que ele assume explicitamente como um dever fundamental em face de seus compatriotas. A sua contribuição, tanto na expansão do vocabulário latino quanto na apresentação da filosofia, é acentuada no próêmio do *De natura deorum*, no qual se refere ao efeito já impulsionado por suas obras filosóficas em Roma e, mais uma vez, refuta preconceitos relacionados a uma suposta falha de expressividade da língua latina:

Tomar conhecimento disso me deixa ainda menos arrependido, na medida em que posso sentir facilmente que incentivei muitos não somente ao aprendizado mas também à escrita. Pois diversos deles haviam se formado em aulas de grego, porém não conseguiam transmitir o que aprenderam a seus concidadãos, pois supunham que aquilo que haviam recebido dos gregos não poderia ser dito em latim; contudo, parece que obtivemos um avanço tão grande nesse sentido que não somos ultrapassados pelos gregos nem mesmo na quantidade de palavras¹⁰³ (Cíc., *De nat. deor.*, 1, 8).

Parece claro que o projeto de Cícero consiste em, a partir de sua atividade literária, impulsionar a afirmação identitária dos romanos em face da supremacia cultural dos gregos. Entretanto, reduzir a sua intenção a tais interesses políticos significaria negligenciar a função essencial por ele desempenhada na formação linguística e na mediação do pensamento grego. Não se pode esquecer que, para além do enriquecimento e expansão do vocabulário latino, Cícero não pretende que a tradição grega seja esquecida ou suprimida; ao contrário, vê a filosofia, da maneira como havia sido realizada na tradição grega, como indispensável para a formação do cidadão romano, cujo acesso pretende facilitar por meio de sua disponibilização em latim. Os benefícios que podem trazer a combinação das culturas grega e latina são apresentados na introdução do *De officiis*, obra que Cícero endereça a seu filho a fim de instruí-lo nos deveres e virtudes necessários ao cidadão romano:

Marcos, meu filho, embora tenhas passado já um ano a ouvir Crátipo — e o tenha feito ainda em Atenas —, é necessário que sejam abundantes

¹⁰³ *Eoque me minus instituti mei paenitet, quod facile sentio, quam multorum non modo discendi, sed etiam scribendi studia commouerim. Complures enim Graecis institutionibus eruditi ea, quae didicerant, cum ciuibus suis communicare non poterant, quod illa, quae a Graecis accepissent, Latine dici posse diffiderent; quo in genere tantum profecisse uidemur, ut a Graecis ne uerborum quidem copia uinceremur* (Cíc., *De nat. deor.*, 1, 8).

em ti os preceitos e ensinamentos da filosofia, por meio da suma autoridade proveniente tanto do professor quanto da cidade; o primeiro pode enriquecer-te com seu conhecimento e a segunda, com seus exemplos. Contudo, na medida em que eu mesmo, para meu benefício, sempre reuni as coisas latinas às gregas (não somente na filosofia mas também nos exercícios de retórica), penso que deverias fazer o mesmo, a fim de que sejas igualmente capacitado em ambas as línguas. Quanto a isso, ao que me parece, prestei grande serviço a nossos concidadãos, de modo que não somente os que desconhecem o grego mas também os versados nessa língua acreditam haver encontrado alguma assistência tanto para o aprendizado quanto para a tomada de decisões¹⁰⁴ (Cíc., *De off.*, 1, 1).

A contribuição para o vocabulário latino por meio da produção de obras filosóficas não encontra seu fim em si mesma, nem se restringe a objetivos didáticos. Cícero está ciente do valor que a cultura grega possui para a sua própria formação intelectual e moral, de maneira que pretende estender o seu acesso, combinando latim e grego, a seus concidadãos. A escrita da filosofia em língua latina é compreendida como verdadeiro serviço oferecido ao povo romano, destinando-se sobretudo à educação da juventude.

Os temas trabalhados nos proêmios de suas obras filosóficas — o valor da filosofia, a defesa da língua latina como hábil à disciplina filosófica e a necessidade de formação de um vocabulário filosófico em latim — são retratados também no escrito *Acadêmicos*, o qual se busca analisar no próximo capítulo. Investiga-se não somente o seu proêmio, mas também o modo como nele se realiza concretamente a transposição das doutrinas filosóficas gregas em língua latina.

¹⁰⁴ *Quamquam te, Marce fili, annum iam audientem Cratippum idque Athenis abundare oportet praeceptis institutisque philosophiae propter summam et doctoris auctoritatem et urbis, quorum alter te scientia augere potest, altera exemplis, tamen, ut ipse ad meam utilitatem semper cum Graecis Latina coniunxi neque id in philosophia solum, sed etiam in dicendi exercitatione feci, idem tibi censeo faciendum, ut par sis in utriusque orationis facultate. Quam quidem ad rem nos, ut uidemur, magnum attulimus adiumentum hominibus nostris, ut non modo Graecarum litterarum rudes, sed etiam docti aliquantum se arbitrentur adeptos et ad discendum et ad iudicandum.* (Cíc., *De off.*, 1, 1)

CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO NOS *ACADÊMICOS*

3.1 Os *Acadêmicos*: contexto de produção, histórico do texto e problemática filosófica

Antes de tratarmos da consciência linguística ciceroniana evidenciada nos *Acadêmicos*, coloca-se a tarefa preliminar de apresentar a obra e seu contexto de produção. Esta seção é dedicada, assim, ao breve esclarecimento da composição e do histórico do texto, bem como à exposição de seus principais temas filosóficos. Busca-se investigar os seguintes questionamentos: (1) Quando foram escritos os *Acadêmicos* e quais diferenças há entre a estrutura original da obra e as partes restantes até o presente? (2) Quais problemas filosóficos são levantados na obra e quais linhas de pensamento são traçadas para oferecer-lhes uma solução?

3.1.1 O contexto de produção e o histórico do texto

Cícero escreve a maioria de suas obras filosóficas entre os anos 46, após a tomada do poder por César, e 44 a.C., antes de sua morte, decorrente de seus quatorze discursos vituperativos contra Marco Antônio, as *Filípicas* (MACKENDRICK, 1989, p. 3). Os *Acadêmicos*, particularmente, surgem no ano de 45 a.C., após um evento de consequências traumáticas para Cícero: a morte de sua filha Túlia. É justamente com o intuito de oferecer uma forma de terapia a seu sofrimento que Cícero se volta para a filosofia e escreve as obras *Consolatio* (perdida quase por completo), *Hortensius* (restante apenas em fragmentos) e, em seguida, os *Acadêmicos*. Sabe-se, a partir de evidências presentes nas cartas endereçadas por Cícero a Ático e em menções contidas em outras de suas obras filosóficas (HUNT, 1998, p. 10), que esses foram escritos, especificamente, entre o *Hortensius* e a conclusão do *De finibus*.

Há, de fato, uma série de cartas de Cícero em que a composição e as alterações sofridas por essa obra são compartilhadas com seus amigos, principalmente Ático e Varrão, razão pela qual conseguimos ter acesso a diversos detalhes de sua escrita, edição e publicação. Tratando-se de um texto antigo não legado em sua inteira extensão, a disponibilidade de tantas informações sobre o histórico de produção mostra-se como especialmente útil.

A primeira data significativa para a composição dos *Acadêmicos* é 13 de maio de 45 a.C., em que Cícero, além de aludir à morte de sua filha, informa a Ático sobre a conclusão do *Catulo* e do *Luculo*, nomes concedidos aos dois livros que compunham a primeira edição da obra. Cícero escreve: “Aqui concluí dois grandes compilados; pois não haveria nenhum modo de livrar-me do sofrimento” (Cíc., *Att.*, 12, 45, 1: *Ego hic duo magna συντάγματα absolui; nullo enim alio modo a miseria quasi aberrare possum*). Hunt (1998, p. 11) argumenta que os “compilados” [συντάγματα] apenas poderiam ser interpretados como referências aos dois volumes dos *Acadêmicos*, na medida em que uma carta, datada de 29 de maio, menciona-os expressamente pelos nomes *Catulo* e *Luculo*: “O *Torquato* [primeiro livro do *De finibus*] está em Roma. Eu o enviei para que fosse entregue a ti. O *Catulo* e o *Luculo*, acredito, foram enviados antes” (Cíc., *Att.*, 13, 19, 4: *Torquatus Romae est. Misi ut tibi daretur. Catulum et Lucillum, ut opinor, antea*). Isso permite concluir que Cícero enviou ambos os volumes entre as datas 13 e 29 de maio.

O envio dos volumes concluídos, no entanto, não impede Cícero de, já na primeira edição, buscar adicionar-lhes novos elementos. Esse comunica a Ático que não está completamente seguro de *Catulo* e *Luculo* constituírem personagens adequadas para figurar como interlocutores em um debate filosófico¹⁰⁵ e, como consequência, adiciona, nos proêmios dos dois tomos, elogios à sua formação filosófica (Cíc., *Att.*, 13, 32, 3). Em 22 de junho, porém, decide por transferir os papéis principais a *Catão* e a *Brutus* (Cíc., *Att.*, 13, 16, 1), não somente com o intuito de tornar mais verossímil a discussão, mas também para agraciá-los nessa obra. Contudo, o *De finibus*, a essa época, já havia sido prometido a *Brutus*, e Cícero ainda devia a dedicatória de uma obra a *Varrão* como contrapartida por este lhe haver dedicado uma parte de seu *De lingua latina* (HUNT, 1998, p. 11). Por essa razão, no dia 23 de junho, Cícero introduz *Varrão* como personagem do diálogo (Cíc., *Att.*, 13, 12, 3). No mesmo dia, Cícero altera a estrutura da obra, dividindo os dois volumes em quatro, realizando, além disso, adições e

¹⁰⁵ Cícero refere-se a *Catulo*, *Luculo* e *Hortênsio* como “homens nobres, de fato; mas, de nenhuma forma, estudiosos” (Cíc., *Att.*, 13, 12, 3: *homines nobiles illi quidem sed nullo modo philologi*)

supressões no texto¹⁰⁶. Na segunda edição, tem-se, como interlocutores, Cícero e Varrão, que debatem na presença de Ático.

Após essa alteração, todas as alusões à obra referem-se à segunda edição, o que sugere que essa seria a versão final autorizada por Cícero (RACKHAM, 1967 [1933], p. 401). Infelizmente, restam-nos, dessa edição, somente o primeiro quarto e alguns fragmentos, ao passo que, da primeira edição, chegou até nós o segundo livro, o *Luculo*, em sua integralidade. A hipótese mais provável para a conservação de duas edições poderia ser formulada, segundo Hunt (1998, p. 13), em analogia com a história do texto do *De finibus*: o *Luculo*, mesmo após a sua revisão por Cícero, pode ter circulado informalmente a partir de uma cópia privada; ou Ático decidiu publicá-lo, possivelmente após a morte de Cícero, juntamente com a versão aprovada dos *Acadêmicos*.

A melhor compilação e organização dos fragmentos pertencentes aos livros 2, 3 e 4 da primeira versão dos *Acadêmicos* encontra-se na edição de Plasberg (1922). A partir dessa reconstrução, MacKendrick (1989, p. 337) conjectura que o segundo livro conteria a continuação das refutações de Cícero a Varrão, passagem em que se interrompe o primeiro livro. O terceiro e o quarto livros poderiam ser reconstituídos em analogia com o segundo livro conservado da primeira edição, o qual se divide entre a refutação do ceticismo acadêmico, conduzida por Luculo, e a sua subsequente defesa, realizada por Cícero: no terceiro livro, o discurso de Luculo pode ter sido transferido para Varrão, com a arguição de possibilidade do conhecimento absoluto, ao que se seguiria, no quarto livro, a argumentação contrária de Cícero, com a defesa de que os sentidos são falhos¹⁰⁷.

¹⁰⁶ “De dois livros, compus quatro: ao todo, são mais extensos do que eram aqueles, embora muito tenha sido retirado” (Cíc., *Att.*, 13, 12, 3: *Ex duobus libris contuli in quattuor: grandiores sunt omnino quam erant illi, sed tamen multa detracta*)

¹⁰⁷ Tal suposição encontra suporte em uma carta de Cícero a Varrão, na qual aquele informa a este as doutrinas filosóficas representadas por cada um no diálogo: “Entreguei a ti a parte de Antíoco, cuja doutrina — assim me parecia — encontrava a sua aprovação, enquanto eu mesmo assumi a de Filo. Quando o leres, acredito que te surpreenderá vendo-nos dizer coisas que nunca dissemos; mas conheces a convenção dos diálogos.” (Cíc., *Ad fam.*, 9, 8, 1: *Tibi dedi partes Antiochinas, quas a te probari intellexisse mihi uidebar, mihi sumpsit Philonis. Puto fore ut cum legeris mirere nos id locutos esse inter nos quod numquam locuti sumus; sed nosti morem dialogorum.*)

3.1.2 O ceticismo e a problemática dos *Acadêmicos*: é possível conhecer?

Na presente seção, tem-se como objetivo a breve elucidação da temática principal dos *Acadêmicos*: a (im)possibilidade de se alcançar qualquer forma de conhecimento sólido sobre o mundo. Os limites desse trabalho não permitem o aprofundamento em cada uma das discussões presentes na obra e tampouco a realização de uma investigação histórica extensa sobre as escolas filosóficas nelas inseridas. Por essa razão, busca-se apresentar os seus temas de maneira panorâmica, referindo-se detalhadamente apenas às passagens em que se identifiquem questionamentos terminológicos ou tradutórios, cuja análise se reserva à próxima seção.

a) O primeiro livro da segunda edição: *Varrão ou do dogmatismo ao ceticismo*

O primeiro livro dos *Acadêmicos* abre-se com a construção da cena e do pano de fundo em que se desenrolam a defesa dos pontos de vista filosóficos em questão. Encontram-se em Cuma os amigos Ático, Varrão e Cícero. Mencionando seus estudos acerca das doutrinas filosóficas iniciadas com Sócrates, Cícero questiona Varrão por que ele, apesar da dedicação a variados temas, nunca havia escrito sobre filosofia (*Ac.*, 1-3).

Varrão responde que não o fez em razão de os gregos já haverem se dedicado à escrita filosófica, de modo que os seus concidadãos, se versados na matéria, prefeririam ler as obras gregas, e, se leigos, não mostrariam qualquer interesse nem pela língua nem pela filosofia grega. Ainda segundo Varrão, os romanos dão maior atenção aos filósofos latinos adeptos do epicurismo, como Amafinio e Rabírio, os quais ignoram a retórica e a lógica, evitando se expressar sistematicamente ou recorrer a quaisquer tipos de definições, categorizações e argumentações formais. Varrão, seguidor das doutrinas da Antiga Academia, defende que os preceitos dos mestres em dialética e dos oradores devem ser cumpridos como leis, razão pela qual o emprego de definições e de uma terminologia técnica adequada mostra-se incontornável. Ao contrário do que praticam os epicuristas, as discussões sobre a física — a filosofia da natureza — não poderiam, p. ex., prescindir da ideia de causa¹⁰⁸, do conceito de átomo¹⁰⁹ ou dos

¹⁰⁸ A física seria um sistema constituído de uma causa ativa [*effectio*] e de uma matéria formada e moldada por essa causa (*Ac.*, 2, 6).

recursos da geometria. Essa necessidade tornaria, a seu ver, impossível ou, ao menos, bastante desfavorável o emprego filosófico do latim (*Ac.*, 4-6). As mesmas dificuldades se impõem diante das discussões éticas: com exceção dos epicuristas, para os quais o maior bem a ser buscado na vida seria o mesmo para o homem e para o gado¹¹⁰, tanto a Antiga Academia quanto os filósofos estoicos tratam da questão com muita sutileza e complexidade.

Varrão não nega que a busca pela filosofia lhe parece a ação mais adequada para atingir consistência na condução da vida e deleite nas atividades da alma; contudo, envia à Grécia os amigos interessados no assunto, enquanto se dedica a questões ainda não examinadas pelos gregos. A filosofia estaria presente em sua obra por meio da inserção de temas éticos e dialéticos (p. ex., em suas *Sátiras Menipeias*), e também pela utilização de um estilo de escrita filosófico (p. ex., no prólogo de suas *Antiguidades*)¹¹¹.

Em seguida, Cícero é acusado de haver abandonado a Antiga Academia em favor da Nova, o que esse rebate, aduzindo, com base em Filon, que nunca houve duas Academias e que a divisão entre uma Antiga e outra Nova se baseia em uma incompreensão das similaridades entre elas. Em resposta, Varrão supõe que Cícero desconheça os argumentos de Antíoco, os quais justificariam a diferenciação, e se propõe não somente a expô-los como também a recapitular cronologicamente toda a doutrina da Antiga Academia (*Ac.* 1, 13-14).

Varrão identifica a sua origem em Sócrates (*Ac.*, 1, 15-18), já que, por amplo consenso, teria sido ele o primeiro filósofo a deixar de lado os questionamentos sobre a natureza e a tematizar a vida comum. A Antiga Academia e a filosofia dos peripatéticos teriam sido consolidadas não por uma mudança temática, mas justamente por um desacordo quanto ao método. Sócrates, por acreditar não saber nada além da própria ignorância, dialogava sem o intuito de afirmar qualquer coisa por si próprio e limitava-se a refutar seus interlocutores, ao passo que as escolas dos acadêmicos e dos peripatéticos, derivadas da doutrina de Platão,

¹⁰⁹ Nessa passagem, Varrão deixa expresso que chama de *corpusculum* o que os gregos denominam *atomos* (*Ac.*, 2, 6).

¹¹⁰ Varrão critica a posição epicurista segundo a qual o maior bem consiste no prazer. Na obra de Cícero, a ética epicurista é refutada nos dois primeiros livros de *De finibus*.

¹¹¹ A vasta produção literária e histórica de Varrão se perdeu. Entretanto, Cícero ressalta que sua obra teve grande impacto na literatura romana subsequente. Suas únicas obras de teor filosófico seriam o *De lingua latina*, de que nos restaram somente cinco livros, de um total de vinte e cinco, e fragmentos presentes em tratados posteriores, como do *Disciplinarum libri*, sobre educação, e do acadêmico *De philosophia*, descrito por Agostinho no *Cidade de Deus*, 19.1-3 (BRITAIN, 2006, p. 90).

buscavam produzir uma ciência filosófica determinada [*ars quaedam philosophiae*], com uma organização dos assuntos [*rerum ordo*] e uma descrição da disciplina [*descriptio disciplinae*].

A partir da divisão tripartite da filosofia em ética, física e dialética, atribuída a Platão, Varrão passa à exposição da doutrina da Antiga Academia, a qual, posteriormente, seria revisada pelos peripatéticos e pelos estoicos (*Ac.* 1, 16-42).

No âmbito da ética (*Ac.*, 1, 19-23), como parte da filosofia referente à busca pela boa vida e pela conduta correta, os filósofos da Antiga Academia, assim como os peripatéticos, definiriam o bem como consonância com a natureza, e a felicidade como aquisição de tudo o que fosse natural ao corpo, à mente e à vida¹¹². Os bens para o corpo como um todo seriam a saúde [*ualetudo*], a força [*uires*] e a beleza [*pulchritudo*]; para as suas partes, a integridade dos sentidos [*sensus integri*], a rapidez dos pés [*in pedibus celeritas*], a força das mãos [*uis in manibus*], a clareza e a articulação da voz [*claritas in uoce*]. Os bens para mente seriam aqueles que levam ao reconhecimento da virtude, sendo ou naturais, como a rapidez no aprendizado [*celeritas ad discendum*] e a memória [*memoria*], ou adquiridos, identificados como a diligência [*studia*] e o costume [*quasi consuetudo*]¹¹³. O terceiro tipo diz respeito às circunstâncias que conduzem ao exercício da virtude; trata-se de bens relacionais, como a amizade e companheirismo dentro de uma comunidade [*humana quadam societate*].

A ação humana voltar-se-ia completamente para a obtenção desses bens primários, sendo o principal a virtude. Essa, porém, não poderia prescindir dos bens corporais e relacionais, sem os quais não seria possível alcançar a felicidade em sua forma suprema [*beatissima uita*]. Segundo Varrão, nesse ponto residiria a diferença em que se separam a Antiga Academia e os estoicos (*Ac.*, 1, 35-39): Zenão, o fundador do Stoa, entendia que tão somente a virtude poderia levar à felicidade, já que, para além dela, não haveria qualquer outro bem: a virtude seria o bem por excelência, o elemento valoroso e honesto em si [*honestum*]¹¹⁴. Ademais, não existiriam bens

¹¹² Rackham (1969, p. 428) anota que “vida” [*uita*], nesse contexto, denotaria o termo grego ἐκτός ἀγαθά, “bens externos” [ao indivíduo].

¹¹³ Nessa passagem, o termo *quasi*, “semelhante a”, “aproximadamente”, “por assim dizer”, parece sugerir que *consuetudo* seria uma tradução, provavelmente de ἔθος, “costume”, “hábito”, relacionado, por sua vez, a ἥθος, “usos e costumes”, “caráter”.

¹¹⁴ A descrição da virtude por Cícero como “o honesto e nobre, (...) um certo bem uniforme, solitário e único” [*Ac.*, 1, 36: *honestum, (...) simplex quoddam et solum ei unum bonum*] é um decalque do grego τὸ καλόν, “o bom e belo” (RACKHAM, 1967 [1933], p. 444).

do corpo ou da vida, mas tão somente aqueles pertencentes à mente: todas as virtudes estariam situadas na razão. Todas as outras coisas seriam indiferentes, i.e., nem boas nem más, mas apenas (a) adequadas à natureza, (b) contrárias a ela ou (c) neutras.

A revisão proposta pelos estoicos é vista por Cícero como uma espécie de correção e afinação dos conceitos da Antiga Academia, não como a fundação de uma nova escola filosófica. Haveria uma mudança mais terminológica do que substancial: limitaram-se a adicionar, entre a ação correta (bem, virtuoso) e o erro (mal, vicioso)¹¹⁵, a classificação intermediária de “apropriado” ou “inapropriado” (*Ac.*, 1, 37). Além disso, embora não tenham destituído a humanidade das perturbações da alma [*perturbatio animi*] — seria de sua natureza entristecer-se, desejar, sentir medo e deixar-se levar pelo prazer —, compreendiam que o sábio deveria prescindir de todas essas coisas, vistas por eles como doenças [*morbus*]¹¹⁶.

Retornando à doutrina da Antiga Academia, Varrão expõe que, quanto à física (*Ac.*, 1, 24-29), essa dizia ser a natureza divisível em dois elementos, nunca encontrados em forma separada: um ativo (a força) e outro passivo (a matéria). Quando a força se imprime sobre a matéria, forma-se um corpo [*corpus*] ou, por assim dizer, uma espécie de qualidade [*qualitas*]¹¹⁷, i.e., a partir do encontro entre os dois tipos de elementos que compõem a natureza, formam-se entidades dotadas de características específicas, um modo de ser próprio, uma *qualidade*.

Dentre essas *qualidades*, como explica Varrão, algumas são primárias, e outras, derivadas. São chamados primários o vento, o fogo, a água e a terra, na medida em que seriam capazes de gerar outras entidades, como as espécies de seres vivos e os produtos oriundos da terra. Além disso, segundo a Antiga Academia, haveria, subjacente a todas as *qualidades* existentes, uma espécie de matéria sem forma, que não somente receberia todas as coisas como também seria infinitamente divisível e transferível. A força, agindo sobre a matéria, produziria a totalidade da natureza, fora da qual nenhuma matéria poderia existir. Tal força seria uma espécie

¹¹⁵ A má ação, ou erro, é chamada por Cícero de *peccatum officium* ou *contra officium*, “o dever desrespeitado” ou “contra o dever”. O termo *officium*, tão caro à ética preceituada na filosofia de Cícero, refere-se ao conceito estoico καθήκον, “uma ação adequada”, formalmente correta em suas circunstâncias, seja qual for a motivação do agente (RACKHAM, 1967 [1933], p. 446).

¹¹⁶ Decalque de πάθος, “paixão”, “sofrimento”, “algo a que se está sujeito”.

¹¹⁷ O termo *qualitas* traduz-se do grego ποιότης (vocábulo cunhado por Platão no *Teeteto*, 182a) e, a julgar pela ressalva feita por Varrão ao introduzi-lo, devia soar uma formação de palavras estranha aos ouvidos romanos. *Qualitas* advém do pronome interrogativo *qualis* (“de que tipo?”, “de que natureza?”), e a sua estranheza deveria ser semelhante à de algo como “de-que-tipo-dade” em português.

de alma do mundo e, como sabedoria perfeita [*ratio perfecta*], denominada “deus” pelos antigos acadêmicos, não estaria externa ao mundo.

Após essa brevíssima exposição sobre física, Varrão se volta para a dialética, terceira parte em que se divide a filosofia, dedicada ao raciocínio e à discussão. A Antiga Academia e os peripatéticos baseavam o conhecimento nos sentidos, mas o faziam conceder aos sentidos o valor de critério de verdade; para eles, esse critério poderia ser apenas a mente, a qual exclusivamente poderia permitir o vislumbre do que é permanentemente real e verdadeiro: a verdade consistiria na concepção platônica de ideia ou forma. Os sentidos, por sua vez, seriam insuficientes para a aquisição do conhecimento do que é demasiadamente diminuto ou das coisas que se movem com velocidade. O verdadeiro conhecimento — assim pensavam — poderia ser apreendido apenas pelo uso da razão e pela utilização da etimologia, i.e., da investigação das explicações pelas quais os nomes foram concedidos às coisas que designam (*Ac.*, 1, 30-31). Para Zenão e os estoicos, as sensações são impulsos externos [*uisum* ou φαντασία] as quais a mente pode apreender [*comprehendere*] como verdadeiras (como conhecimento) ou como falsas (como opinião). Tal percepção mental seria moralmente neutra, mas consistiria, para Zenão, na única base para a verdade, como uma parâmetro de medida [*norma*] do conhecimento (*Ac.*, 1, 40-42).

Em seguida à exposição de Varrão, é dada a Cícero a tarefa de justificar a natureza e a razão da ruptura entre a Antiga e a Nova Academia (*Ac.* 1, 43). Tomando Arcesilau como primeiro representante da Nova Academia, Cícero defende que esse desenvolveu sua doutrina filosófica, opondo-se a Zenão e a seus antecessores, não pelo simples prazer em vencer uma discussão, mas em função da obscuridade dos fenômenos, os quais levaram Sócrates — e também seus predecessores Demócrito, Anaxágoras e Empédocles — a negar completamente toda possibilidade de cognição, percepção ou conhecimento, e a considerar os sentidos limitados, a alma débil e a duração da vida curta. A verdade, nas palavras de Demócrito, estaria mergulhada em um abismo, permanecendo onipresentes apenas a opinião e os costumes [*institutis*] (*Ac.*, 1, 44-45).

Embora a resposta de Cícero a Varrão nos tenha sido legada de modo incompleto, é possível identificar nela uma interpretação da Nova Academia, iniciada por Arcesilau, como retomada e radicalização do método filosófico de Sócrates, baseado na argumentação

descentralizada e no reconhecimento da própria ignorância diante da obscuridade dos fatos. Cícero enxerga, na passagem em que se encerra o manuscrito, uma proximidade entre Arcesilau e Sócrates:

Assim, Arcesilau negava que qualquer coisa pudesse ser conhecida, nem mesmo o pouco que Sócrates havia permitido a si: considerava que tudo estaria oculto de tal forma que não haveria coisa alguma que pudesse ser discernida ou compreendida; por essas razões, nada poderia ser declarado nem afirmado nem aprovado mediante assentimento, e seria necessário conter-se sempre e não se precipitar diante de qualquer lapso, porquanto estar-se-ia assim diante de uma precipitação manifesta, caso algo falso ou desconhecido viesse a ser aprovado. Nem há qualquer coisa mais torpe do que deixar que o assentimento e a aprovação precedam o conhecimento e a percepção dos fatos. Arcesilau vivia em conformidade com essas ideias e convencia muitos enquanto discursava contra as opiniões de todos, de modo que, quando parcelas de razão eram encontradas em posições contrárias sobre o mesmo assunto, mostrava-se mais fácil suspender o assentimento de ambas as posições.¹¹⁸ (*Ac.*, 1, 45)

Como se pode depreender do excerto, Arcesilau leva às últimas consequências o princípio de ignorância de Sócrates e reconhece não somente a ocultabilidade de qualquer verdade como também a incerteza da própria ignorância: se é impossível conhecer, não se sabe nem mesmo que não se sabe. O método de Arcesilau consistia em, mediante a proferição de discursos opostos, mas igualmente convincentes, inspirar nos ouvintes a suspensão de qualquer assentimento.

Cícero refuta, a despeito das incongruências apontadas por Varrão, a divisão entre Antiga e Nova Academia, e o faz não somente a partir da retomada do pensamento de Sócrates, como também por meio da aproximação entre Platão e Arcesilau. Na visão de Cícero, o ceticismo estaria também evidente nos diálogos platônicos, como defende em *Ac.*, 1, 46:

Chama-se esta de Nova Academia, a qual, a mim, parece antiga, principalmente se contarmos Platão como um membro desta última, em

¹¹⁸ *Itaque Arcesilas negabat esse quidquam quod sciri posset, ne illud quidem ipsum, quod Socrates sibi reliquisset: sic omnia latere censebat in occulto, neque esse quidquam quod cerni aut intellegi posset; quibus de causis nihil oportere neque profiteri neque adfirmare quemquam neque adsensione approbare, cohibereque semper et ab omni lapsu continere temeritatem, quae tum esset insignis cum aut falsa aut incognita res approbaretur, neque hoc quidquam esse turpius quam cognitioni et perceptioni adsensionem approbationemque praecurrere. Huic rationi quod erat consentaneum faciebat, ut contra omnium sententias disserens in eam plerosque deduceret, ut cum in eadem re paria contrariis in partibus momenta rationum inuenirentur, facilius ab utraque parte adsensio sustineretur.* (*Ac.*, 1, 45)

cujos livros nada é afirmado, muito é alegado em uma e em outra posição, tudo é posto em questão, e nada de certo é dito¹¹⁹.

Cícero reconhece também em Platão um modo de filosofar cético, em que, semelhantemente ao método de Sócrates e de Arcesilau, nada é dito categoricamente, e argumentos contrários são expostos com plausibilidade. Dessa forma, haveria uma continuidade cética em toda a tradição da filosofia acadêmica, não sendo adequado falar-se em uma Antiga Academia, não-cética, e uma Nova Academia, predominantemente marcada pelo ceticismo como formulado por Arcesilau.

Após os comentários sobre Arcesilau e a Nova Academia, Cícero se volta para o probabilismo de Carnéades. No entanto, a perda da continuação do manuscrito nos impede de conhecer o conteúdo do texto.

b) O segundo livro da primeira edição: *Luculo* ou os pró e contra-argumentos do absoluto ceticismo

O segundo livro dos *Acadêmicos* compõe-se de duas longas exposições de argumentos ao contrário e a favor do absoluto ceticismo. Após uma introdução, em que a personagem Luculo é apresentada e elogiada, Catulo lhe pede que reproduza a doutrina de Antíoco a partir da qual esse refuta o ceticismo de seu mestre Fílon (*Ac.*, 2, 11-12).

Conforme explica Luculo, Fílon teria ido longe demais ao recusar primariamente as ideias de percepção e apreensão do conhecimento como apresentadas por Zenão¹²⁰, na medida em que fazê-lo o obrigou a defender o absoluto ceticismo, no qual nenhuma forma de conhecer é possível (*Ac.*, 2, 17). Quando Fílon defende não haver nada que possa ser apreendido [ἀκαταλήπτου] e alega não ser possível diferenciar entre uma impressão¹²¹ advinda de seu objeto

¹¹⁹ *Hanc Academiam nouam appellant, quae mihi uetus uidetur, siquidem Platonem ex illa uetere numeramus, cuius in libris nihil adfirmatur et in utramque partem multa disseruntur, de omnibus quaeritur, nihil certi dicitur.* (*Ac.*, 1, 46)

¹²⁰ A ideia de apreensão do conhecimento é representada pelo termo καταλήψις, cunhado por Zenão. Cícero busca traduzi-lo por *perceptio*, *cognitio* ou *comprehensio*, o que será discutido na próxima seção.

¹²¹ Uma impressão obtida no processo de apreensão do conhecimento é expressa por Cícero como *uisum*, tradução do termo estoico φαντασία.

de origem e outra não advinda desse objeto, acaba por minar o critério entre conhecido e desconhecido (*Ac.*, 2, 18).

Em uma parte de seu discurso, Luculo argumenta que o absoluto ceticismo levaria à completa ausência de ação e que a falsidade total dos produtos dos sentidos e das percepções mentais tornariam a ética, a lógica, a memória e as artes impossíveis. Luculo vê, assim, na percepção da verdade, um pressuposto para a ação moral, na medida em que seria impossível cumprir um dever se os objetos a que se dirigem a ação se mostrassem sempre como potencialmente falsos. Ele argumenta que não seria possível agir racionalmente se os fenômenos não fossem suficientemente seguros para permitir o assentimento. O que distinguiria os seres animados dos inanimados seria justamente a capacidade de agir com base na sensação. Sem assentimento, memória, conceitos mentais e ciências, a própria virtude não existiria; essa não poderia existir se nenhuma percepção nos restasse.

No discurso subsequente, Cícero contrapõe-se a esses argumentos de Luculo, originários da tradição filosófica dogmática, com base na filosofia céptica. A resposta de Cícero se concentra principalmente sobre a limitação dos sentidos e sobre o seu caráter potencialmente ilusório. Ele se vale de uma afirmação de Epicuro, segundo a qual um único erro fundado nos sentidos torna todos os sentidos passíveis de dúvida, e apresenta diversos exemplos em que os sentidos podem produzir falsas percepções, como o falso colorido da penugem de uma pomba; a falsa percepção de um navio que, embora em movimento, parece parado; o parco tamanho do sol como se dispõe à visão; a percepção do mundo em sonhos e alucinações como aparentemente verdadeiras enquanto esses estados persistem.

Em contraposição à aptidão dos sentidos para a busca da verdade, são apresentadas quatro proposições fundamentais: (i) há aparências falsas; (ii) a falsidade das aparências é imperceptível; (iii) em face de pares de aparências indistinguíveis, é impossível que apenas as verdadeiras sejam percebidas e as falsas não o sejam; (iv) para toda aparência verdadeira aos sentidos há um par falso impossível de se distinguir dela.

Após refutar a confiabilidade dos sentidos, Cícero reexamina a questão da impossibilidade do agir ético — do discernir entre uma boa e má ação — como decorrente das falhas e limitações do conhecimento. Ele retoma, para tanto, o probabilismo de Carnéades, para o

qual o planejamento das ações não se torna inexecutável pelo simples fato de a verdade não poder ser apreendida com completa segurança. As aparências podem ser, segundo Carnéades, classificadas de dois modos: de um lado, em apreensíveis e inapreensíveis; e, de outro, em prováveis e improváveis. A primeira divisão motiva os acadêmicos a negarem o conhecimento, mas a segunda não o faz, de modo que nada do que se apresenta ao homem como sendo de dada maneira advém de uma apreensão da realidade, mas muitas resultam de um juízo de probabilidade. Sendo assim, o sábio poderá valer-se daquilo que se lhe apresenta provável, pautando seu agir com base no surgimento de elementos que contrariem ou reforcem a probabilidade de dada aparência (*Ac.*, 2, 99).

3.2 Consciência linguística e tradução terminológica

3.2.1 A defesa abstrata do proêmio: o latim como língua filosófica

As obras filosóficas de Cícero apresentam, em seu conjunto, uma robusta defesa da língua latina e de seu uso na filosofia. Nos *Acadêmicos*, tal defesa se apresenta na introdução do primeiro livro e é desencadeada pela pergunta de Cícero a Varrão acerca da razão para este, embora haja se dedicado a diversos gêneros, não produzir nenhuma obra de cunho filosófico (*Ac.*, I, 3). Varrão se justifica com dois argumentos principais (LÉVY, 1992, p. 148), sendo o segundo decorrente do primeiro: (1) a filosofia já teria sido exposta cuidadosamente em tratados gregos, e a escrita sobre o tema em latim não poderia se furtar de referência a eles, de modo que um romano, ainda que lendo uma obra filosófica latina, teria de compreender os ensinamentos gregos que a sustentam (*Ac.*, I, 4); (2) a dificuldade e necessidade de empregar novos termos técnicos, que, de um lado, poderiam ser desnecessários àqueles que dominam o grego, e, de outro, rejeitados pelos que não o dominam (*Ac.*, I, 5). Quanto aos desafios de cunhar termos técnicos em latim, Varrão se exprime da seguinte forma:

Mas você está ciente de que (já que você mesmo recebeu os mesmos ensinamentos) nós Acadêmicos não podemos ser como Amafinio e Rabírio, os quais discutem sobre questões abertas aos olhos valendo-se de uma linguagem ordinária, sem utilizar qualquer definição ou partição de conceitos ou mesmo chegar a conclusões por meio de interrogações silogísticas, e os quais acreditam que, de fato, não existe nenhum conhecimento de retórica ou de lógica. Mas nós, de nossa parte, seguindo as regras dos lógicos e dos oradores como se fossem leis (já que os nossos as consideram como virtudes), somos compelidos a empregar novos termos, os quais os doutos, como disse, preferem buscar nos gregos e os não-doutos não aceitarão vindos de nós, de forma que todo o empenho terá sido em vão.¹²²

¹²² *Vides autem (eadem enim ipse didicisti) non posse nos Amafini aut Rabiri similes esse, qui nulla arte adhibita de rebus ante oculos positos vulgari sermone disputant, nihil definiunt, nihil partiuntur, nihil apta interrogatione concludunt, nullam denique artem esse nec dicendi nec disserendi putant. Nos autem praeceptis dialecticorum et oratorum etiam, quoniam utramque vim uirtutem esse nostri putant, sic parentes ut legibus, uerbis quoque nouis cogimur uti, quae docti, ut dixi, a Graecis petere malent, indocti ne a nobis quidem accipient, ut frustra omnis suscipiatur labor (Ac., I, 5).*

O primeiro argumento é refutado por Cícero, logo em seguida (*Ac.*, 1, 10), por meio da comparação entre filosofia e outras artes inspiradas nos gregos, principalmente a poética. Cícero relembra que a escrita da poesia latina, por autores como Ênio, Pacúvio e Ácio, não somente teve grande aceitação entre os romanos, como também despertou-lhes maior interesse pelos modelos gregos, e pergunta-se se a imitação de filósofos como Platão, Aristóteles e Teofrasto não teria o mesmo resultado¹²³.

Cícero não nega a dificuldade em verter o pensamento contido nas obras filosóficas gregas ao latim. Haveria, em primeiro lugar, uma valorização do conteúdo a ser transmitido e, em segundo, a necessidade de uma flexibilização na cunhagem do vocabulário filosófico latino. Tal criatividade linguística como elemento inafastável na discussão filosófica é expressa no passo *Ac.*, 1, 24-25, em que Varrão, convencido a expor a doutrina de Antíoco, pede permissão para utilizar palavras ausentes do uso corrente da língua latina:

- (...) certamente, portanto, vocês permitirão que, em assuntos inusitados, utilizemos palavras inauditas, assim como fazem os próprios gregos, por quem já há muito tempo essas matérias vêm sendo tratadas.
- Nós permitiremos, de fato, que se possa usar até mesmo palavras gregas, quando você quiser, caso porventura as latinas falharem — diz Ático.
- Certamente, você me ajuda muito; no entanto, farei o possível para falar em latim, a não ser que se trate de certas palavras, como “filosofia”, “retórica”, “física” ou “dialética”, as quais, assim como muitas outras, utiliza-se usualmente no lugar das latinas.¹²⁴

Na fala de Varrão, chama atenção, sobretudo, a percepção de que mesmo os gregos, antes da consolidação da filosofia como campo de saber, precisaram valer-se de palavras inéditas em sua língua e que fazê-lo por força da necessidade de tradução pode não ser tão reprovável quanto se espera. É também interessante verificar que Cícero — não como personagem, mas como autor

¹²³ A escrita literária baseada na imitação dos modelos gregos (*imitatio*), contrária à busca pela originalidade artística introduzida a partir do Romantismo, é marca da criação poética romana e já vinha sendo utilizada desde o período helenístico (ALBRECHT, 2012, p. 11). O que Cícero parece buscar é a justificação dessa prática também com referência à escrita filosófica.

¹²⁴ "(...) dabit is enim profecto ut in rebus inusitatis, quod Graeci ipsi faciunt a quibus haec iam diu tractantur, utamur uerbis interdum inauditis."
"Nos uero," inquit Atticus; "quin etiam Graecis licebit utare cum uoles, si te Latina forte deficient."
"Bene sane facis; sed enitar ut Latine loquar, nisi in huiusce modi uerbis, ut philosophiam aut rhetoricam aut physicam aut dialecticam appellem, quibus ut aliis multis consuetudo iam utitur pro Latinis." (*Ac.*, 1, 24-25)

dos *Acadêmicos* — torna expressa a consciência linguística romana acerca da presença fundamental de vocábulos gregos na língua latina, tendo o uso corrente os consolidado como palavras já nem mesmo percebidas como pertencentes a uma língua estrangeira.

Outra passagem em que é defendido o primado da veiculação do significado sobre a preservação do significante na tradução encontra-se em uma citação feita por Agostinho, no *Contra Acadêmicos* (II, 26), referindo-se aos termos *probabile* e *veri simile*:

— Tais coisas — diz o acadêmico — me parecem ser tudo o que pode ser chamado de ‘provável’ ou ‘verossímil’; se você quiser chamá-las por outro nome, não o impedirei, já que para mim é suficiente que você tenha entendido o que eu disse, isto é, as coisas às quais atribuo esses nomes: já que convém ao sábio ser não um fabricante de palavras mas um questionador das coisas.¹²⁵

Ainda que não se possa ter certeza da autenticidade da citação, há de se concordar com a sua adequação à coerência interna da obra. Cícero, de fato, não compartilha da visão defendida por Varrão e demonstra, em sua prática tradutória, uma possibilidade de flexibilização e criatividade na moldagem do significante, sem que se leve à desnaturação do significado. Hartung (1970, p. 20), com referência ao método tradutório ciceroniano, se refere ao livro dois (§ 3-18) do *De finibus bonorum et malorum*, em que se exige, em primeiro lugar, uma clareza irrestrita sobre o tema em questão para todos os participantes do diálogo.

Por essa razão, Cícero lança mão não somente de palavras conhecidas entre os romanos, cujo conteúdo corresponde satisfatoriamente ao termo grego a ser traduzido (as chamadas *uerba propria et usitata*, cf. *De or.*, 3, 49), como também de vocábulos que, embora não reproduzam o conteúdo de um termo grego em seu sentido original, têm um alargamento de significado quando transferidas para outro contexto de uso (trata-se das *uerba similitudine translata*, cf. *De or.*, 3, 149). Como último recurso, há ainda a cunhagem de novos termos em latim, sendo que Cícero, com certa frequência, não hesita em criar mais de um termo e tratá-los como correspondentes de um único vocábulo grego. É o caso, p. ex., de *comprehensio*, *cognitio* e *perceptio*, utilizadas

¹²⁵ *Talia, inquit Academicus, mihi uidentur omnia quae probabilia et ueri similia putauit nominanda; quae tu si alio nomine uis uocare, nihil repugno, satis enim mihi est te iam bene accepisse quid dicam, id est, quibus rebus haec nomina imponam: non enim uocabulorum opificem sed rerum inquisitorem decet esse sapientem.* (Aug., *C. Acad.*, 2, 26)

como tradução do conceito estoico *katálepsis* (HARTUNG, 1970, p. 25). Em seguida, analisaremos esse exemplo e alguns outros termos traduzidos nos *Acadêmicos*.

3.2.2 A defesa concreta nas traduções da terminologia técnica grega

Nas próximas seções, buscaremos expor a forma como Cícero traduz termos-chave da filosofia grega para o latim, concentrando-nos em cinco conceitos afetos à teoria do conhecimento como apresentada e discutida nos *Acadêmicos*: κατάληψις, φαντασία, συνκατάθεσις, ἔννοια e πρόληψις.

a) κατάληψις

Originalmente, κατάληψις é um termo cunhado pela filosofia estoica, negado posteriormente pelo termo céptico-acadêmico ακαταληψία. Esse designaria uma forma de cognição intermediária entre a mera opinião e o conhecimento firmemente adquirido pela razão, de modo que o assentimento a uma impressão por um processo de κατάληψις ainda não seria conhecimento propriamente dito, que deveria ser mais estável e estruturado (HANKINSON, 2006, p. 71-72).

Para κατάληψις, Cícero se vale de três termos latinos, os quais são normalmente encontrados em conjunto e, assim, devem ser vistos como ocupantes de uma mesma posição: *cognitio*, *perceptio* e *comprehensio*. Nos *Acadêmicos*, encontram-se essas traduções, juntamente de uma breve explicação, na seguinte passagem do *Luculo*:

Mas aquilo que agora nos propomos a fazer, isto é, refutar os Acadêmicos, não era sequer considerado necessário por filósofos e por outros homens nada mediocres, e, de fato, não viam qualquer sentido em discutir com aqueles que nada comprovavam; repreendiam, ainda, o estoico Antipatro por dedicar-se demasiadamente a isso. Também diziam não ser necessário definir o que seria *cognitio* ou *perceptio* ou, se quisermos traduzir os termos palavra por palavra, *comprehensio*, a qual aqueles [os gregos] chamam κατάληψις (...).¹²⁶ (Ac., 2, 17)

¹²⁶ *Sed quod nos facere nunc ingredimur ut contra Academicos disseramus, id quidam e philosophis et ii quidem non mediocres faciendum omnino non putabant, nec uero esse ullam rationem disputare cum iis qui nihil probarent, Antipatrumque Stoicum qui multus in eo fuisset reprehendebant; nec definiri aiebant necesse esse quid esset cognitio aut perceptio aut (si uerbum e uerbo uolumus) comprehensio, quam κατάληψιν illi uocant (...).* (Ac., 2, 17)

A partir do modo e da ordem de apresentação das opções de tradução, pode-se perceber que o termo *cognitio* já havia se consolidado no léxico latino. De fato, esse já é atestável desde Terêncio e empregado, na época de Cícero, no contexto jurídico, com o sentido de “cognição de uma causa judicial” (HARTUNG, 1970). A este termo, ele adiciona ainda duas outras possibilidades de tradução, a partir dos vocábulos *perceptio* e *comprehensio*. O método de tradução para a cunhagem do termo *comprehensio*, explicitada por Cícero como *verbum e verbo* (“palavra a partir de palavra”), leva-nos a comparar sua estrutura morfológica com a do termo ponto de partida κατάληψις e a perceber que o morfema *comprehensio* é uma derivação do verbo *comprehendo*, analogamente ao modo como κατάληψις advém de καταλαμβάνω. O verbo *prehendo*, em latim, é similar a *pegar* ou *tomar pelas mãos*, em português, e, acrescido do prefixo latino *cum-*, ganha ainda o sentido adicional de *junto, em conjunto, consigo*. Tal formação morfológica, cunhada por Cícero em analogia ao termo grego, mostra que Cícero intentou, conscientemente, abarcar o processo referido por Zenão quando do emprego de κατάληψις (HARTUNG, 1970). Tal processo é explicitado por Cícero em *Ac.*, 2, 145:

“‘Como?’ você pergunta; ‘Pois nós defendemos que até aquele que não é sábio pode compreender [*comprehendere*] muitas coisas.’ Mas vocês negam que alguém possa saber qualquer coisa sem que seja sábio; e isto Zenão explicava com um gesto: pois ele mostrava a mão com os dedos esticados e dizia ‘Uma aparência [*visum*] é assim’; então, tendo fechado os dedos um pouco, dizia ‘aceitação é assim’; depois, tendo comprimido completamente a mão e cerrado o punho, dizia que aquela era a compreensão [*comprehensio*] (e, a partir da similaridade com esse gesto, deu-lhe o nome de κατάληψις, o qual ainda não existia); contudo, ainda, tendo movido a mão esquerda e a apertado com força e veemência contra o punho da mão direita, dizia que assim era a ciência, da qual ninguém seria capaz, salvo o sábio – mas quem seria ou teria já sido sábio, nem eles próprios costumavam dizer” (*Ac.* 2. 145).¹²⁷

¹²⁷ *At scire negatis quemquam rem ullam nisi sapientem; et hoc quidem Zeno gestu conficiebat: nam cum extensis digitis adversam manum ostenderat, 'visum' inquebat 'huius modi est'; dein cum paulum digitos contraxerat, 'adsensus huius modi'; tum cum plane compresserat pugnumque fecerat, comprehensionem illam esse dicebat (qua ex similitudine etiam nomen ei rei, quod ante non fuerat κατάληψιν imposuit); cum autem laevam manum admoverat et illum pugnum arte vehementerque compresserat, scientiam talem esse dicebat, cuius computem nisi sapientem esse neminem – sed qui sapiens sit aut fuerit ne ipsi quidem solent dicere. (*Ac.*, 2, 145)*

Trata-se, dessa forma, de um termo filosófico que transporta eventos relacionados ao corpo – o prender algo com as mãos – para a explicação de processos da mente – o prender ou captar algo com o intelecto (HARTUNG, 1970). Na tradução, Cícero mantém a estrutura morfológica (reproduzindo κατά- por *com-*, -ληπ- por *-prehen-*, e o sufixo grego de formação de substantivos -σις pelo sufixo latino *-sio*), bem como conserva a metáfora subjacente ao termo filosófico grego, uma transposição de um processo corporal para um processo mental.

b) φαντασία

Outro termo relacionado ao alcance do conhecimento e, portanto, utilizado no mesmo contexto de κατάληψις é φαντασία, a cuja análise nos dedicamos em seguida. Esse é explicado no seguinte trecho:

(...) Na terceira parte da filosofia, Zenão fez diversas alterações: antes de tudo fez novas considerações sobre os sentidos em si, os quais acreditava serem, em conjunto, uma espécie de impulso vindo de fora (o que ele denominou φαντασία, e a nós é permitido chamar de *uisum*, e guardemos esse mesmo termo, já que precisaremos usá-lo com frequência no resto de nossa exposição), — mas a essas aparições recebidas pelos sentidos, ele adiciona o assentimento da mente, o qual quer entender como voluntário e posicionado em nós.¹²⁸ (Ac., 1, 41)

O termo φαντασία designa a afecção dos órgãos sensoriais, mais especificamente dos olhos, e é atestável, até mesmo antes de Zenão, no *De Anima* (3, 3 429a2), de Aristóteles (HARTUNG, 1970). Para traduzi-lo, Cícero se vale de duas cunhagens latinas morfológicamente atreladas ao termo grego: *uisum* (em *Ac.* 2, 18; 1, 40) e *uisio* (*Ac.*, 2, 33), formas derivadas do

¹²⁸ (...) *Plurima autem in illa tertia philosophiae parte mutauit: in qua primum de sensibus ipsis quaedam dixit noua, quod iunctos esse censuit e quadam quasi impulsione oblata extrinsecus (quam ille φαντασίαν, nos uisum appellemus licet, et teneamus hoc quidem uerbum, erit enim utendum in reliquo sermone saepius) - sed ad haec quae uisa sunt et quasi accepta sensibus adensionem adiungit animorum quam esse uult in nobis positam et uoluntariam.* (Ac., 1, 41)

verbo latino *uideor*, correspondente, por sua vez, ao grego φαίνομαι, do qual é oriundo o termo φαντασία. As afecções dos sentidos, aparições ou impressões [*uisa* ou φαντασία] são o substrato sobre o qual se realiza o conhecer, a partir do qual pode resultar mera opinião ou ignorância [*inscientia*], a apreensão do objeto [*comprehensio*] e o conhecimento seguro [*scientia*] (*Ac.*, 1, 41-42).

Contudo, o termo latino *uisum* é empregado apenas quando se faz referência a φαντασία como *aparicação*, como objeto ou acontecimento externo ao sujeito e pelo qual esse é afetado. Trata-se, nesse caso, de um elemento passivo, pertencente ao mundo em torno do sujeito. Entretanto, φαντασία também é empregado na filosofia estoica como uma atividade da alma em direção ao mundo, isto é, a própria capacidade cognitiva do sujeito e, portanto, visivelmente ativa (HARTUNG, 1970). Esse segundo emprego não pode ser abarcado pelo participio perfeito passivo latino *uisum* e motiva a cunhagem de um termo alternativo, qual seja, *uisio*, composto pelo mesmo sufixo de formação de substantivo *-sio*, o qual veicula a ideia de que se trata de um processo ou atividade do sujeito. Note-se o emprego de *uisio* como tradução do sentido ativo de φαντασία em uma crítica feita por Luculo ao absoluto ceticismo, no seguinte trecho:

Mas como pode haver um parâmetro para a verdade e a falsidade, se a impossibilidade de distingui-los significa que não podemos ter uma concepção de verdade e falsidade? Mas se, de fato, tivermos um parâmetro, verdadeiro e falso devem ser tão diferentes quanto certo e errado: se não há diferença, não há parâmetro, da mesma forma que aquele cujas impressões [*uisio*] não distinguem o verdadeiro e o falso não pode ter qualquer critério ou marca de verdade.¹²⁹ (*Ac.*, 2, 33)

De fato, na passagem acima, *uisio* não se refere propriamente a aparições que surgem ao sujeito, mas como impressões que esse mesmo tem da realidade. Por essa razão, o termo *uisum*, uma forma de supino de *uideor*, com sentido predominantemente passivo, não poderia ser empregado neste contexto específico.

¹²⁹ *Quae ista regula est ueri et falsi, si notionem ueri et falsi, propterea quod ea non possunt internosci, nullam habemus? Nam si habemus, interesse oportet ut inter rectum et prauum sic inter uerum et falsum: si nihil interest, nulla regula est, nec potest is cui uisio ueri falsique communis ullum habere iudicium aut ullam omnino ueritatis notam.* (*Ac.*, 2, 33)

c) συγκατάθεσις

A tarefa do intelecto na teoria do conhecimento dos estoicos é a verificação das aparições [φαντασίαι], pelas quais a mente foi afetada. Caso elas se mostrem aptas a serem conhecidas e a servirem ao agir, o intelecto deve lhe dar assentimento. É essa concessão de assentimento que os filósofos estoicos chamam de συγκατάθεσις¹³⁰ (HARTUNG, 1970, p. 72).

Συγκατάθεσις é um substantivo abstrato oriundo da terminologia técnica jurídico-política e faz referência ao assentimento concedido a uma opinião ou decisão apresentada em assembleia popular ou em estância judicial. Trata-se de um substantivo com o sufixo -σις, derivado da forma média συγκατατίθεσθαι, a qual, com o sentido de “assentir”, já é atestável em Platão (p. ex., em *Gorg.*, 501c5). Utilizado frequentemente com o adjetivo interno τῆν ψῆφον (pequena pedra usada no ato de votação), tal forma verbal passou paulatinamente ao uso intransitivo, provavelmente em razão de elipse do objeto, cujo sentido poderia ser tomado como implícito (HARTUNG, 1970, p. 72).

Para esse termo grego, Cícero apresenta duas possíveis traduções de igual valor semântico:

Agora que já conhecemos as coisas que já foram objeto de explicação, tratemos um pouco do assentimento [*adsensio*] ou aprovação [*adprobatio*], a qual os gregos chamam συγκατάθεσις (...). Isso porque, enquanto explicávamos a força que reside nos sentidos, revelou-se ao mesmo tempo que muitas coisas são apreendidas [*comprendi*] e percebidas [*percipi*] pelos sentidos, o que não pode ocorrer sem assentimento [*adsensio*], pois, sendo a grande diferença entre algo inanimado e um animal o fato de que o animal é capaz de agir de alguma forma (de fato, um animal completamente inativo não se pode nem mesmo cogitar), é necessário ou recusar-lhe a posse de sentidos ou conceder-lhe o assentimento como ato que se encontra em nossa esfera de poder¹³¹ (*Ac.*, 2, 37).

¹³⁰ Em Sexto Empírico (*H.P.*, 3, 241), encontra-se a sucinta explicação: “apreensão é o assentimento a uma aparição apreensível” [κατάληψιν δὲ καταληπτικῆ φαντασίαι συγκατάθεσιν].

¹³¹ *His satis cognitis quae iam explicata sunt, nunc de adsensione atque adprobatione, quam Graeci συγκατάθεσις uocant, pauca dicemus (...). Nam cum uim quae esset in sensibus explicabamus, simul illud aperiebatur, comprehendi multa et percipi sensibus, quod fieri sine adsensione non potest. Deinde cum inter inanimum*

Os dois termos que traduzem *συγκατάθησις*, *adsensio* e *adprobatio*, parecem ter o mesmo valor em razão de estarem ligados pela conjunção *atque*. Em ambos, Cícero se vale do sufixo *-sio (-tio)*, característico de processos e referentes abstratos, para traduzir a desinência *-σις* em *συγκατάθησις*, da mesma forma como ocorre na tradução de *κατάληψις* por *comprehensio*. Juntamente das expressões nominais, Cícero também utiliza as formas verbais latinas *approbare* ou *assentiri* (p. ex., em *Ac.*, 2, 107-108), que correspondem ao emprego de *συγκατατίθεσθαι* em grego.

d) ἔννοια e πρόληψις

Segundo a doutrina estoica, assim que um sujeito começa a perceber o mundo, são estocados em sua razão numerosas aparições [*φαντασίαι*] iguais, o que contribui para a formação de concepções gerais. Esse estoque de experiências obtido em um longo espaço de tempo auxilia o intelecto [*λόγος*] na verificação e controle de cada nova aparição [*φαντασία*]. Os estoicos chamam tais concepções gerais de *ἔννοιαι*. Essas surgiriam juntamente com o amadurecimento do intelecto [*λόγος*] e seriam produto de um esforço mental por parte do sujeito (HARTUNG, 1970, p. 79).

No entanto, os estoicos consideravam que o amadurecimento do intelecto [*λόγος*] na criança se daria apenas a partir do sétimo ano de vida, de modo que consideraram necessário diferenciar as concepções gerais formadas na criança daquelas verificáveis nos adultos. Para tanto cunharam o termo *πρόληψις*, o qual se refere a preconcepções, i. e., as concepções gerais adquiridas anteriormente ao amadurecimento do intelecto (POHLENZ apud HARTUNG, 1970, p. 80). Crisipo e Aécio as identificam como uma espécie de concepção geral [*ἔννοιαι*] que é naturalmente adquirida (JACKSON-MCCABE, 2004, p. 328). Por sua vez, as preconcepções [*πρόληψεις*] que são empiricamente comuns a todos os homens são denominadas *κοιναὶ ἔννοιαι*, de modo que, com referência a esse conceito, os termos se mostram intercambiáveis. Uma

et animal hoc maxime intersit quod animal agit aliquid (nihil enim agens ne cogitari quidem potest quale sit), aut ei sensus adimendus est aut ea quae est in nostra potestate sita reddenda adsensio (Ac., 2, 37).

preconcepção [πρόληψις], no sentido estoico, não é nada além do que uma ideia contida no conceito de concepção geral [ἔννοια], conforme indica Pohlenz (apud JACKSON-MCCABE, 2004, p. 330).

A possibilidade de usar um termo com o valor do outro é provavelmente o que motivou Cícero a buscar, nos *Acadêmicos*, um vocábulo único que reproduzisse o conteúdo de ambos¹³². De fato, nas passagens abaixo, verifica-se o uso de um termo em latim para fazer referência ao conceito:

Isso porque a mente em si, a qual é fonte das sensações e é, ela mesma, sensação, tem uma força natural que aponta para as coisas pelas quais é movida. Sendo assim, algumas aparições [*uisa*], ela apreende de modo a usá-las logo em seguida; outras, como que para estocá-las. Destas surge a memória, enquanto aquelas ela organiza em função de sua similaridade mútua, a partir das quais formam-se os conceitos das coisas [*notitiae rerum*], que os gregos chamam ora ἔννοιας, ora πρόληψις.¹³³ (*Ac.*, 2, 30)

Todos os sentidos, eles consideravam fracos, vagorosos e completamente incapazes de perceber, de algum modo, qualquer uma das coisas dadas aos sentidos, ou porque essas seriam pequenas demais para chamar atenção dos sentidos ou porque se moveriam de modo tão instável e efêmero que nenhuma coisa sequer seria constante, nem permaneceria a mesma, já que todas as coisas deslizariam e fluiriam continuamente; sendo assim, toda essa porção de coisas, eles denominavam objeto da opinião. O conhecimento [*scientia*], porém, acreditavam não estar em qualquer lugar, exceto nas concepções [*notio*] e raciocínios da mente; por essa razão, eles viam com aprovação o ato de dar definições às coisas e aplicavam-nas a todas as coisas sobre as quais discutiam.¹³⁴ (*Ac.*, 1, 31)

¹³² Em outras de suas obras filosóficas, anteriores aos *Acadêmicos*, Cícero se vale de diversos termos para traduzir πρόληψις, como *anticipatio*, *praenotio*, *presensio* e *intellegentia*. O estudo dessas traduções e a investigação do porquê deixaram de ser empregadas a partir dos *Acadêmicos* não encontrariam espaço no escopo deste trabalho. Para uma discussão detalhada a esse respeito, cf. HARTUNG, 1970, p. 80 e ss.

¹³³ *Mens enim ipsa, quae sensuum fons est atque etiam ipsa sensus est, naturalem uim habet quam intendit ad ea quibus mouetur. Itaque alia uisa sic arripit ut iis statim utatur, alia quasi recondit, e quibus memoria oritur, cetera autem similitudinibus construit, ex quibus efficiuntur notitiae rerum, quas Graeci tum ἔννοιας, tum πρόληψις uocant.* (*Ac.*, 2, 30)

¹³⁴ *Sensus autem omnes hebetes et tardos esse arbitrabantur nec percipere ullo modo res ullas quae subiectae sensibus uiderentur, quod aut ita essent paruae ut sub sensum cadere non possent, aut ita mobiles et concitatae ut nihil umquam unum esset constans, ne idem quidem, quia continenter laberentur et fluerent omnia; itaque hanc omnem partem rerum opinabilem appellabant. Scientiam autem nusquam esse censebant nisi in animi notionibus atque rationibus; qua de causa definitiones rerum probabant et has ad omnia de quibus disceptabatur adhibebant.* (*Ac.*, 1, 31)

Como permitem perceber os excertos acima, ao referir-se aos conceitos ἔννοια e πρόληψις, Cícero utiliza, na primeira edição dos *Acadêmicos*, o termo *notitia*, ao passo que, na segunda, vale-se do vocábulo *notio*. Em todas as menções feitas a esses conceitos a partir da primeira edição da obra (em *Ac.*, 1, 42, lê-se *notiones rerum* em vez de *notitiae rerum*), Cícero usa sempre o termo *notio*, e não mais *notitia*, o que permite inferir que aquele consistiria na tradução definitiva encontrada para os conceitos gregos em análise.

Se compararmos as formas *notitia* e *notio*, a única mudança processada de uma para a outra é a troca do sufixo *-ia* (*-itia*) por *-io* (*-tio/ -sio*). A escolha pela palavra latina *notio* se justifica em função de derivar-se do verbo *noscere*, assim como de sua proximidade das formas do particípio perfeito passivo (*notus*, *-a*, *-um*). Substantivos abstratos deverbais, com terminação em *-tio* (ou *-sio*), designam não somente uma ação ocorrida mas também o que dela resulta. Assim, *notio* carrega, em razão de sua formação (substantivo deverbal em *-tio*) tanto o significado ativo do ato de conhecimento (da ação em curso) quanto o valor passivo de “o que foi conhecido” (do resultado obtido por meio da ação).

A partir do estudo das estratégias tradutórias dos termos filosóficos gregos κατάληψις e φαντασία para a língua latina, é possível perceber que Cícero logra satisfatoriamente reproduzir em sua língua materna a tradição estoica depositada nos referidos vocábulos. Isso é atingido, ainda que seja necessária a menção ao termo original ou o recurso a mais de uma alternativa de tradução, de modo a permitir não somente a identificação do modelo em que se baseia o texto, como também uma autonomia em relação a ele, conferida pelos instrumentos oferecidos pela própria língua para que se pretende traduzir. Tais alternativas e tal autonomia são, a nosso ver, suficientemente demonstradas pela correspondência morfológica entre latim e grego explorada por Cícero, notadamente o uso do sufixo latino *-sio*, em *comprehensio* e *visio*, formador de substantivos que denotam uma atividade ou um processo.

Além disso, a citação dos conceitos gregos contiguamente aos termos traduzidos parece indicar não somente um recurso didático, mas um esforço de defesa de uma nova língua filosófica. Isso se justifica principalmente se verificarmos que, após a sugestão de uma tradução, Cícero não mais se vale do termo grego, bem como emprega outras formas derivadas do termo

traduzido em sua exposição (p.ex., *comprehensio* e *comprehendere*), o que seria necessário para demonstrar a obtenção de uma autonomia explicativa por parte da língua latina.

A análise dos termos cunhados por Cícero demonstra que a tradução da terminologia filosófica grega se mostra, ainda que com percalços advindos da especificidade das doutrinas que pretende veicular, faticamente exequível. Na formação dos termos latinos, Cícero se vale constantemente de similaridades entre as estruturas morfológicas do latim e do grego, o que torna claro que, a despeito das diversas incongruências lexicais e gramaticais que apartam essas duas línguas, há a possibilidade de encontrar correspondências entre elas.

O que Cícero logra na cunhagem das traduções filosóficas pode ser elucidado por meio do que Ricoeur (2004, p. 61) denomina “construção do comparável”. O clima de opinião entre os intelectuais da República Tardia Romana, notadamente entre os que sustentam que o latim seria eivado de um *patrii sermonis egestas* (carência do idioma pátrio), assemelha-se àquele segundo o qual a tradução seria impossível. Diante da tarefa de traduzir o intraduzível, Cícero, porém, assume o desafio de buscar e construir uma equivalência, a qual, nunca sendo definitiva, é sempre trabalhada e retrabalhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“De um ponto de vista linguístico, todas as línguas, faladas nativamente por um grupo de pessoas, têm o mesmo valor. Todas são lógicas, cognitivamente complexas, e capazes de expressar quaisquer pensamentos, desde que recursos suficientes sejam dotados ao seu cultivo (criação de novos itens lexicais, obras de referência, etc.). Não há essa coisa que se denomina ‘língua primitiva’.”¹³⁵ (SKUTNABB-KANGAS et PHILLIPSON, 1989, p. 455)

A discussão em torno do uso do latim como língua filosófica tange exatamente o ponto sobre o qual versa a epígrafe acima. Neste trabalho, buscamos demonstrar, a partir do estudo da obra de Cícero, que o latim possui a mesma possibilidade de expressar conceitos e ideias que o grego. A noção segundo a qual algumas línguas seriam inferiores a outras baseia-se sobretudo em preconceitos e mitos que se voltam, não às línguas, mas aos falantes dessas línguas. Além disso, a aparente inexistência de recursos para lidar com alguns temas se justifica, não por carências linguísticas, mas simplesmente pelo ineditismo de seu tratamento junto ao grupo ou sociedade em que se tornam relevantes.

Nos debates linguísticos contemporâneos, críticas dessa natureza são feitas sobretudo a línguas crioulas e indígenas, e parece mesmo surpreendente que já tenham sido levantadas com referência ao latim, que, na Idade Média e no Renascimento, assumiria o papel de principal língua do saber universitário, da ciência, da diplomacia internacional e da literatura. Antes disso, no entanto, Marco Túlio Cícero, o orador, político e filósofo romano, precisou se confrontar com acusações de que o latim não seria suficientemente apto à expressão de problemáticas filosóficas, as quais deveria contestar para que o seu desígnio de apresentar a filosofia grega aos romanos se tornasse possível.

Em seu diálogo-tratado *Acadêmicos*, Cícero volta-se contra a resistência de seus contemporâneos quanto à possibilidade de o latim expressar ideias e raciocínios oriundos da filosofia grega. Ele o realiza, primeiramente, de modo abstrato, defendendo que, mesmo junto aos gregos, a novidade dos temas discutidos já havia tornado necessária a criação de novos

¹³⁵ “From a linguistic point of view all languages, spoken natively by a group of people, have equal worth. All are logical, cognitively complex, and capable of expressing any thoughts, provided enough resources are devoted to cultivation (creation of new lexical items, reference works, etc.). There is no such thing as a ‘primitive language’”.

vocábulos e apontando para a incapacidade de seus compatriotas em perceber que a escrita da filosofia em letras latinas se assemelha em muitos pontos à prática dos poetas de buscar nos gregos os modelos e referências para suas criações. Segundamente, Cícero demonstra, de maneira prática, a exequibilidade dessa empreitada, na medida em que emprega estratégias de tradução capazes de construir um comparável (RICOEUR, 2004, p. 61) entre a terminologia filosófica grega e cunhagens satisfatórias em língua latina. As traduções estudadas nesse trabalho (*comprehensio* para κατάληψις; *uisum* e *uisio* para φαντασία; *adsentio* e *adprobatio* para συνκατάθεσις; e *notio* para ἔννοια e πρόληψις) evidenciam que, ainda que a equivalência do tipo palavra-por-palavra não possa ser alcançada, não somente o recurso a comparações entre as estruturas morfológicas das duas línguas, mas também a explicação e o emprego sistemático das traduções como correspondências aos termos gregos possibilitam, para valermo-nos dos versos de Horácio, que também a filosofia se introduzisse no agreste Lácio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Textos de autores antigos

AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução, prefácio e notas de J. Dias Pereira. 2ª edição. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000.

CICERO. *Academica*. Edição e notas de James S. Reid. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1966.

CICERO. *Cato maior de senectute*. Cato der Ältere, Über das Alter. Tradução de Max Faltner. München: Heimeran Verlag, 1963.

CICERO. *De natura deorum, Academica*. Edição de E. D. Warmington. Tradução de H. Rackham. The Loeb Classical Library. Cambridge/ Massachusetts: Harvard University Press, 1967 [1933].

CICERO. *De officiis. Vom pflichtgemäßen Handeln*. Düsseldorf: Patmos Verlag, 2008.

CÍCERO. *De optimo genere oratorum*. Trad. Brunno V. G. Vieira. *Scientia Orationis*, n. 10, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/viewFile/1980-4237.2011n10p4/19983>>.

CICERO. *De republica. De legibus. Cato maior de senectute. Laelius de amicitia*. Edição e comentários críticos de J. G. F. Powell. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CÍCERO. *Do sumo bem e do sumo mal*. Tradução de Carlos Ancêde Nougé. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CICERO. *Gespräche in Tusculum. Tusculanae disputationes*. Tradução, edição e comentários de Olof de Gigon. Düsseldorf/ Zürich: Artemis & Winkler Verlag, 1998.

CICERO. *Letters to Atticus*. Vol. II. Edição e tradução de D. R. Shackleton Bailey. Cambridge/Massachusetts/ Londres: Cambridge University Press, 1999.

CICERO. *The letters to his friends (including the letters to Quintus)*. Vol. III. Tradução de Glynn Williams. Cambridge/Massachusetts/ Londres: Cambridge University Press, 1960.

CICERO. *M. Tullii Ciceronis opera quae supersunt omnia*. Edição de G. Baiter e C. L. Kayser. Leipzig: Tauchnitz, 1865. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu>>. Acesso em: abr. 2016.

CICERO. *On Academic Scepticism*. Tradução, introdução e notas de Charles Brittain. Indianapolis/ Cambridge: Hackett Publishing Company, 2006.

CICERO. *On duties*. Edição de M. T. Griffin e E. M. Atkins. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CICERO. *On the Commonwealth and On the Laws*. Edição de James E. G. Zetzel. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CICERONE. *Opere retoriche: De oratore, Brutus, Orator*. Edição e tradução de Giuseppe Norcio. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1970.

CICERO. *Pro A. Licinio Archia poeta oratio. Rede für den Dichter A. Licinius Archias*. Tradução e edição de Otto Schönberger. Stuttgart: Reclam, 1979.

CICERO. *Scripta quae manserunt omnia: Academicorum reliquiae cum Lucullo*. Edição de O. Plasberg. Stuttgart: Bibliotheca Scriptorum Latinorum et Graecorum Teubneriana, 1922.

CICERO. *Scripta quae manserunt omnia: De finibus bonorum et malorum*. Edição de Th. Schiche. Stuttgart: Bibliotheca Scriptorum Latinorum et Graecorum Teubneriana, 1993.

[CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

DYONISIUS OF HALICARNASSUS. *Roman Antiquities*. Vol. I. Trad. de Earnest Cary. Cambridge/Massachussets: Harvard University Press, 1960.

HORATIUS. *Opera*. Ed. de F. Klingner. Bibliotheca Scriptorum Latinorum et Graecorum Teubneriana. Berlin: Walter de Gruyter, 2008.

HORAZ. *Ars Poetica: Die Dichtkunst*. Tradução de Eckart Schäfer. Stuttgart: Reclam, 1972.

JEROME. *Selected letters of St. Jerome*. Tradução de F. A. Wright. London/ New York: William Heinemann Ltd., 1933.

LIVY. *History of Rome: Books XXVI-XXVII*. Vol. VII. Cambridge/Massachussets/ Londres: Cambridge University Press, 1943.

LIVY. *History of Rome: Books XXXVIII-XXXIX*. Vol. XI. Cambridge/Massachussets/ Londres: Cambridge University Press, 1943.

LUCREZIO. *La natura*. Edição e tradução de A. Fellin. Torino: Unione Tipografico Editrice Torinese, 1970.

PLATON. Politikos. In: *Sämtliche Werke*. Band 3. Trad. de Friedrich Schleiermacher. Ed. de Ursula Wolf. Hamburg: Rowohlt Verlag, 2013.

PLAUTUS. *Amphitryon. The Comedy of Asses. The Pot of Gold. The two Bacchises. The Captives*. Vol. 1. Trad. de Paul Nixon. London: William Heinemann, 1916.

PLAUTUS. *Stichus. Three Bob Day. Truculentus. The Tale of a travelling Bag. Fragments*. Vol. 5. Trad. de Paul Nixon. London: William Heinemann, 1952.

PLINIUS. *Epistulae: Briefe in Auswahl*. Tradução de Heribert Philips e Marion Giebel. Seleção e edição de Marion Giebel. Stuttgart: Reclam, 2012.

PLINY. *Natural History*. Vol. II. Libri III-VII. Trad. de H. Rackham. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1961.

PLUTARCH. *Plutarch's lives: Demosthenes and Cicero, Alexander and Caesar*. Vol. 7. Tradução de Bernadotte Perrin. Edição de E. H. Warmington. Cambridge/ Massachusetts/ London: Harvard University Press/ William Heinemann, 1967.

PROPÉRCIO. *Elegias de Sexto Propércio*. Organização, tradução, introdução e notas de Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SEXTUS EMPIRICUS. *Outlines of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SENECA. *Ad Lucillium epistulae morales*. Vol. I. Tradução de Richard M. Gummere. London/ New York: William Heinemann Ltd., 1925.

STRABO. *The Geography of Strabo*. Vol. VI. Tradução de H. L. Jones. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1960.

OVID. *Metamorphosen*. Tradução e edição de Michael von Albrecht. Stuttgart: Reclam, 2010.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Organização, apresentação e notas de João Ângelo de Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2014.

VITRUVIUS. *On Architecture*. Vol. 1. Tradução de Frank Granger. Cambridge/ Massachusetts/ London: Harvard University Press/ William Heinemann, 1955.

Textos de autores modernos:

ADAMS, J. J. *Bilingualism and the Latin Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

AMARANTE, J. S. S. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção: discursos, práticas, representações, proposta metodológica*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2013.

ALBRECHT, M. *Cicero's style: a synopsis*. Leiden: Mnemosyne bibliotheca classica batava, 2003.

ALBRECHT, M. *Geschichte der römischen Literatur: Von Andronicus bis Boethius und ihr Fortwirken*. 3^o edição. Berlin/ Boston: De Gruyter, 2012.

ALLEN, W. S. *Vox latina: A guide to the pronunciation of Classical Latin*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

BALDWIN, B. Greek in Cicero's Letters. *Acta Classica* 35, 1992, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.casa-kvsa.org.za/1992/AC35-01-Baldwin.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2015.

BAUER, L. et TRUDGILL, P. *Language Myths*. London: Penguin Books, 1998.

BLOOMFIELD, L. *Language*. London: George Allen & Unwin Ltd., 1973 [1933].

BOLZANI FILHO, R. Cícero Acadêmico. *Kriterion*. Belo Horizonte, v. CII, p. 206-224, 2000.

BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

CARY, E. *Introduction: Life of Dionysius*. In: DYONISIUS OF HALICARNASSUS. *Roman Antiquities*. Vol. I. Trad. de Earnest Cary. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1960.

CONTE, G. B. *Latin Literature: a History*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1994.

COSERIU, Eugenio. *El hombre y su lenguaje*. 2^a edição. Trad. Marcos Martínez Hernández. Madrid: Editorial Gredos, 1991.

COSTA, M. A. da. *Cícero e a retórica do exílio: as figuras de repetição*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DAHLHEIM, W. *Die griechisch-römische Antike*. Band 2: Rom. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 1992.

DEBORDES, F. *Latinitas: constitution et évolution d'un modèle de l'identité linguistique*. In: DEBORDES, F. *Idées grecques et romaines sur le langage: travaux d'histoire et d'épistémologie*. Lyon: ENS Éditions, 2007.

DENCH, E. Cicero and Roman identity. In: STEEL, C. (org.) *The Cambridge Companion to Cicero*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DESBORDES, F. *Latinitas: constitution et évolution d'un modèle de l'identité linguistique*. In: DESBORDES, F. *Idées grecques et romaines sur le langage: travaux d'histoire et d'épistémologie*. Lyon: ENS Éditions, 2007.

DIETRICH, R. Erstsprache/Muttersprache. In: AMMON, U. et al. *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Berlin: De Gruyter, 2004.

DUBUISSON, M. Barbares et barbarie dans le monde gréco-romain. In: *L'Antiquité classique*, Tome 70, 2001. p. 1-16. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/antiq_0770-2817_2001_num_70_1_2448> . Acesso em: 16 de julho de 2016.

ECO, Umberto. *The search for the perfect language*. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

FERNANDES, M. P. *Política e Latinitas: o Brutus de Cícero e os fins da eloquência romana*. Dissertação de mestrado. Universidade de Campinas, 2014.

FISHMAN, J. Who speaks what language to whom and when?. *La linguistique*, 1, n. 2, 1965, p. 67-88. Disponível em: <www.jstor.org/stable/30248773>. Acesso em: 11 de abril de 2017.

FÖGEN, T. Bezüge zwischen antiker und moderner Sprachtheorie. *Listy filologické/ Folia philologica*, 121, n. 3/4, 1998, p. 199-219. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4477547>>. Acesso em: 18 de março de 2016.

_____. *Patrii sermonis egestas: Einstellungen lateinischer Autoren zu ihrer Muttersprache*. München/ Leipzig: Saur Verlag, 2000.

_____. Spracheinstellungen und Sprachnormbewusstsein bei Cicero. *Glotta*, 75, n. 1/2, 1999, p. 1-33. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40267067>>. Acesso em: 18 de março de 2016.

FORTES, F. et al. Reabilitando os pensadores antigos para uma linguística no século XXI. *Codex - Revista de Estudos Clássicos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2016, p. 53-73. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/CODEX/article/view/5347>>.

FORTES, F. Uso, variação e norma na tradição gramatical latina. *Signum: Estudos Linguísticos*. Londrina. N. 15/2. P. 197-214, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/12543/12088>>

FRISK, H. *Griechisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: Carl Winter Verlag, 1960.

GARRETT, P.; COUPLAND, N.; WILLIAMS, A. *Investigating language attitudes: Social meanings of dialects, ethnicity and performance*. Cardiff: University of Wales Press, 2003.

GAUGER, H.-M et al. Sprachbewusstsein und Sprachwissenschaft. *Poetica*, 3, 1970, p. 570-593. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43028643>>. Acesso em: 18 de março de 2016.

GELZER, M. Marcus Tullius Cicero als Politiker. In: PAULYS REAL-ENZYKLOPÄDIE DER CLASSISCHEN ALTERTUMSWISSENSCHAFT. Vol. VII-A. Stuttgart: J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1939.

GILES, H. et POWESLAND, P. F. *Speech style and social evaluation*. European Monographs in Social Psychology 7. London: Academic Press, 1975.

GRIMAL, P. *Cicero: Philosoph, Politiker, Rhetor*. Trad. de Ralf Stamm. München: List Verlag, 1988.

GUISAN, P. Língua: A ambiguidade do conceito. Das ambiguidades, das suas dimensões e das novas perspectivas. In: BARRETO, M.M.G.S. et SALGADO, A.C.P. (org.). *Sociolinguística no Brasil: Uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

HANKINSON, R.J. Epistemologia estóica. In: Inwood, B. *Os estóicos*. São Paulo: Odysseus, 2006.

HARLOW, R. Some languages are just not good enough. In: BAUER, L. et TRUDGILL, P. (eds.). *Language Myths*. Harmondsworth: Penguin Books, 1998.

HARTUNG, H.-J. *Ciceros Methode bei der Übersetzung griechischer philosophischer Termini*. Tese de Doutorado. Universidade de Hamburgo, 1970.

HAUGEN, E. The “mother tongue”. In: COOPER, R.L. et SPOLSKY, B. (eds.). *The influence of language on culture and thought*. Essays in honor of Joshua A. Fishman’s sixty-fifth birthday. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1991.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. et CONDE-SILVESTRE, J. C. (org.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. West Sussex: Blackwell, 2012.

HUNT, T. J. *A Textual History of Cicero’s Academici Libri*. Leiden/ Boston/ Köln: Brill, 1998.

JACKSON-MACCABE, M. The stoic theory of implanted preconceptions. *Phronesis: A Journal for Ancient Philosophy* 49. 2004, no. 4, p. 323-347. Disponível em:

<http://engagedscholarship.csuohio.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=clrelst_facpub>.

KETEL, E. E. *The historiography of grammatical concepts: 19th and 20th-century changes in the subject-predicate conception and the problem of their historical reconstruction*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1991.

KOERNER, K. Models in linguistic historiography. In: KOERNER, K. (Org.). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1989. p. 47-59.

KOLLER, Werner. *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*. Tübingen: Narr Francke Attempto Verlag, 2011.

KÖNIG, K. *Spracheinstellungen und Identitätskonstruktion: eine Gesprächsanalytische Untersuchung Sprachbiographischer Interviews mit Deutsch-Vietnamesen*. Boston/ Berlin: De Gruyter, 2014.

LABOV, William. *The social stratification of English in New York City*. Washington, DC: Cambridge University Press, 1966.

LANGER, N. et NESSE, A. Linguistic Purism. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. et CONDE-SILVESTRE, J. C (org.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. West Sussex: Blackwell, 2012.

LÉVY, C. *Cicero Academicus: Recherches sur les Académiques et sur la philosophie cicéronienne*. Roma: École Française de Rome, 1992.

LIMA, S. C. de. *Aspectos do gênero dialógico no De finibus de Cícero*. Tese de doutorado. Universidade de Campinas, 2009.

LIMA, S. C. de. Cícero e a obra filosófica em latim como *munus rei publicae*. Nuntius Antiquus, 5, julho de 2010. Disponível em: <http://www.tulliana.eu/documenti/Calheiros_2010.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

LONG, A. A. Roman Philosophy. In: SEDLEY, D. (ed.). *The Cambridge Companion to Greek and Roman Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MACKENDRICK, P. *The philosophical books of Cicero*. London: Duckworth, 1989.

MANGO, Cyril. *Bizâncio: O império da Nova Roma*. Lisboa: Edições 70, 1980.

MCCONNELL, S. *Philosophical life in Cicero's letters*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris: Hachette, 1933.

MILROY, J. Sociolinguistics and ideology in language history. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. et CONDE-SILVESTRE, J. C (org.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. West Sussex: Blackwell, 2012.

MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Tome II. Paris: Gallimard, 1965.

MONTEAGUDO, R. Filosofia e paradigma em Cícero. *Trans/Forma/Ação*, 25, n.1, p. 53-65, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732002000100004>>. Acesso em: 26 de setembro de 2015.

MORFORD, Mark. *The Roman philosophers: From the time of Cato the Censor to the death of Marcus Aurelius*. London: Routledge, 2002.

MÜLLER, R. *Sprachbewusstsein und Sprachvarietäten im lateinischen Schrifttum der Antike*. München: C. H. Beck, 2001.

_____. Konzeptionen des Sprachwandels in der Antike. *Hermes*, 131, n. 2, 2003, p. 196-221. Franz Steiner Verlag. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4477547>>. Acesso em: 18 de março de 2016.

NEVALAINEN, T. et al. Historical Sociolinguistics: Origins, motivations, and paradigms. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. et CONDE-SILVESTRE, J. C (org.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. West Sussex: Blackwell, 2012.

NOVAK, M. da G. Estoicismo e epicurismo em Roma. *Letras Clássicas*, n.3, p. 257-273, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.fflch.usp.br/letrasclassicas/article/view/623>>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

OUSTINOFF, Michael. *Tradução: História, teorias e métodos*. São Paulo: Parábola, 2011.

PAULYS REAL-ENZYKLOPÄDIE DER CLASSISCHEN ALTERTUMSWISSENSCHAFT. Stuttgart: J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1939.

PEREIRA, M. A. *O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.

PEREIRA, M. H. R.. *Estudos de História da Cultura Clássica: Volume 1, Cultura Grega*. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

_____. *Estudos de História da Cultura Clássica: Volume 2, Cultura Romana*. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

- PITA, L. F. D. *Visões da identidade romana em Cícero e Sêneca*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- POWELL, J. G. F. *Cicero the philosopher: twelve papers*. Oxford: Clarendon Press, 2002.
- PRATA, P. *O caráter intertextual dos Tristes de Ovídio: Uma leitura dos elementos épicos virgilianos*. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas, 2007.
- RACKHAM, H. Introduction to the *Academica*. In: CICERO. *De natura deorum, Academica*. Edição de E. D. Warmington. Tradução de H. Rackham. The Loeb Classical Library. Cambridge/ Massachusetts: Harvard University Press, 1967 [1933].
- RAMAGE, E. S. Cicero on Extra-Roman Speech. In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, vol. 92, 1961, p. 481-494. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/283832>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2016.
- REICHMANN, O. Sprachgeschichte: Idee und Verwirklichung. In: BESCH, W. et al (org.). *Sprachgeschichte*. Ein Handbuch zur Geschichte der deutschen Sprache und ihrer Erforschung. Berlin/ New York: De Gruyter, 1998.
- RICOUER, Paul. Un "passage": traduire l'intraduisible. In: *Sur la traduction*. Paris: Bayard, 2004.
- ROCHETTE, B. Grecs, Romains et Barbares. À la recherche de l'identité ethnique et linguistique des Grecs et des Romains. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 75, fasc. 1, 1997. Antiquité - Oudheid. p. 37-57.
- ROMAINE, S. *Language in Society: An introduction to Sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2000 [1994].
- RONAI, Paulo. *Babel e Antibabel*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- RUCH, M. *Le préambule dans les œuvres philosophiques de Cicéron*. Paris: Les Belles Lettres, 1958.
- SANKOFF, G. Political power and linguistic inequality in Papua New Guinea. In: O'BARR, W.M. et O'BARR, J.F. (org.). *Language and Politics*. Contributions to the Sociology of Language 10. Berlin: De Gruyter, 1976.
- SANT'ANNA, H. M. *História da República Romana*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SAPIR, Edward. The status of linguistics as a science. In: MANDELBAUM, D. G. (ed.). *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture and Personality*. Berkely/ Los Angeles/ London: University of California Press, 1949.

SAPIR, Edward. *Language: An introduction to the study of speech*. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press, 2002 [1921].

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCATOLIN, A. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2009.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *Sprachtheorie*. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1975.

SCHMITT, C. *Cicero Scepticus: a study of the influence of the Academica in the Renaissance*. The Hague: Springer Science + Business Media Dordrecht, 1972.

SCHOFIELD, M. Writing philosophy. In: STEEL, C. (org.) *The Cambridge Companion to Cicero*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCRIBNER, H. S. Cicero as a Hellenist. *The Classical Journal*, 16, n. 2, 1920, p. 81-92. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3287996>>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

SEDLEY, D (org.). *The Cambridge Companion to Greek and Roman Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SKUTNABB-KANGAS, T. Bilingual education and sign language as the mother tongue of deaf children. In: KELLET BIDOLI, Cynthia J. & OCHSE, Elana (eds). *English in International Deaf Communication*. Bern: Peter Lang, 2008, p. 75-94.

SKUTNABB-KANGAS, T. et PHILLIPSON, R. “Mother tongue”: the theoretical and sociopolitical construction of a concept. In: AMMON, U. (org.). *Status and function of languages and language varieties*. Berlin/ New York: De Gruyter, 1989.

SONTHEIMER, W. et ZIEGLER, K. (org.). *Der kleine Pauly*. Lexikon der Antike. Stuttgart: Alfred Druckenmüller Verlag, 1964.

STEELE, R. B. The Greek in Cicero's epistles. *American Journal of Philology* 21, n. 4, 1900, p. 387-410. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/288742>>. Acesso em: 29 de novembro de 2015.

STEVENS, B. Aeolism: Latin as a dialect of Greek. *The Classical Journal*. Vol.102, nº2, Dezembro, Janeiro, 2006/2007, p. 115-144. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30038039>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

STROH, W. *Cicero, Redner, Staatsmann, Philosoph*. München: Beck, 2008.

SWIGGERS, P. A historiografia da Linguística: objetos, objetivos, organização. Tradução de Cristina Altman. *Conferência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. n. 44/5, p. 39-59, jul./dez. 2013.

THORSRUD, H. Radical and mitigated Skepticism in Cicero's *Academica*. In: NICGORSKY, W. (org.). *Cicero's Practical Philosophy*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2012.

TRUBETZKOY, N. "Proposition 16: Jede Gesamtheit..." In: *Actes du premier congrès international de linguistes à La Haye*, 10-15 de abril, 1930, p. 17-18.

TRUDGILL, P. *Sociolinguistics: An introduction to language and society*. London: Penguin Books, 2000 [1974].

VALPY et al. (ed.). On the lyrical metres of Anacreon. In: _____. *The Classical Journal*. Vol. 3: March-June 1811. New York: Cambridge University Press, 2013 [1811].

VAN POTTELBERGE, J. Sprachbünde: Beschreiben sie Sprachen oder Linguisten?. *Linguistik Online*, v. 8, n. 1, novembro de 2013. Disponível em: <<https://bop.unibe.ch/linguistik-online/article/view/978/1636>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

WALDE, A. *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: Carl Winter Universitätsbuchhandlung, 1938.

WATTS, R. Language Myths. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J.M. et CONDE-SILVESTRE, J.C. (Org.) *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. West Sussex: Blackwell Publishing, 2012. p. 585-607.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact: findings and problems*. Paris: Mouton, 1970.

WEISCHE, Alfons. *Cicero und die neue Akademie*. Münster: Aschedorffsche Verlagsbuchhandlung, 1961.

WEST, M. L. *Crítica textual e técnica editorial*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.

WIDMANN, S. *Untersuchungen zur Übersetzungstechnik Ciceros in seiner philosophischen Prosa*. Tese de doutorado. Universidade de Tübingen, 1968.

WISSE, J. *Ethos and pathos from Aristotle to Cicero*. Amsterdam: Adolf M. Hakkert Publisher, 1989.

WHORF, Benjamin Lee. Language, mind and reality. In: CARROLL, John B. (ed.). *Language, thought and reality: Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Massachusetts: The M.I.T. Press, 1956.

WIATER, N. *The Ideology of Classicism: Language, History and Identity in Dionysius of Halicarnassus*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2001.

WOOLF, R. *Cicero: The Philosophy of a Roman Sceptic*. London/ New York: Routledge, 2015.